

1. INTRODUÇÃO

O objecto deste trabalho é analisar a instabilidade que se abateu e abate sobre o sector bancário português, sendo realizada uma análise que visa comparar e conhecer o seu estado antes e após a chamada crise do *subprime*, tentando perceber se a banca portuguesa se encontra preparada para enfrentar a instabilidade dos mercados financeiros.

A realização desta dissertação pretende discernir qual o caminho que o sistema bancário nacional irá percorrer num futuro próximo, numa altura em que a concessão de crédito às famílias e empresas nunca como hoje está limitada e dependente da capacidade de captação de recursos, bem como do preço a pagar pelos mesmos. Existe uma forte necessidade de controlar este *gap*, pois ele regula o equilíbrio que é necessário existir entre o total de recursos sob gestão e o total de crédito concedido por parte de cada instituição bancária. Este equilíbrio possui uma influência direta nos resultados da conta de exploração de cada banco, numa altura em que a banca nacional se vê impedida de recorrer aos mercados internacionais, e em que o chamado rácio de transformação se assume como um instrumento fundamental para a banca e que terá com alguma certeza um papel determinante na sua evolução.

No capítulo 2, procura-se sinteticamente analisar o sector bancário português no seu enquadramento macroeconómico, anterior ao efeito *subprime*, definição oriunda dos Estados Unidos da América e que surge como uma contraposição ao termo *prime*, o qual diz respeito a todos os empréstimos concedidos a clientes de bom risco, decorrendo dos bons rendimentos por si auferidos.

Procura-se de igual modo, perceber o que terá levado alguns bancos portugueses a internacionalizarem-se, bem como o que terá atraído alguns grupos financeiros espanhóis para o mercado bancário português.

No capítulo 3, analisa-se o efeito da chamada crise *subprime* no nosso sistema bancário, qual o efeito que esta terá na recapitalização da banca e na sua capacidade de concessão de crédito, tendo em conta um cenário macroeconómico adverso, e ao mesmo tempo perceber qual o contributo que

as medidas adotadas pelo governo e pelos bancos tiveram para a contenção da crise. Adicionalmente, analisa-se a estrutura de balanço da banca antes e depois do efeito *subprime* e finalmente, realiza-se uma análise *SWOT* do sector bancário português, de onde se pretende extrair conclusões para a contenção e resolução dos efeitos da crise.

No capítulo 4, pretende-se realizar uma análise às principais propostas a implementar por via do Basileia III, e qual o papel que estas poderão vir a ter no reequilíbrio do sector bancário em Portugal.

No capítulo 5, efetua-se uma análise da banca em Portugal, recorrendo às quatro principais instituições financeiras Portuguesas, tendo por base uma análise aos seus rácios de capital e aos seus níveis de liquidez, tentando aferir quais as suas necessidades de financiamento, qual o seu risco de solvência e quais as suas necessidades de aumento de capital.

Adicionalmente, analisam-se os principais resultados do exercício de testes de *stress* realizados em 2011 aos principais bancos portugueses, de forma a conhecer a capacidade financeira destes para fazer face aos seus compromissos.

No capítulo 6, perspetivou-se um modelo de negócio que possa ser sustentável para a banca portuguesa, capaz de fazer face aos desafios do sistema financeiro, tendo em conta a capacidade da banca para captar recursos, o novo quadro regulatório, bem como o ambiente macroeconómico e a atual estrutura da economia portuguesa.

No capítulo 7, apresentam-se as principais conclusões obtidas com o presente trabalho, realizando-se uma análise comparativa entre aquilo que foi o estado do sector bancário em Portugal antes do efeito *subprime* e aquele em que se encontra atualmente, pois existe a necessidade de as instituições bancárias, assegurarem níveis de *capital core*, o qual passa pela obrigação de se gerar liquidez e de se cumprirem os novos rácios de capital *tier 1* (10% em 2012), o

que depende não só da realização de aumentos de capital por parte dos bancos mas também da venda ou alienação de ativos não *core*.

Será então fundamental uma otimização da base de custos e da eficiência operacional, no sentido de se encontrarem boas soluções para a gestão do crédito vencido, devendo no futuro os modelos de negócio da banca, ser alheios ao aumento do prémio de risco interbancário, até que se verifique a normalização deste e se restabeleçam novamente os níveis de confiança nos mercados.

2. A BANCA EM PORTUGAL ANTES DO EFEITO SUBPRIME.

As duas últimas décadas na economia portuguesa foram marcadas pela evolução do sector financeiro em Portugal, visto como um dos mais ativos e sofisticados (Teles, 2008), pois era inovador, competitivo, promotor da inovação sistemática e, logo, originando crescimento económico.

Depois das nacionalizações da banca e dos seguros, das indústrias vitais e das infra-estruturas de transportes após o 25 de Abril, o processo de privatizações que se iniciou no final dos anos oitenta teve um forte impacto na economia portuguesa. Os argumentos a favor de uma redução da intervenção do Estado na economia sustentavam que a iniciativa privada conduziria a um crescimento da produtividade e da competitividade das empresas, permitindo além disso aliviar o peso da dívida externa portuguesa com as receitas obtidas através das privatizações.

O nível de vida dos portugueses melhorou de forma significativa nos 25 anos depois do 25 de Abril de 1974, a produtividade aumentou, assim como os investimentos do sector privado, o Sistema Nacional de Saúde foi estabelecido e atingida a generalidade do acesso à educação pública (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:27).

No final dos anos noventa, apesar do Estado português continuar a deter participações em 93 companhias de sectores tão variados como a produção de cereais, gás, petróleo, indústria química, polpa de papel, construção naval, caminho-de-ferro, indústria metalúrgica, portos e banca, a tendência foi a de prosseguir com a "alienação" do património através da segunda fase de privatização de grandes empresas como a Portugal Telecom, a Brisa ou a EDP, decorrendo de tal política evidentes benefícios financeiros para o sector bancário em Portugal.

O Estado decide-se pelo proteccionismo de alguns sectores como sejam o da construção, o das comunicações, o sector das energia e o da banca, beneficiando com os seus lucros, num período de uma verdadeira estagnação da economia, devido às políticas levadas a cabo pelo Estado, contudo no final da década de noventa, aposta-se na privatização de um conjunto de bens e serviços (abastecimento de água, autoestradas, saúde, energia, entre outros), favorecendo a competitividade (Neves,2011:207), e originando um conjunto de

importantes receitas provenientes da venda de património e capital, as quais contribuíram para a diminuição do *deficit* orçamental e para aliviar o desequilíbrio das contas públicas.

O sector mais valorizado foi o da habitação, devido à descida das taxas de juro nos anos 90, resultante do processo europeu de integração monetária. Neste período o Estado português fomentou todo um desenvolvimento económico baseado no sector da construção, quer privado, quer público, e do qual o sector bancário português beneficiou, solidificando o seu crescimento (Teles, 2008:48).

Refira-se que as políticas económicas partilhadas por todos os partidos políticos no poder ao longo das duas últimas décadas, nomeadamente projetos de infraestruturas financiados pelo Estado (Expo 98, estádios para o Campeonato Europeu de Futebol 2004 e novas autoestradas), tiveram pouco impacto no crescimento económico (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:27).

Contudo, a crise do *subprime* (crise de imobiliário desencadeada pelo crédito hipotecário de alto risco) iniciada em 2007, nos Estados Unidos, estendeu-se rapidamente à Europa e a Portugal, um país pequeno, com uma economia frágil e onde a agitação financeira terá consequências severas (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:27).

Os agregados familiares portugueses continuavam a endividar-se e a contrair novos empréstimos, porém a taxa de desemprego estava a aumentar de acordo com Neves (2011:208), cifrando-se em 7,3% na segunda metade de 2008 e em 11,1% no final de 2010, o que corresponde a um quadro de recessão económica e de preocupação para os credores nacionais.

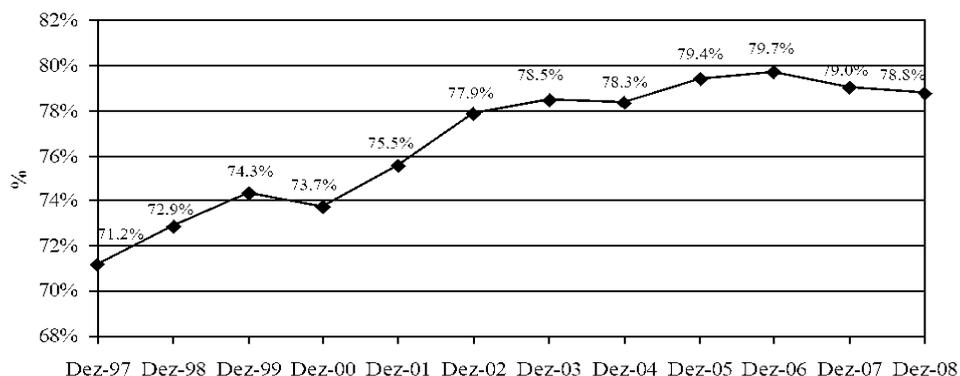
2.1 O SECTOR FINANCEIRO PORTUGUÊS E A ORIGEM DA CRISE

Durante as duas últimas décadas assistiu-se a um agravamento da ineficiência do mercado imobiliário, tendo a entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1986, contribuído para uma aceleração do crescimento económico português, devido à abertura dos mercados europeus e ao influxo de subsídios comunitários, de acordo com Amaral (2010:126), os quais foram fundamentais para a realização de diversas infra estruturas e algumas reformas do país.

Em 1999 dá-se a adesão de Portugal ao Euro, posterior à respetiva assinatura do Tratado de Maastricht a 7 de Fevereiro de 1992, onde se substituiu o termo Comunidade Europeia (CE) por União Europeia (EU), sendo condição manter o *deficit* em 3% e o rácio da dívida pública face ao Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 60%, verificou-se contudo que tais normas orçamentais nunca foram cumpridas por alguns estados-membros, nomeadamente por Portugal, permitindo-se que os mesmos continuassem a contrair empréstimos a taxas de juro muito baixas, descurando-se o rigor orçamental e uma análise à capacidade de cada Estado para fazer face ao endividamento já contraído, sendo suficiente a credibilidade da própria zona euro, para aceder a financiamento barato, de acordo com Castells, Caraça e Cardoso (2012:94), contribuindo-se claramente para o endividamento do Estado, das empresas e das famílias, com estas a terem no crédito à habitação o seu maior nível de endividamento.

A estes primeiros aumentos de capital comunitário, começam a juntar-se volumes de capital literalmente trazidos do futuro, por via da concessão de crédito à habitação com juros cada vez mais baixos, sendo que em 1985 a taxa de juro afeta ao crédito à habitação era superior a 20% ao ano, em 1995 era de 12,6% para empréstimos superiores a 5 anos e em 2000 estava em 6%, representando uma redução de 14 pontos percentuais num espaço de 15 anos, de acordo com Lagoa e Leão, (2004:183), convertendo-se num incremento do risco de crédito por parte das famílias, facultado pela atribuição de crédito hipotecário sem o devido controlo e acompanhamento do sistema bancário português (Amaral, 2010:126). Neste sentido, verifica-se que o peso do crédito à habitação (Vd. Gráfico 2.1.1) representava 78,8% do endividamento das famílias a Dezembro de 2008 em Portugal.

Gráfico 2.1.1: Peso do crédito à habitação no crédito total a particulares



Fonte: Boletins Estatísticos do Banco de Portugal.

O gráfico acima apresenta a evolução do crédito à habitação em percentagem do crédito total a particulares (crédito a habitação/crédito total a particulares), excluindo operações de titularização. Logo, através do gráfico 2.1.1, verifica-se que Portugal não passava por qualquer processo de ajustamento ao nível do seu mercado imobiliário, verificando-se uma redução de apenas 0,76% entre Dez./2005 e Dez./2008 no que respeita ao peso do crédito à habitação no crédito total concedido a particulares, permitindo concluir que para a banca nacional a garantia hipotecária existente em caso de execução, era suficiente para o ressarcir da dívida junto do banco credor, continuando a conceder-se crédito à habitação, com base no respeito de uma LTV (*loan to vale*) menor ou igual a 80%, pois o sector continuava a sentir-se confortável com as garantias contratadas.

De acordo com Shiller (2008:40-41), a ineficiência do mercado imobiliário a partir de 2006, começara a dar nos Estados Unidos e em geral, sinais de ineficiência, dado que os preços das habitações se encontravam sobrevalorizados, de tal forma que não eram acompanhados pela procura e pelo rendimento das famílias, provocando um desequilíbrio entre esta e a oferta, sendo este o ajustamento que o mercado acabará por fazer, com toda a instabilidade económica conhecida.

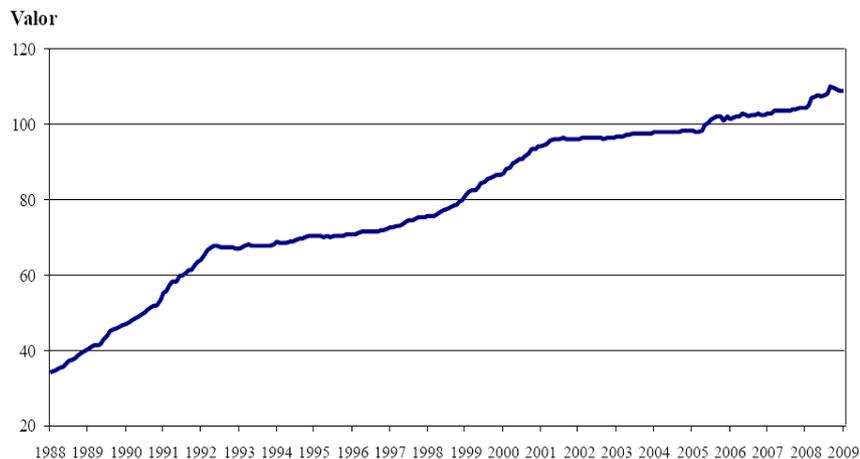
O investimento público nacional ao nível do sector da habitação, limitava-se à construção de bairros sociais e à promoção de um conjunto de incentivos fiscais (taxas de juro bonificadas, deduções fiscais nas contas poupança habitação, entre outros), incentivando-se o sector da construção junto do sector

privado e a concessão de crédito à habitação por parte da banca, favorecendo-se um modelo de concessão de crédito às famílias e às empresas, assente principalmente no sector imobiliário e na construção, sendo este um modelo de desenvolvimento geral de acordo com (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:188), que se baseava na constante obtenção de endividamento e que contribuiu para a crise atual.

O gráfico 2.1.2 refere-se ao *Índice Confidencial Imobiliário em Portugal Continental*, o qual, com base no índice de preços utilizado em Portugal continental, analisa a evolução do preço real dos alojamentos familiares clássicos concedidos por empresas de mediação imobiliária, tendo o ano de 2005 como o ano base.

O gráfico mostra uma trajetória de crescimento irregular, com a taxa de variação anual a apresentar contudo um comportamento positivo, ainda que marcado pelo abrandamento do ritmo de crescimento, sendo certa uma redução do valor dos alojamentos nos próximos anos, como forma de promover a absorção destes pelo mercado.

Gráfico 2.1.2: Evolução do valor de oferta habitacional em Portugal, (2005=100)



Fonte: Confidencial Imobiliário, Newsletter Imobiliária Portuguesa (2009).

<http://www.confidencialimobiliario.com/Public>.

Consideraram-se imóveis novos e usados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, Norte, Centro, Alentejo e Algarve, e o cálculo do índice assenta numa

metodologia que contempla mecanismos de ajustamento de qualidade, nomeadamente estratificação e cálculo de preços-hedónicos.

Como refere Teles (2008:48), verificava-se a existência de um total de 5,7 milhões de imóveis edificados para um total de 3,7 milhões de famílias, sinal de um endividamento crescente das famílias portuguesas, representando 50% do produto interno bruto (PIB) em meados dos anos 90 e 130% do PIB em 2008.

Muitas famílias portuguesas vivem hoje endividadas durante metade das suas vidas, gerindo o seu dia-a-dia em função das variações da taxa de juro e do valor da prestação a pagar ao banco.

O sector bancário beneficiou de igual modo, dos benefícios fiscais atribuídos aos planos poupança reforma e da erosão das pensões introduzida pela recente reforma da segurança social.

As classes médias e altas investiram em fundos de pensões, verdadeiros dinamizadores da especulação bolsista nos últimos anos, na esperança de conseguirem um complemento para as suas reformas. Contudo, para os bancos a principal fonte de receitas reside nas comissões que são pagas pelos detentores dos mesmos aos bancos, que os promovem junto da sua carteira de clientes, de acordo com Teles (2008:49).

Se a promoção pública dos fundos de pensões e o recurso ao crédito, nas últimas duas décadas, foi sobretudo dirigido às classes médias, novas formas de concessão de crédito foram sendo implementadas, sendo o sector da educação também ele visado.

Com as propinas a aumentarem acima da inflação e beneficiando-se de um sistema de ação social muito incipiente, o Estado apoiou um modelo de empréstimo bancário aos estudantes do ensino superior que se dirigia, obviamente, a quem não podia recorrer ao apoio familiar, com vantagens para a banca face à vinculação que se estabelecia com um cliente numa fase de investimento pessoal, pois de acordo com Neves (2011:210), no segundo trimestre de 2008 a taxa de desemprego nas pessoas com formação superior era apenas de 5,8%, só suplantada por quem não tinha qualquer tipo de escolaridade. De há três décadas para cá, novas políticas económicas elevaram o endividamento a um nível insuportável para a classes média e média-baixa sobre as quais recai o grande endividamento. A dívida pública dos

países europeus têm duas causas principais: por um lado, a contrarrevolução fiscal, iniciada na década de 1980, que favoreceu os detentores de maior informação e capacidade financeira, e por outro, as soluções dadas pelos Estados à crise causada pelos investimentos desregulados dos bancos e dos fundos especulativos (*hedge funds*), em que alguns sabiam dos riscos associados, mas que não resistiam ao lucro proporcionado pelos mesmos, e esses estavam em clara vantagem relativamente ao investidor individual detentor de menos formação e informação financeira, de acordo com Attali (2009:55). A desregulação financeira eliminou os indispensáveis mecanismos de salvaguarda e deixou que fossem construídos produtos financeiros cada vez mais complexos que levariam a excessos graves e a uma crise económica e financeira mundial atual (Millet e Toussaint, 2012:13).

2.2 O MODELO DE BANCA EM PORTUGAL.

Em consequência do observado na secção anterior, a dependência do sistema financeiro é antecipada para um período pré activo da vida das pessoas, pois de acordo com Neves (2011:210), as pessoas com formação média apresentavam uma taxa de desemprego de 7,7% no segundo trimestre de 2008, contra apenas uma de 5,8% das que tinham formação superior, segundo o mesmo autor, tal levou a que a banca tivesse interesse em vincular prematuramente as pessoas numa fase em que investiam na sua formação superior, sendo vistos como clientes *prime*, após a sua entrada na vida ativa, algo que ainda é visível nos dias de hoje, com protocolos estabelecidos entre universidades e instituições bancárias, quer no apoio à integração na vida académica, quer através de linhas de financiamento bonificadas para diversas finalidades, quer através de bolsas para apoio à investigação, entre outras, apostando-se na visibilidade da instituição junto de um sector com potencial de negócio. Noutra vertente, e igualmente contribuindo para o negócio bancário, salientar-se-iam os desempregados, com direito a subsídio de desemprego ou sofrendo de atrasos permanentes na sua atribuição, os quais recorrem ao uso generalizado do cartão de crédito (cujas taxas de juro são as mais elevadas no mercado), visando salvaguardar uma situação financeira difícil, ainda que por

vezes seja de carácter temporário, contribuindo para o seu endividamento, e para a diminuição do respetivo rendimento disponível.

O aumento do desemprego e a conseqüente estagnação ou mesmo diminuição dos salários, teve no forte endividamento das famílias e empresas nos últimos 20 anos, o motor do crescimento bruto do sector bancário em Portugal, pese embora não sustentável, pois os efeitos do aumento do crédito mal parado haveriam de se repercutir negativamente na conta de exploração da banca, fruto do grau de incumprimento e da redução da margem financeira.

O modelo de banca em Portugal, antes da crise *subprime* com origem nos Estados Unidos da América (EUA), era assente no crédito imobiliário, e na importância da aquisição de habitação própria permanente, representando em 1998, quando a bolha imobiliária portuguesa estava já em expansão, 73% do crédito concedido era a particulares e 35% do crédito concedido era às empresas por parte da banca, em 2006 representava já 80% e 56% respetivamente e (Amaral, 2010:124), sendo evidente o aumento do nível de endividamento. Contudo o rebentamento da bolha do *subprime* haveria de deteriorar os ativos do sector financeiro, trazendo problemas de liquidez para as instituições financeiras e levando certamente a uma crise bancária. Nesse período a banca em Portugal estava fortemente vinculada à concessão de crédito para apoio à construção e ao sector imobiliário, contribuindo para um forte perfil de risco de crédito, quer os ativos fossem materiais, como por exemplo: as casas de habitação (hipoteca do imóvel), ou imateriais como por exemplo: avales pessoais, fianças, entre outros, os quais serviriam de contra garantia aos muitos empréstimos concedidos pela banca (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:27). No entanto, muitas destas garantias eram sobrevalorizadas face aos valores normais a praticar para o mercado nacional, fruto da especulação imobiliária promovida pelos agentes imobiliários, achando-se a banca dependente do cumprimento do serviço da dívida por parte dos seus devedores, pois passamos a falar de um mercado que deixou de ser eficiente, devido ao facto de a procura não acompanhar o excesso de oferta e é neste âmbito que em Setembro de 2007, a zona euro sente os primeiros efeitos desta crise imobiliária, que se torna numa crise de liquidez para o euro, dificultando o acesso ao crédito na economia real (Castells, Caraça e Cardoso, 2012:27). O

que se passava em Portugal era o reflexo da baixa das taxas de juro, tendo como uma consequência direta e imediata o endividamento dos particulares, das empresas e do Estado, ao mesmo tempo que baixava a capacidade de aforro. No caso de Portugal, o inquérito ao património e endividamento das famílias de finais de 2006 permite-nos desagregar alguns indicadores por escalão de rendimento. A tabela 2.2.1 mostra um agravamento da situação financeira das famílias. Um facto particularmente sério é o de as famílias de rendimento médio-baixo estarem entre 13% a 40% das famílias que têm uma taxa de serviço da dívida entre 28% e 41%, o que é uma situação particularmente vulnerável, pois representam cerca de 15% do total das famílias portuguesas de acordo com Mateus (2009:31).

Tabela 2.2.1: Participação das famílias no mercado da dívida e indicadores do endividamento para as famílias com dívidas

<i>% de Famílias</i>	<i>Participação no mercado da dívida</i>	<i>Dívida Total / Rendimento</i>	<i>Dívida Total / Riqueza</i>	<i>Serviço da Dívida / Rendimento mensal</i>	
	<i>(%)</i>	<i>Mediana</i>	<i>Mediana</i>	<i>Mediana</i>	
Total	100	41,6	1,443	0,278	0,219
Escalão de Rendimento					
1	10	12,6	1,887	0,389	0,413
2	15	21,4	2,081	0,433	0,374
3	25	39,6	2,143	0,357	0,283
4	25	49,1	1,598	0,296	0,233
5	15	57,5	1,275	0,257	0,159
6	10	63,9	0,976	0,212	0,119
Idade					
20-30	4	57,9	3,943	0,609	0,3
30-40	19	66,2	2,464	0,433	0,261
40-50	25	56,7	1,492	0,276	0,205
50-65	28	36,7	0,7	0,134	0,164
>65	25	10,7	0,4	0,06	0,157

Fonte: Mateus (2009), com base em dados do INE Banco de Portugal (Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias de 2006).

Nota: (a) Os valores extremos dos intervalos de rendimento mensal por agregado familiar considerado são os seguintes: escalão 1- €375-500, escalão 2- €500-700, escalão 3- €700-1060, escalão 4: €1060-1630, escalão 5-€1630-2630, escalão 6-€2630 ou mais.

Este inquérito revelou que cerca de 42% do total das famílias portuguesas participam no mercado da dívida. As estatísticas do Banco de Portugal (Estatísticas Monetárias e Financeiras do Banco de Portugal) apresentam-nos desde finais de 2005 taxas de crédito vencido e de cobrança duvidosa na casa dos 2%, o que se verificava conforme tabela 2.2.2, em Junho de 2009 ao evidenciar-se uma percentagem de crédito vencido de 2%, em percentagem do ativo total e em Junho de 2010 de 2,4%. Embora seja um critério usado em Portugal, é diferente junto do de outros países (Mateus, 2009:31).

Tabela 2.2.2: Balanço do sistema bancário: 2008-2010

BALANÇO DO SISTEMA BANCÁRIO																	
Base consolidada																	
	Em milhões de euros						Estrutura (em percentagem do ativo total)			Taxas de variação homóloga (em percentagem)			Taxas de variação semestral (em percentagem)		Taxas de variação trimestral (em percentagem)		
	2008		2009		2010		2009			2010			2009		2010		
	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Jun.	Dez.	Jun.	Jun.	Dez.	Jun.	S1	S2	S1	T1	T2
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9 920	9 452	10 889	9 134	1.9	2.1	1.7	19.4	9.8	-3.4	-4.7	15.2	-16.1	-6.3	-10.4		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 666	4 921	4 918	5 126	1.0	1.0	1.0	17.0	5.4	4.2	5.5	-0.1	4.2	-10.9	17.0		
Aplicações em instituições de crédito	29 756	37 312	38 356	32 725	7.6	7.5	6.1	-2.5	28.9	-12.3	25.4	2.8	-14.7	-2.1	-12.9		
dos quais: em Bancos Centrais	802	8 393	4 377	1 940	1.7	0.9	0.4	1 900.7	446.0	-76.9	946.9	-47.8	-55.7	-30.0	-36.7		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21 040	21 074	20 805	22 583	4.3	4.1	4.2	-14.6	-1.1	7.2	0.2	-1.3	8.5	12.3	-3.3		
Títulos de capital	1 145	1 731	2 062	1 958	0.4	0.4	0.4	22.7	79.2	13.1	51.2	18.6	-4.6	2.0	-6.5		
Instrumentos de dívida	9 015	9 283	9 772	9 637	1.9	1.9	1.8	-31.4	8.4	3.8	3.0	5.3	-1.4	10.4	-10.6		
Outros	10 881	10 060	8 982	10 988	2.1	1.8	2.1	3.4	-17.5	9.2	-7.5	-10.7	22.3	16.7	4.8		
Ativos financeiros disponíveis para venda	27 034	31 390	43 131	49 941	6.4	8.4	9.4	12.2	59.5	59.1	16.1	37.4	15.8	14.1	1.4		
Títulos de capital	5 669	6 355	7 517	6 693	1.3	1.5	1.3	0.3	32.6	5.3	12.1	18.3	-11.0	4.2	-14.5		
Instrumentos de dívida	19 534	23 181	33 282	41 555	4.7	6.5	7.8	16.9	70.4	79.3	18.7	43.6	24.9	17.6	6.1		
Outros	1 831	1 853	2 331	1 694	0.4	0.5	0.3	2.1	27.3	-8.6	1.2	25.8	-27.3	-3.4	-24.8		
Investimentos detidos até à maturidade	5 009	6 052	7 641	12 973	1.2	1.5	2.4	163.6	52.5	114.3	20.8	26.2	69.8	9.6	54.9		
Derivados de cobertura	2 304	1 810	1 742	2 052	0.4	0.3	0.4	13.2	-24.4	13.4	-21.5	-3.8	17.8	8.5	8.6		
Investimento em filiais	2 766	2 877	3 348	3 231	0.6	0.7	0.6	-12.6	21.0	12.3	4.0	16.4	-3.5	5.4	-8.4		
Crédito a clientes líquido	321 444	318 398	319 369	331 341	64.9	62.5	62.2	3.1	-0.6	4.1	-0.9	0.3	3.7	0.1	3.6		
Crédito bruto	330 986	329 352	331 386	344 203	67.2	64.9	64.7	4.2	0.1	4.5	-0.5	0.6	3.9	0.2	3.7		
do qual: Crédito vencido a clientes	7 144	10 041	10 917	12 869	2.0	2.1	2.4	61.6	52.8	28.2	40.6	8.7	17.9	7.8	9.3		
Imparidade e correções de valor de crédito a clientes	-9 542	-10 954	-12 017	-12 862	-2.2	-2.4	-2.4	50.3	25.9	17.4	14.8	9.7	7.0	1.7	5.2		
Ativos titularizados e não desreconhecidos	28 260	32 893	34 063	34 444	6.7	6.7	6.5	42.9	20.5	4.7	16.4	3.6	1.1	5.0	-3.7		
dos quais: Crédito a clientes	27 769	32 362	33 547	34 016	6.6	6.6	6.4	40.6	20.8	5.1	16.5	3.7	1.4	4.6	-3.1		
Ativos tangíveis e intangíveis	5 914	5 909	5 930	6 042	1.2	1.2	1.1	5.9	0.3	2.3	-0.1	0.4	1.9	1.3	0.6		
Outros ativos	18 769	18 348	20 396	22 768	3.7	4.0	4.3	14.3	8.7	24.1	-2.2	11.2	11.6	6.6	4.7		
Total do ativo	476 883	490 437	510 587	532 360	100.0	100.0	100.0	5.8	7.1	8.5	2.8	4.1	4.3	2.2	2.0		

Fonte: Banco de Portugal (2010), Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2010, pág. 52.

Contudo a definição oficial no sistema bancário português diz que “são transferidos para a conta de crédito e juros vencidos todos os créditos que se encontrem por regularizar decorridos que sejam, no máximo 30 dias sobre o seu vencimento, sem prejuízo de a instituição efetuar a sua transferência logo que entenda que estão esgotadas as possibilidades de regularização imediata” (Mateus, 2009:31). Assim, no caso de uma família que não paga há três meses a prestação da casa e esgotou a possibilidade de realizar esse pagamento, o

banco respetivo classifica como malparado o referente a dois meses de prestações em atraso. No caso dos EUA, por exemplo, todo o empréstimo tem que ser considerado malparado, e a falta de pagamento das prestações arrasta para previsão de não pagamento o remanescente de acordo Mateus (2009:31). A forma de classificação em Portugal leva a um valor bastante inferior, embora haja bancos que fazem imediatamente o provisionamento total conforme refere Mateus (2009:31). O território nacional em 2006 encontrava-se repleto de imóveis vazios, e mais de 12% dos edifícios encontravam-se desocupados, naquela que é a terceira maior percentagem de abandono habitacional da Europa Ocidental, e sobe para 25% se lhe adicionarmos os edifícios dados como segunda habitação, e que estão vazios (Amaral, 2010).

Tabela 2.2.3: Balanços do total das famílias nos EUA e Portugal

<i>Situação financeira das famílias</i>						
<i>Em percentagem do rendimento disponível</i>						
	<i>1997</i>	<i>2000</i>	<i>2002</i>	<i>2004</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
EUA						
Serviço da dívida	12,20	12,89	10,80	13,62	14,49	14,32
Ativos totais	663,52	686,53	611,23	681,13	706,74	697,10
D.q. Casas Habitação (p.m.)	144,09	158,88	173,54	192,40	202,95	216,84
Ativos financeiros	461,08	471,39	382,24	427,33	441,04	438,30
Passivos financeiros	95,40	103,83	110,93	127,12	137,30	139,00
Riqueza Líquida Financeira	366,39	367,57	271,32	300,21	303,73	299,30
Riqueza Líquida Total	568,12	582,71	500,30	554,01	569,40	558,10
Portugal						
Serviço da dívida	8,23	13,38	16,69	17,12	20,61	23,73
Ativos totais	511,00	529,00	510,60	532,40	548,60	557,62
D.q. Casas Habitação (p.m.)	212,00	219,00	218,00	229,00	236,00	240,72
Ativos financeiros	299,00	310,00	292,60	303,40	312,60	316,90
Passivos financeiros	75,70	103,60	112,60	125,50	136,70	144,20
Riqueza Líquida Financeira	223,30	206,40	180,00	177,90	175,90	172,70
Riqueza Líquida Total	435,30	425,40	398,00	406,90	411,90	413,42

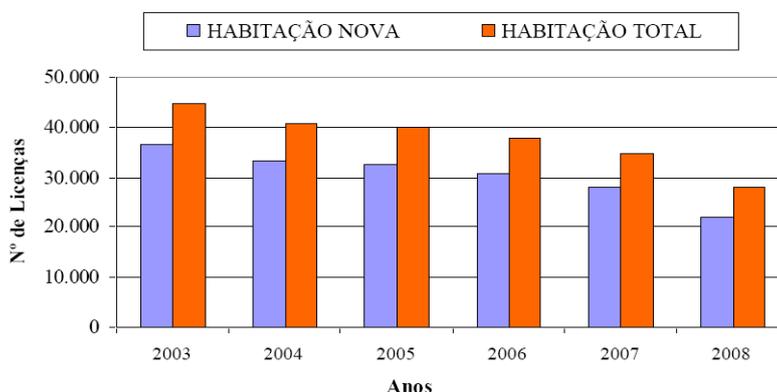
Fonte: Mateus (2009), com base em dados FED, Flow-of-Funds; Banco de Portugal (grau de esforço: Boletim Estatístico Setembro de 2004).

A tabela 2.2.3 mostra que embora a riqueza líquida total e riqueza líquida financeira das famílias americanas tenha baixado de 2006 para 2007, ainda estavam nos finais de 2007 claramente acima dos níveis de 2002, tendo contudo o serviço da dívida aumentado cerca de 4 pontos percentuais do PIB. Em comparação apresentamos os números calculados pelo Banco de Portugal. Dado o menor nível de desenvolvimento económico do país, não é de estranhar que todos os níveis do balanço das famílias portuguesas sejam inferiores em percentagem do PIB aos americanos, exceto o da riqueza em imóveis.

Porém, o que é preocupante é que a taxa de esforço das famílias portuguesas seja de 23,7% comparativamente com a americana que era de 14,3% em 2007, sendo de realçar que o capital líquido das famílias portuguesas é cerca de 60% a 70% dos níveis americanos, o que as torna mais afetáveis e será sem dúvida um motivo de preocupação futuro do sistema bancário português. (Mateus, 2009:30).

Neste sentido, podemos dizer que a crise que se perspectivava resultou de uma forte pressão dos agentes imobiliários, coadjuvada pela dinâmica do sistema bancário português e juros baixos, levando a que uma forte massa monetária fosse canalizada para o sector imobiliário, desconhecendo-se como seria o ressarcir futuro desse apoio concedido pela banca.

Gráfico 2.2.1: Licenças concedidas à habitação em Portugal



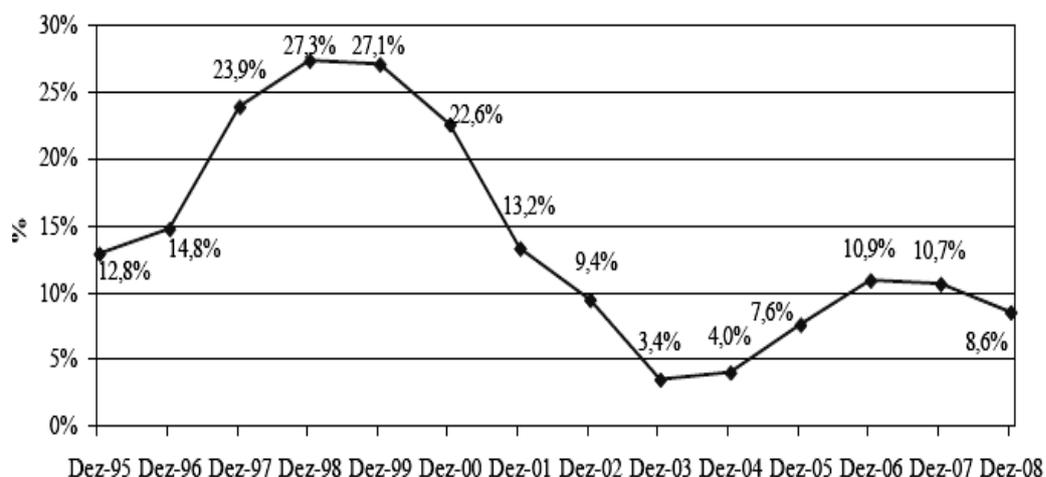
Fonte: Confidencial Imobiliário, Newsletter Imobiliária Portuguesa (2008).

<http://www.confidencialimobiliario.com/Public>

O gráfico 2.2.1 refere-se ao número de licenças concedidas para habitação nova e para habitação total. O número de licenças para a habitação total inclui autorizações para construções novas, alterações, reconstruções e demolições de edifícios, contudo o gráfico comprova já um agravar do mercado imobiliário, por via da queda do número geral de licenças concedidas, e que este era incapaz de escoar o seu produto final, superando a oferta habitacional claramente a procura dos particulares e empresas. Esta foi a primeira fonte de risco, que depois se foi estendendo a outros níveis do sistema financeiro, devido a uma subavaliação do risco, o que facilitou o processo de atribuição de mais crédito hipotecário, produto âncora da banca nacional, transformando-se num processo ativo, em que a qualidade de análise dos financiamentos foi perdendo qualidade como contrapartida de objetivos comerciais a atingir, ao que se associou um fator que contribuiu para o aumento da concessão de crédito hipotecário, o qual era um modelo fortemente praticado pela banca portuguesa, e que passava pela utilização premente de segundas hipotecas e de linhas de crédito *home equity* baseadas na diferença entre o valor da casa e do crédito vivo do cliente, sendo que muitas instituições atribuíam crédito sem terem obtido devidamente informações sobre a primeira hipoteca (Mateus, 2009:23-25). Adicionalmente, era prática comum no sector bancário português, de acordo com Mateus (2009:25), atribuir-se crédito hipotecário equivalente a 100% do valor da casa (*loan to value ratio*), pelo que basta uma redução significativa do valor do imóvel, para o crédito poder vir a ficar em risco por via da depreciação da respectiva contra garantia associada. Nos anos 80, a maioria dos bancos em Portugal que faziam crédito hipotecário nunca ultrapassavam taxas de esforço (soma dos juros mais amortização sobre o rendimento disponível da família) de 25%, o que já era considerado um limite máximo, de acordo com Amaral (2009:25). Logo, esta crise financeira de proporções sem precedentes desenvolveu-se nos Estados Unidos e na Europa, acabando com a ideia do mercado auto-regulado, com consequências muito graves para a economia das empresas e das famílias de acordo com Castells, Caraça e Cardoso (2012:25). No entanto, verificava-se uma forte redução do rendimento disponível das famílias (Vd. Tabela 2.2.3), em resposta ao elevado serviço da dívida, nível de endividamento e deterioração das condições

macroeconómicas, como por exemplo a subida do nível de desemprego. Tal contribuiu para que o ano de 2008 viesse a constituir o ano de viragem no mercado de investimento imobiliário em Portugal, assinalando-se assim o fim de um ciclo de rendimentos anormais e excepcionais, alimentado pelo acesso ao crédito abundante e barato, de acordo com Mamede (2009:82-83). O colapso de várias instituições financeiras, após o início de 2008, rapidamente se refletiu em crescentes dificuldades de acesso ao crédito, acelerando a quebra do investimento e do consumo a uma escala internacional. A economia entrou numa fase descendente devido à quebra do investimento, do consumo e das exportações, o que acentuou a diminuição da produção, provocando assim o aumento do desemprego e o agravamento da situação financeira de todos os agentes económicos, aumentando o risco de crédito e as restrições na concessão de crédito. O resultado é uma contração da economia a todos os níveis, o aumento do desemprego e da pobreza. Constata-se assim que a taxa de crescimento da carteira de crédito das instituições financeiras portuguesas ao sector privado não financeiro em 2007 (10,7%), encontrava-se em linha com a taxa média de crescimento verificada nas economias da zona euro (11,2%), de acordo com os dados disponíveis em publicação do BCE, European Union Banking Structures (2008), e conforme se pode constatar pelo gráfico 2.2.2.

Gráfico 2.2.2: Evolução da taxa de crescimento do crédito a empresas e particulares

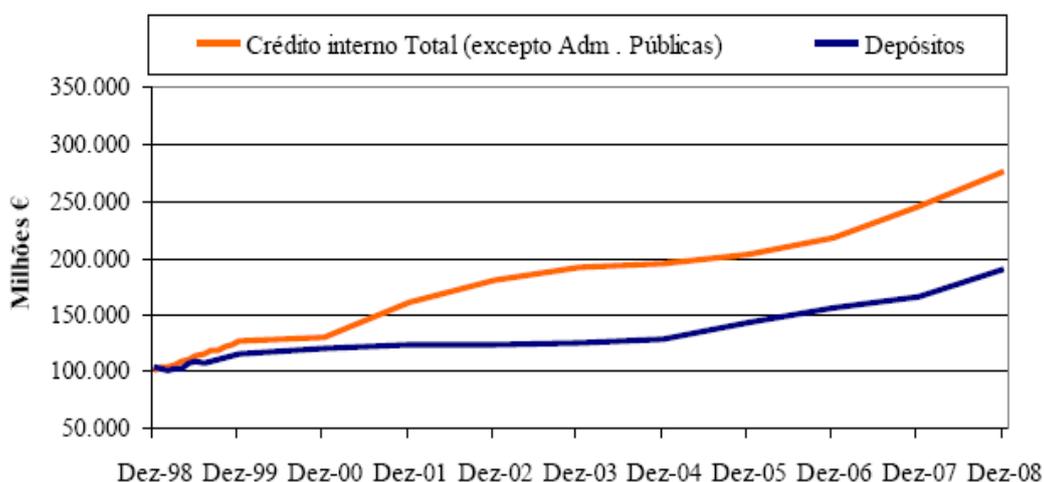


Fonte: BCE "EU Banking Structures", referente a Outubro de 2008.

No gráfico 2.2.2 apresentam-se as taxas de variação homólogas do crédito a empresas não financeiras e particulares, excluindo operações de titularização. Sendo já possível verificar o abrandamento do ritmo de crescimento do crédito em Dezembro de 2008. Este problema será agravado pela descida do preço das casas, reduzindo o capital líquido das famílias, motivado pelo facto de o crédito hipotecário atribuído nos últimos anos em Portugal ter sido *subprime*, isto é, concedido a pessoas de fracos rendimentos, que manifestavam assim um elevado risco de incumprimento das suas responsabilidades creditícias. Contudo tal refletia-se de forma muito positiva nos balanços e na conta de exploração dos principais bancos nacionais.

O sector financeiro é contudo a imagem no espelho da economia real, pois os ativos da banca caracterizam o passivo das famílias, das empresas e do Estado, o que, aliado ao forte aumento do crédito malparado possui reflexos diretos na conta de exploração e nas carteiras de crédito dos bancos. É assim fácil constatar que no caso de um sobre-endividamento das famílias, tal vem a refletir-se num desequilíbrio do próprio sector financeiro.

Gráfico 2.2.3: Evolução do crédito interno total e depósitos equiparados



Fonte: Boletins Estatísticos do Banco de Portugal.

O gráfico 2.2.3 permite visualizar a evolução do crédito interno (elemento do ativo dos bancos), excetuando o crédito concedido às administrações públicas, e os depósitos (principal elemento do passivo dos bancos) em termos de

volume. Este aumento dos recursos está relacionado com dois fatores principais, nomeadamente a reorganização da carteira de ativos financeiros dos clientes que, face à instabilidade nos mercados financeiros, optaram por investir as suas poupanças em depósitos bancários, em detrimento da realização de aplicações mais sensíveis a flutuações (mercados de capital, dívida e fundos de investimento), beneficiando da oferta de remunerações muito atrativas nos depósitos por parte dos bancos¹, na tentativa de captarem novos recursos, de forma a suprimirem as dificuldades de obtenção de financiamento nos mercados por grosso (Acharya e Mora, 2011).

Em suma, o modelo de banca em Portugal alterou-se porque a economia portuguesa, de acordo com Mateus (2009) sofreu os efeitos de uma crise financeira, devido a fatores originários do exterior e ao mesmo tempo internos, concorrendo para tal os elevados níveis de endividamento que os agentes económicos nacionais atingiram.

Desta forma, o sistema bancário português, depois da sua recapitalização e após uma limpeza dos ativos considerados problemáticos, passará a ver a sua capacidade para conceder crédito condicionada a uma capacidade intrínseca para a captação de depósitos e de poupança, quer das famílias, quer das empresas, no fundo o denominado rácio de transformação, o qual será no futuro a base do modelo de crescimento do sector bancário.

2.3 A ORIGEM DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA BANCA NACIONAL.

“As duas últimas décadas de actividade bancária, no conjunto dos países industrializados europeus, foram no sentido da desregulamentação e da liberalização. Todo este processo de liberalização e abertura à iniciativa privada da banca revolucionou toda a estrutura do sector bancário em Portugal, ao nível da concessão de crédito, da rendibilidade e da própria cobertura bancária, passando pela intervenção nos mercados bolsista e cambial e consequentemente na internacionalização das instituições”, de acordo com Ribeiro (2006).

¹ No final de 2008, registaram-se ofertas de taxas de remuneração de depósitos a prazo por parte de bancos nacionais de grande e pequena dimensão para os segmentos de particulares e empresas com prémios a atingirem os 150-200 p.s. relativamente à taxa MMI Offer b. do respetivo período, de acordo com o Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno (2008).

Até ao 25 de Abril de 1974, todos os bancos que operavam em Portugal eram privados, exceto a Caixa Geral de Depósitos, inclusive o Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola. Em Março de 1975 determinou-se a nacionalização da banca comercial (exceto de bancos estrangeiros estabelecidos em Portugal, como são o caso do Banco do Brasil, do Crédit Franco-Português propriedade do Crédit Lyonnais e do Bank of London & South América, propriedade do Lloyds Bank), contudo em Setembro de 1974, havia já ocorrido a nacionalização do Banco de Portugal, do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Angola, decretando-se em 1976, com base na Constituição da República Portuguesa, a irreversibilidade das nacionalizações ocorridas após o 25 de Abril de 1974 (art.º 83º), de acordo com Ribeiro (2006).

Logo, a banca em Portugal no ano de 1984, segundo Pinho (1999:3), encontrava-se numa situação que se caracterizava por “*uma total ausência de ameaça à entrada*”.

Contudo, passados oito anos após a quase total nacionalização da banca nacional, dá-se o início de todo um processo de abertura da actividade bancária à iniciativa privada, admitida pela revisão constitucional, com a publicação do Decreto-Lei nº 406/83, de 19 de Novembro, e do Decreto-Lei nº 51/84, de 11 de Fevereiro de 1984 e vários bancos estrangeiros entraram no mercado bancário nacional, tais como o Barclays Bank, o Banque National de Paris, o Chase Manhattan, o Citibank ou o Manufacturers Hanover Bank, de acordo com Ribeiro (2006).

Com base na tabela 2.3.1, vinte e quatro bancos iniciaram a sua actividade entre 1986 e 1996 (e mais dez bancos entre 1996 e 2002). No entanto, como se pode observar na tabela 2.3.2, muitos encerraram entretanto ou foram alvo de fusão.

Tabela 2.3.1: Número de bancos em Portugal

Ano	Nacionais	Estrangeiras	Totais
1986	17	9	26
1990	20	13	33
1995	30	15	45
1996	31	19	50
1997	35	20	55
1998	33	24	57
1999	34	25	59
2000	29	29	58
2001	30	27	57
2002	32	28	60
2012	30	29	59

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos e Boletins informativos do Banco de Portugal.

Tabela 2.3.2: Sucursais de bancos e novos bancos a operar em Portugal a partir de 1984, que aproveitaram a liberalização regulamentar.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Início de Actividade
Manufacturers Hanover Bank*	1984
BANIF-Banco Internacional do Funchal, SA *	1984
Banco Santander Portugal, SA	1985
BPI-Banco Português de Investimentos, SA	1985
Citibank Portugal	1985
Barclays Bank	1985
BNP Paribas	1985
Général Bank	1985
Chase Mahattan Bank*	1985
BCP-Banco Comercial Português	1985
Fortis Bank-Sucursal em Portugal *	1985
BCI-Banco Comércio e Indústria*	1986
BIC-Banco Internacional de Crédito, SA *	1986
Caixa-Banco de Investimento, SA	1987
Banco Bilbao Viscaya Argentaria (Portugal), SA	1988
BEX-Banco Exterior de Espanha	1989
ABN-Amro Bank	1989
BCM-Banco Comercial de Macau*	1990
Bank of Tokyo *	1990
Deutsche Bank (Portugal), SA	1990
Banco Activobank (Portugal), SA	1990
Banco Mello*	1990

A banca em Portugal antes e após o efeito Subprime

BNC-Banco Nacional de Crédito, SA *	1991
Credibanco—Banco de Crédito Pessoal, SA	1991
BNCI-Banco Nacional de Crédito Imobiliário*	1992
Banco Finantia; SA	1993
BCP-Investimento, SA	1993
BII-Banco de Investimento Imobiliário*	1993
BNI-Banco Nacional de Investimentos*	1993
Banco Espírito Santo de Investimento, SA	1993
Banco ESSI	1993
Banco Cif	1993
BPN-Banco Português de Negócios, SA	1993
Finibanco *	1993
FCE Bank, PLC	1993
BSN-Banco Santander de Negócios Portugal, SA	1993
Banco Itaú Europa; SA	1994
Banco Efisa, SA	1994
Banco Celelem, SA-Sucursal*	1995
Caja de Ahorros de Salamanca Y Soria-Sucursal	1995
Banco Alves Ribeiro	1996
Interbanco, SA	1996
Selectibail, SA *	1996
Banco Privado Português, SA	1996
BankBoston Latino-americano, SA	1996
Central-Banco de Investimento, SA	1997
Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra	1997
Sanpaolo IMI Bank (International), SA	1997
Banco de Investimento Argentaria, SA (Sucursal) *	1997
Banque PSA Finance (Sucursal em Portugal)	1997
Banco Atlântico, SA (Espanha) - Sucursal em Portugal	1997
Banco Alves Ribeiro, SA	1997
BAI - Banco Africano de Investimentos, SARL (Sucursal) *	1998
Credifin-Banco de Crédito ao Consumo; SA	1998
Banco Madasant - Sociedade Unipessoal, SA	1998
BBL-Bank Brussels Lambert - Sucursal em Portugal	1999
Banco de Investimento Global, SA	1999
Banco Privado Europa, SA	1999
Rheinhyp - Rheinische Hypothekenbank AG - Sucursal *	1999
Banco Mais, SA	2000
RCI Banque Sucursal Portugal	2000
Banco Popular Español, SA - Sucursal em Portugal	2000
Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid, Portugal	2000
Caja de Ahorros de Galicia, Sucursal em Portugal	2000
Banco Português de Gestão, SA	2000
BMW Bank GMBH, Sucursal Portuguesa	2000

Banque Privée Edmond de Rothschild Europe - Sucursal	2000
Dresdner Bank Luxembourg SA, Sucursal em Portugal	2000
Citibank International PLC - Sucursal em Portugal	2000
Banco Postal, SA	2001
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA	2001
Finibanco, SA	2001
BANIF - Banco de Investimento, SA	2001
BANIF - Banco Internacional do Funchal, SA	2002
Banco BPI, SA	2002
Banco BAI Europa, SA	2002
Banco Espírito Santo dos Açores, SA	2002
Eurohypo Aktiengesellschaft, Sucursal em Portugal	2002
Eurohypo Aktiengesellschaft E.Deutschen Bank,Sucursal*	2001
Banco Cetelem, SA	2003
Bank, SA - Sucursal em Portugal General Electric Capital	2003
BNP Paribas Private Bank, SA	2003
Banque Centrale de Compensation - Clearnet -Sucursal em Portugal	2003
Santander Consumer Finance, SA - Sucursal em Portugal	2004

Fonte: Ribeiro (2006), com base em dados do Banco de Portugal.

*Sem actividade ou entretanto alvo de aquisição.

Devido à abertura do sector bancário nacional ao exterior e ao fator globalização, houve a necessidade de harmonizar o sistema bancário de forma a adaptar as diretivas e os regulamentos europeus à legislação nacional.

De acordo com Ribeiro (2006): *“O período entre a adesão ao Mercado Único Europeu e o início da década de 90, ficou marcado por um aumento de privatizações das instituições, mudando a estrutura de propriedade dos bancos comerciais em Portugal, abrindo o caminho para a internacionalização dos bancos portugueses, num cenário de globalização e liberalização, iniciado nos anos 80 com o Ato Único Europeu”*.

Contudo, e de acordo com a tabela 2.3.3, o número de bancos a operar em Portugal tem conseguido manter-se inalterado na última década, compensado pela entrada de novos bancos no sector bancário nacional.

Tabela 2.3.3: Bancos e sucursais de bancos a operar em Portugal em Março de 2012.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Início de Actividade
Caixa Geral de Depósitos, SA	1876
Banco Espírito Santo, SA	1937
Banco Comercial Português, SA	1985
Banco Português de Investimento, SA	1985
Barclays Bank PLC	1985
Fortis Bank – Sucursal em Portugal	1985
Caixa – Banco de Investimento, SA	1987
Banco Bilbao Viscaya Argenteria (Portugal), SA	1988
BNP Paribas, SA	1988
Banco ActivoBank, SA	1990
Banco Popular Portugal, SA	1991
Banco Investimento Imobiliário, SA	1993
Banco Espírito Santo de Investimento	1993
Banco Finantia, SA	1993
BPN – Banco Português de Negócios, SA	1993
FCE Bank – Sucursal em Portugal	1993
Banco EFISA,SA	1994
Banco Itaú BBA Internacional	1994
Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte – Piedad – Sucursal em Portugal	1995
Banco Santander Consumer Portugal, SA	1996
Banco Invest, SA	1997
Banque PSA Finance – Sucursal em Portugal	1997
Banco Madasant - Sociedade Unipessoal, SA	1998
Banco Investimento Global, SA	1999
Banco Rural Europa, SA	1999
ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal	1999
Banco Português de Gestão, SA	2000
Banque Privée Edmond de Rothschild – Suc. Portuguesa	2000
BMW Bank GMBH, Sucursal Portuguesa	2000
Citibank International PLC – Sucursal em Portugal	2000
RCI Banque – Sucursal em Portugal	2000
BANIF – Banco de Investimento, SA	2001
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, SA	2001
Finibanco, SA	2001
Banco BAI Europa, SA	2002
Banco BPI,SA	2002
Banco Espírito Santo dos Açores	2002

BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA	2002
Eurohypo Aktiengesellschaft – Sucursal em Portugal	2002
Banco BNP Paribas Personal Finance, SA	2003
BNP Paribas – Wealth Management, SA- Suc. Portuguesa	2003
Banco Santander Totta, SA	2004
Monte de Piedade y Caja General de Ahorros de Badajoz – Sucursal em Portugal	2004
AS “Privat Bank” sucursal em Portugal	2005
Banco Primus, SA	2006
Banco Credibom, SA	2007
Dexia Sabadell, SA – Sucursal em Portugal	2007
Banco BIC Português, SA	2008
Banco L.J. Carregosa	2008
Banque Privée Espirito Santo – Sucursal em Portugal	2008
BNP Paribas – Securities Services, SA – Suc. Portuguesa	2008
Hiposwiss Private Banque Genève, SA – Suc. em Portugal	2008
Banco do Brasil Aktiengesellschaft – Austria Suc. Portugal	2009
Banco Privado Atlântico – Europa, SA	2009
Banco BANIF Mais, SA	2011
NCG Banco SA, Sucursal em Portugal	2011
Bankia, SA – Sucursal em Portugal	2011
Deutsche Bank Aktiengesellschaft – Sucursal em Portugal	2011
Volkswagen Bank GMBH – Sucursal em Portugal	2012

Fonte: Com base em dados do Banco de Portugal, referentes a Março de 2012.

A opção da internacionalização por via de parcerias foi a opção eleita para o desenvolvimento do sistema bancário português, de acordo com Ribeiro (2006), pois após consolidarem a sua quota de mercado ao nível nacional, os principais grupos bancários portugueses, encetavam uma fase de expansão a nível internacional.

Tabela 2.3.4: Estratégias de internacionalização.

	Benefícios	Desvantagens
Acordos de distribuição	<i>Entrada em mercados-alvo com reduzidos custos.</i>	<i>Rendibilidade limitada.</i>
Escritórios de representação	<i>Permite a avaliação dos mercado-alvo com um reduzido custo, com vista a uma entrada futura.</i>	<i>Actividade limitada.</i>
Sucursais	<i>Permite a realização de operações diversificadas, comparativamente com as alternativas anteriores.</i>	<i>Custos de implementação.</i>
Alianças estratégicas	<i>Partilha de Know-how. Custos inferiores a uma estratégia de aquisição.</i>	<i>Potencial de crescimento condicionado.</i>
Joint Ventures	<i>Acesso a Know-how detido pelo parceiro. Consolidação da cooperação entre parceiros.</i>	<i>Poder estratégico de decisão limitado.</i>
Aquisições	<i>Maior controlo sobre as atividades da instituição adquirida. Uso de sinergias entre as duas instituições.</i>	<i>Investimento efetuado.</i>

Fonte: Ribeiro (2006), com base em dados do The Banker (Fevereiro de 2002).

De acordo com Ribeiro (2006), e passo a citar: “os bancos do sul da Europa privilegiaram os mercados da América Latina, havendo algum cuidado com a internacionalização para os países da Europa Central e Oriental.

A linha de orientação para a internacionalização das instituições bancárias portuguesas dirigia-se sobretudo para mercados emergentes, contudo onde sempre haviam existido relações económicas e principalmente históricas. Alguns dos grupos bancários nacionais optaram por criar bancos fora de Portugal, mas com uma maior propensão para os países de língua oficial portuguesa”.

- Banco Espírito Santo² através de negócios em Espanha (BESI), no Brasil (BESI), nos Estados Unidos da América (ES Bank), em Macau (BES Oriente), em Angola (BES Angola), em Cabo Verde (BES Cabo

² Cfr: Ribeiro (2006) e sob consulta no site: www.bes.pt

Verde), em Moçambique (Moza Bank), em França (Vénétie) e na Líbia (Aman Bank).

- Millenium-BCP³ através de negócios em Moçambique (Millennium BIM), em Angola (Banco Millennium Angola), na China (Escritório de Representação em Guangzhou), na Grécia (Millenium Bank), nos Estados Unidos da América (Sucursais em New Jersey), em França (Banque BCP), na Polónia (Bank Millenium) e na Roménia (Banca Millenium).
- Grupo Caixa Geral de Depósitos⁴ por via de negócios em Espanha (Banco Caixa Geral), em Macau (Banco Nacional Ultramarino), em Cabo Verde (Banco Interatlântico e Banco Comercial Atlântico), na África do Sul (Mercantil Bank), no Brasil (Banco Caixa Geral), em Angola (Banco Caixa Geral Totta), em Moçambique (Banco Comercial de Investimento) e em São Tomé e Príncipe (Banco Internacional).
- Banco Português de Investimento⁵ através de negócios em Angola (Banco de Fomento de Angola) e em Moçambique (Banco Comercial e de Investimentos).

Logo, Portugal classificava-se a nível europeu como um caso intermédio de concentração, onde os cinco principais bancos nacionais (Caixa Geral de Depósitos, Millenium-BCP, Banco Espírito Santo, Santander-Totta e o Banco Português de Investimento) possuíam entre 60 a 80% dos depósitos de clientes, sendo ultrapassado apenas pela Suécia e pela Holanda (com níveis superiores a 80%), mas afastado da Alemanha e do Reino Unido, de acordo com um estudo sobre fusões e aquisições da União Europeia efetuado pela Consultora Deloitte & Touche (2002).

Tal concentração dita intermédia poder-se-ia avaliar em termos concorrenciais utilizando o índice de Herfindahl⁶, em que o mesmo considera como monopólio

³ Cfr: Ribeiro (2006) e sob consulta no site: www.millenium.pt

⁴ Cfr: Ribeiro (2006) e sob consulta no site: www.cgd.pt

⁵ Cfr: Ribeiro (2006) e sob consulta no site: www.bpi.pt

os 100% ($H=100^2=10.000$), com o domínio do sistema bancário por uma única instituição, e a dita concorrência perfeita quando este índice tende para zero.

O índice de Herfindahl pode expressar-se matematicamente da seguinte forma:

$$H = \sum_{i=1}^n s_i^2$$

onde:

n - n^o de instituições de crédito;

s_i - Quota de mercado considerada para cada instituição de crédito.

Consideramos no segundo cenário a Caixa Geral de Depósitos, com uma quota de mercado de 40%, pois trata-se da instituição financeira nacional de maior dimensão, e conseqüente quota de banqueiro. Logo, aplicando-se o referido índice às cinco instituições bancárias (CGD, BCP, BES, Santander-Totta e BPI), poderíamos classificar o tipo de concorrência existente na banca em 2002, sendo evidente que o índice que considera uma quota de mercado de 60%, aquele que se encontra mais próximo da denominada concorrência perfeita.

1^o Cenário (quota de mercado afeta a 60%):

- Quota de mercado conjunta de 60% (20%-CGD;15%-BCP;15%-BES;5%-Totta e 5%-BPI), encontraremos um índice de 900;

$$H = 20^2 + 15^2 + 15^2 + 5^2 + 5^2; H = 900.$$

2^o Cenário (quota de mercado afeta a 80%):

- Quota de mercado conjunta de 80% (40%-CGD;15%-BCP;15%-BES;5%-Totta e 5%-BPI), encontraremos um índice de 2100;

$$H = 40^2 + 15^2 + 15^2 + 5^2 + 5^2; H = 2100.$$

⁶ Índice de Herfindahl – em consulta no site: http://en.wikipedia.org/wiki/Herfindahl_index.

As alianças estratégicas da banca nacional no início do processo de internacionalização, no fim do século XX, de acordo com Ribeiro (2006), foram orientadas e caracterizadas pelas seguintes linhas de orientação, que passo a citar:

- *“Os bancos nacionais escolheram como parceiros nas suas alianças, regra geral outros bancos (65% das alianças) ”.*
- *“20% dos parceiros eram nacionais e os restantes 80% estrangeiros”.*

Como critérios para a escolha dos parceiros apontaram-se a identidade cultural e de gestão, bem como o conhecimento tecnológico.

- *“Os sectores onde se formavam as alianças são preferencialmente os serviços financeiros (37% das alianças, revestindo a forma de simples acordos formais) e o negócio bancário (23%), permitindo a entrada aos bancos em domínios como os seguros, as sociedades financeiras e de leasing”.*
- *“O território nacional foi o preferido para as alianças (70%), seguido do espaço europeu (17%) e dos PALOP (7%) ”.*
- *“As modalidades escolhidas para as alianças foram as joint ventures (60%) e os acordos simples (33%) ”.*
- *“Os objetivos para a formação de alianças foram a obtenção de escala e dimensão crítica (30%) permitindo a melhoria da produtividade, o alargamento da gama de produtos (23%) e o acesso a novas tecnologias (23%), facilitando o início do processo de internacionalização”.*

Logo de acordo com Ribeiro (2006), o sucesso das alianças manifesta-se pelo crescimento da rentabilidade e pela obtenção de sinergias em termos de grupo. Neste sentido, os cinco principais grupos financeiros nacionais (CGD,

Millenium-BCP, BES, Santander-Totta e BPI, perceberam a importância do valor das alianças estratégicas e da formação de grupos financeiros, de forma a conseguirem obter dimensão competitiva a nível internacional.

Assim, as motivações e os fatores que influenciaram a decisão da internacionalização foram, de acordo com Blandon (2000):

- *“Acompanhamento dos exportadores domésticos”.*

“Um dos mais referidos motivos para que os bancos se estabeleçam no exterior tem sido o fornecimento de serviços bancários aos clientes domésticos do banco, nomeadamente informações sobre o ambiente económico desse país e serviços. Este comportamento é justificado pela necessidade de, antes de mais, protegerem o relacionamento com o cliente no mercado doméstico, antes que ele possa ser substituído por um novo banco”.

- *“Acompanhamento do comportamento do cliente – expansão”.*

“A expansão dos clientes domésticos para novos mercados / países, tornando-se multinacionais, é também considerado um dos principais motivos para a internacionalização bancária”.

- *“Participação no mercado de capitais do país recetor”.*

“Segundo este, alguns autores defendem que os bancos se estabelecem em alguns países com o objetivo de participarem no seu mercado de capitais, podendo, por exemplo, através disto canalizar e rentabilizar as poupanças (funding dos bancos) dos seus clientes domésticos. Outra das razões para este comportamento é a possibilidade de diversificação do risco a nível internacional, algumas pesquisas demonstraram que a existência de um mercado de capitais de maior dimensão e mais desenvolvido é um fator fundamental para a internacionalização da banca”.

- *“Participação no sistema bancário do país recetor”.*

“Esta deveria ser uma das principais motivações dos bancos, dado que quando entram num mercado novo têm o objetivo de efetuar típicas operações bancárias comerciais, como os empréstimos e captação de depósitos”.

- *“Atitude das autoridades do país recetor”.*

“A necessidade de uma licença passada pelas autoridades nacionais é ainda um requisito obrigatório para se operar em muitos países.

A segunda diretiva bancária estabelece a licença bancária única europeia, segundo a qual um banco de um país da UE pode operar em qualquer outro país membro sem a necessidade de uma autorização local”.

- *“Diferenças culturais”.*

“As diferenças entre os consumidores dos vários países europeus são naturalmente uma barreira de entrada para os bancos estrangeiros, dado que desconhecem a prática bancária, os gostos, usos e costumes, etc., pelo que a adaptação dos seus produtos às necessidades dos potenciais clientes será tanto menor quanto menor for a diferença cultural existente. Esta situação explica em parte, a tendência dos primeiros movimentos de internacionalização da banca portuguesa”.

Como conclusão, de acordo com Blandon (2000), podemos dizer que os bancos nacionais escolheram, como países de investimento, aqueles onde já existiam empresas nacionais e onde as ligações culturais eram mais fortes.

2.4 A PRESENÇA DA BANCA ESPANHOLA NO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS.

Com base na pesquisa efetuada junto do Banco de Portugal e de outras fontes de mercado, sobre algumas instituições financeiras espanholas que marcam presença ainda hoje no território nacional, podemos concluir que o nosso país era considerado estratégico em termos ibéricos.

Selecionaram-se instituições financeiras de média dimensão, deixando-se o grupo Santander e o BBVA, S.A. de fora desta análise, devido à sua dimensão como grupo financeiro.

Consideraram-se especificamente nesta análise representativa:

- Banco:

Banco Popular Portugal, SA (controlado pelo Banco Popular Espanol, SA).

- Sucursais:

Pastor Servicios Financieros, EFC, SA:

- Sucursal em Portugal (integrado em 2011 no grupo Banco Popular);

Caja Madrid:

- *Caja de ahorros y Monte de Piedad de Madrid* – Sucursal em Portugal;

Caja Vigo:

- *Caixa de aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra* - Sucursal em Portugal – resultado da cisão da Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra (**Novacaixagalicia**), sendo registada a 30/12/2011, sob a nova marca comercial: **Novagalicia Banco** - Sucursal em Portugal⁷;

Caja Duero:

- *Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad* - Sucursal em Portugal⁸;

Caixa Galicia:

- Resultado da cisão da Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra (**Novacaixagalicia**), sendo registada a 30/12/2011, sob a nova marca comercial: **Novagalicia Banco** - Sucursal em Portugal⁹;

Caja Badajoz:

- *Monte de Piedade e Caja general de ahorros de Badajoz*¹⁰.

- Escritórios de representação:

La Caixa – La caixa de estalvis i pensions de Barcelona.

⁷ Consulta em site: <https://www.novagaliciabanco.com>

⁸ Consulta em site: <http://www.cajaduero.pt>

⁹ Consulta em site: <https://www.novagaliciabanco.com>

¹⁰ Consulta em site: <https://www.cajabadajoz.es>

Tabela 2.4.1: Agências, Sucursais e escritórios de representação de bancos e caixas espanholas presentes em Portugal (2002-2012)

<i>Instituições Financeiras</i>	<i>Observações</i>	<i>Entrada no sistema bancário nacional</i>	<i>Sucursais 2002</i>	<i>Sucursais 2012</i>	<i>Agências 2002</i>	<i>Agências 2012</i>	<i>Escritórios</i>
<i>Pastor- Serviços Financeiros</i>	<i>Integração Grupo Banco Popular em 2011.</i>	<i>1997</i>	<i>1</i>	<i>1</i>			
<i>Caixa Vigo</i>	<i>Integração no Novagalicia Banco SA, constituído em 2011.</i>	<i>1997</i>	<i>3</i>	<i>0</i>			
<i>Caja Duero</i>	<i>Ativo no sistema bancário nacional.</i>	<i>1995</i>			<i>6</i>	<i>5</i>	
<i>Banco Popular Portugal, SA</i>	<i>Aquisição em 2002 de 100% do capital do Banco Nacional de Crédito, SA. (1ª sucursal em 1999)</i>	<i>2000</i>			<i>2</i>	<i>179</i>	
<i>Caja Madrid</i>	<i>Ativo no sistema bancário nacional.</i>	<i>2002</i>	<i>1</i>	<i>1</i>			
<i>Caixa Galicia</i>	<i>Integração no Novagalicia Banco SA, constituído em 2011.</i>	<i>2000</i>			<i>6</i>	<i>5</i>	
<i>Caja de Badajoz</i>	<i>Instalação do primeiro escritório de representação em Lisboa e abertura de 1ª agência operativa em 2004.</i>	<i>1991</i>			<i>0</i>	<i>3</i>	
<i>La Caixa (parceria com o BPI)</i>	<i>Escritório de representação.</i>						<i>1</i>

Fontes: Banco de Portugal (2002), Jornal de negócios nº 258 (12/2002), site: <https://www.novagaliciabanco.com>, site: <http://www.cajaduero.pt> e site: <https://www.cajabadajoz.es> e site: <https://www.bancopopular.pt>.

- Banco Popular Español, SA.

O Banco Popular Español foi fundado em 1926, possui sede em Madrid, sendo o terceiro grupo bancário espanhol (quinta entidade bancária se incluirmos as caixas) e o banco mais eficiente (medido pelo rácio “*cost to income*”) do seu sistema financeiro, de acordo com os Resultados Anuais de 2011¹¹ e um dos mais eficientes, segundo a agência de *rating* Moody`s em 05 de Outubro de 2011, a qual lhe atribuiu uma classificação A2 e passo a citar: “O *rating* do Banco Popular espanhol reflete o seu foco na banca de retalho, particularmente em PME´s, e nos seus fortes fundamentos financeiros: alta rendibilidade e um dos melhores rácios de eficiência da banca europeia”, conforme informação disponibilizada pelo grupo Banco Popular a 31 de Dezembro de 2011, junto dos seus investidores.

¹¹ Cfr: prensabancopopular@bancopopular.es

Para além do Banco Popular que está presente a nível nacional, este controla seis bancos regionais (Banco de Andalucía, Banco de Castilha, Banco do Crédito Balear, Banco de Galicia, Banco de Vasconia e mais recentemente o Banco Pastor, terminando-se o respetivo processo de fusão em 2011), um banco especializado em crédito hipotecário (Banco Popular Hipotecário), um banco de gestão de patrimónios (Banca Popular Privada) e um banco na internet (Banco Popular-e.com) para além de empresas financeiras de crédito especializado (leasing, factoring, etc.), (Vd. por exemplo, site: www.bancopopular.pt).

A presença do Banco Popular em Portugal é anterior ao 25 de Abril de 1974, quando teve uma participação acionista no Banco da Agricultura, posteriormente nacionalizado.

Em 1991 efetuou uma parceria com o BCP, substituída em 1996 por uma outra com o Grupo Champalimaud (BPSM), e em 1992 haviam atingido já as vinte e oito agências, porém em 2001, num acordo amigável com o BCP foi extinta a sociedade.¹²

Com a compra do BPSM pelo BCP, a sociedade existente foi anulada e os responsáveis do Banco Popular decidiram entrar diretamente no mercado financeiro português com a abertura em 1999 de uma sucursal.

Em 2000 com a marca Banco Popular principiam o processo de abertura de balcões, o primeiro em Lisboa e o segundo na cidade do Porto, depois em outras cidades, privilegiando contudo o norte do país e as cidades de maior dimensão.

Em 2001 adquiriram a sociedade de factoring, Heller Factoring Portugal e em 2002 chegam a acordo com o empresário Américo Amorim para a compra de 75,2% do BNC (Banco Nacional de Crédito Imobiliário, SA), ficando com o controlo a 100% da referida instituição. O BNC tinha cento e onze agências em Portugal e ao consolidar com o Banco Popular Español aumenta em 7% os seus ativos totais. As motivações que estiveram na base da aposta numa presença direta no mercado português deveram-se às dificuldades encontradas no estabelecimento de parcerias com bancos nacionais, ao que acrescia a intenção em estar presente num mercado considerado cada vez mais

¹² Cfr: Relatório e contas 2011 - Banco Popular Español e site: www.bancopopular.es

importante, dada a proximidade geográfica e cultural e ao gradual crescimento das relações comerciais verificado entre as duas economias.

As *Cajas de Ahorro*¹³ *espanholas* são entidades que tem a sua origem no Século XVIII e que atualmente são instituições de crédito plenas e em tudo comparadas aos bancos, integrando o sistema financeiro espanhol. Têm como forma jurídica, o carácter privado e atuam com critérios de mercado, embora revertendo parte dos seus ganhos para a sua causa social (Vd. por exemplo, site: <http://www.cajaduero.pt>).

As *Cajas* especializaram-se no crédito e poupança das famílias, nos pequenos negócios e nas pequenas e médias empresas, inicialmente com uma forte raiz local dado que as agências estavam localizadas preponderantemente na região onde mantinham a sede. Nos últimos anos assistiu-se à expansão das mesmas para fora do seu mercado local.

- Novagalicia Banco, Sucursal em Portugal.

Em resultado da cisão da Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra (*Novacaixagalicia*), foi constituído o Novagalicia Banco, SA, o qual universalmente lhe sucede nos direitos, obrigações e relações jurídicas no âmbito da sua actividade bancária. Como consequência, no passado dia 30.12.2011, foi registada a Sucursal em Portugal, sob a marca comercial Novagalicia Banco, (Vd. por exemplo, site: <https://www.novagaliciabanco.com>). A Caixa Galicia¹⁴ havia sido o resultado de sete processos de fusão e de duas aquisições parciais, tendo sido constituída no ano de 1978, embora os seus antecedentes remontem a 1842, quando nasceu a primeira *Caja de Ahorros* de La Coruña. A sua presença internacional iniciou-se em 1984, estando presente através de escritórios de representação em países onde existam emigrantes galegos (França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Argentina, México e Venezuela), possuindo atualmente um total de oito escritórios. Sendo entendido pelos seus responsáveis que a entrada em Portugal se justificava por ser uma forma de expansão, em face da proximidade geográfica, da afinidade cultural, do intercâmbio comercial e da crescente inter-relação

¹³ Cfr: Cajas de Ahorros Confederadas – informação disponível em www.ceca.es.

¹⁴ Cfr: Relatório e Contas de 2002 referente à Caixa Galicia e site: www.caixagalicia.es.

existente entre os grupos empresariais da Galiza e de Portugal, sendo o seu mercado alvo a nível ibérico as médias e as grandes empresas.

- Caja Madrid, Sucursal em Portugal.

A Caja Madrid¹⁵ teve a sua origem no Monte de Piedade de Madrid e foi a primeira *caixa* a ser criada em Espanha, no ano de 1838. A sua sede social é em Madrid e tem uma rede de quase duas mil agências em Espanha, atualmente com presença em todas as comunidades autónomas espanholas, embora o seu mercado principal seja a região de Madrid, onde é líder de mercado.

O seu primeiro escritório de representação no exterior foi o de Lisboa, no ano de 1991, tendo como objetivo aprofundar o conhecimento do mercado português e a captação de negócio no segmento de banca de negócios, quer por via de empréstimos sindicados, quer por via das grandes empresas e consórcios de exploração de infra-estruturas rodoviárias.

Em 2000, a presença em Portugal evoluiu para a abertura de uma sucursal.

Tal teve em conta a existência de uma base de operações com empresas portuguesas (embora formalizadas através de Madrid), a facilidade administrativa de abertura de uma sucursal, a proximidade geográfica e a necessidade sentida de acompanhar os clientes domésticos que já estavam há alguns anos a trabalhar em Portugal ou que demonstravam essa intenção.

- Caja Duero, Sucursal em Portugal.

As suas origens remontam a 1881, mas a atual Caja Duero¹⁶ é um resultado da fusão da Caja de Ahorros de Monte de Piedade de Salamanca (esta já como resultado de fusões anteriores) e da Caja de Ahorros y Préstamos da Província de Soria em 1991, (Vd. por exemplo: site: <http://www.cajaduero.pt>).

A sua sede social é em Salamanca. Em Junho de 2000, integrou a rede do Crédit Lyonnais España, alcançando desde então uma presença em quase todo o território espanhol. Para além da actividade bancária, o grupo Duero tem

¹⁵ Cfr: Relatório e Contas 2002 da Caja Madrid e site: www.cajamadrid.es.

¹⁶ Cfr: site: www.cajaduero.es

participações industriais significativas em empresas regionais do sector de infra-estruturas, alimentação, energético, entre outros.¹⁷

A sua presença internacional inicia-se com Portugal, e posteriormente em França, tendo sido iniciada em 1990, com a abertura de um escritório de representação em Lisboa. O motivo principal para esta aposta passou pela intenção de conhecer o mercado português, considerado como de elevado potencial de crescimento e de expansão natural da Caja Duero. Em 1995 decidem evoluir para uma presença mais direta no mercado financeiro português e abrem uma sucursal operativa em Lisboa. As motivações para estarem presentes no mercado português deveram-se à proximidade geográfica e cultural, dentro do seu plano de expansão para toda a Península Ibérica iniciado nos anos 90, pelo que obrigatoriamente tinha que incluir Portugal, dado o enorme desenvolvimento do comércio bilateral e das movimentações de pessoas e bens entre os dois países.

Neste sentido e em conformidade com a informação recolhida sobre quatro instituições financeiras de origem espanhola presentes no nosso país, conclui que todas possuíam pouca experiência internacional, para a Caja Duero e para a Caja Madrid, Portugal foi a primeira iniciativa fora do respetivo país.

Pode-se concluir que a proximidade geográfica e cultural, a facilidade de abertura de sucursais devido à desregulamentação implementada pela adesão à União Europeia, a cada vez maior interligação das duas economias, quer nas relações comerciais entre empresas dos dois países ibéricos, quer nos investimentos diretos efetuados pelas suas empresas, principalmente por empresas espanholas, terá levado à necessidade de seguir os movimentos de internacionalização dos seus clientes e à vontade de cobrir todo o espaço geográfico da Península Ibérica.

No entanto, se nos restringirmos à análise do segmento de empresas de média e de grande dimensão, verificamos que é neste mercado que mais investem, considerando a sua atuação neste mercado como muito importante do ponto de vista estratégico, e onde acabam por basear a sua internacionalização, estendendo a sua influência ao nível do sector bancário, acabando por o tornar mais concorrencial e aberto.

¹⁷ Cfr: Cajas de Ahorros Confederadas – informação disponível em www.ceca.es, e site da Caja Duero.

3. A BANCA EM PORTUGAL E A CRISE SUBPRIME.

Neste capítulo será analisado o impacto da crise financeira no sector bancário português. Começamos por analisar a vulnerabilidade do sector à crise internacional e os efeitos da crise, examinamos o papel da supervisão do sector e finalmente faremos uma análise SWOT do sector bancário português, de onde pretendemos extrair conclusões para a contenção e resolução dos efeitos da crise.

3.1 A BANCA EM PORTUGAL E O PERIGO DE CONTÁGIO.

“Subprime (definição): neologismo da língua inglesa, lançado inicialmente no vocabulário financeiro americano. Em rigor, surgiu por contraposição ao termo prime, já consagrado como designação de um empréstimo «seguro», concedido a um bom cliente, isto é a alguém que dispõe de ativos confortáveis. Assim, um crédito subprime corresponde a um empréstimo concedido a alguém de baixos rendimentos que portanto, apresenta um alto risco de incumprimento. A partir de Agosto de 2007, a palavra subprime tornou-se símbolo de maldição e desgraça para milhões de pessoas que perderam o seu dinheiro, a sua casa, ou até as duas coisas.” Shiller J. (2008:5)

Poderão ter estado na base desta crise internacional muitos fatores, mas numa economia global e moderna, com autoridades atentas e eficazes, tal teria sido evitado, dado que se titularizou dívida de diversas naturezas sob a designação de *asset-backed securities*¹⁸ de acordo com Attali (2009:53).

Contudo, para melhor se perceber os efeitos da chamada crise *subprime*, importa distinguir os vários tipos de crédito existentes no mercado norte-americano, de acordo com a definição dada por DiMartino e Duca (2007):

- *“Crédito prime – empréstimos tradicionais, concedidos a clientes com um bom registo anterior de crédito, que entram com pagamentos iniciais significativos e que documentam detalhadamente os seus rendimentos”.*
- *“Crédito jumbo – empréstimos de qualidade prime, mas que excedem o limite máximo de 417 mil dólares, sendo hipotecas que só podem ser*

¹⁸ *ABS (asset-backed securities) são títulos associados a um ativo subjacente, criados por titularização, sendo que na maior parte dos casos, os ABS estão associados a uma carteira de créditos imobiliários hipotecários.*

compradas e garantidas pelas Government Sponsored Enterprises (GSE) ”.

- *“Crédito subprime – concedidos a clientes que não possuem um bom indicador de crédito, podendo mesmo não haver qualquer indicador anterior. Ou seja, são atribuídos a quem não apresenta os rendimentos detalhadamente e a quem não é obrigado a realizar pagamentos iniciais, pelo que o empréstimo cobre 100% do valor da residência. Na prática, estes são os empréstimos hipotecários que apresentam o maior risco de incumprimento, sendo também os que pagam as maiores taxas de juro, devido ao respetivo risco associado”.*
- *“Crédito alternative-A (Alt-A) – concedidos a clientes que se podem qualificar como estando acima do limiar do Subprime mas que, ou não documentam em detalhe os seus rendimentos ou não realizam entradas iniciais”.*

No entanto, os acontecimentos que originaram o despoletar da crise tiveram o seu início muito antes de 2007, dado que após o crescimento tecnológico verificado no final do século XX, sucedeu-se um período de enfraquecimento económico no seguimento dos atentados de 11 de Setembro de 2001, (Vd. por exemplo, França, 2010), neste sentido, a generalidade dos bancos de investimento e dos bancos universais (banca comercial e banca de investimento) adotam um modelo conhecido como *originate-to-distribute* (originar e distribuir), e que consistia na criação de crédito que posteriormente era titularizado.

Verificou-se que o modelo que surgiu para a concessão de crédito hipotecário *non prime* era idêntico ao que já tinha sido utilizado para o crédito *prime* em meados da década de oitenta, (Vd. por exemplo Ribeiro, 2009).

Logo, quem concedia crédito hipotecário agregava conjuntos de hipotecas de forma a vendê-las a entidades que as transformavam em *mortgage backed*

*securities*¹⁹, podendo, essas entidades, com o valor da venda conceder novos empréstimos.

Na prática, este modelo libertava mais capital para alocação a novas operações de crédito, possibilitando que os bancos continuassem a conceder crédito sem qualquer limitação, conforme a análise realizada por Bhatia (2007), Purnanandam (2009) e Gorton (2009).

Consequentemente, os investidores, confrontados com o abrandamento económico, passaram a ter comportamentos de maior risco, investindo em instrumentos alternativos, apenas como forma de aumentarem as taxas de retorno esperadas, mesmo sabendo que esses ativos possuíam menor liquidez ou até uma menor qualidade de crédito.

Nos Estados Unidos, para se preservar o funcionamento do sistema capitalista sem pôr em causa os padrões de repartição de riqueza, foi preciso manter a procura sem aumentar os rendimentos, pelo que se incentivou a classe média ao endividamento, solução globalizada a partir da década de oitenta, através da utilização de cartões de crédito para gastos correntes e empréstimos bancários para a compra de nova habitação de acordo com Attali (2009: 48).

Os efeitos não foram sentidos nas primeiras fases da crise, pois a bolha imobiliária veio a rebentar no final 2006, e a crise do *subprime*, que afetou o mercado interbancário, tem o seu começo no verão de 2007. Foi em 2007 que o primeiro grande banco britânico, o Northern Rock, se encontrou em apuros.²⁰ Ao longo de todo esse período as economias no geral mal sentiram esses efeitos e a economia dos EUA continuou a crescer.²¹ Apenas no fim do Verão de 2008, quando surge a globalização da crise, a queda começou verdadeiramente a acontecer, sendo que a Europa apesar de mais distante, não deixou de ser afetada, e em Portugal o sistema bancário não mais voltaria a ser igual.

No decorrer de 2007, começam-se a sentir os primeiros sinais negativos da crise ao nível da economia mundial, contribuindo para um desacelerar de toda a actividade económica. O crescimento económico e a estabilidade financeira

¹⁹ *MBS (Mortgage-Backed Securities)* - títulos de securitização cujos ativos subjacentes são empréstimos hipotecários.

²⁰ Curiosamente o apoio do Banco de Inglaterra ao Northern Rock foi decidido a 14 de Setembro de 2007, exatamente um ano antes da fatídica decisão do Fed Americano de deixar cair o LEHMAN BROTHERS; Cfr. Neves (2011:124).

²¹ Segundo o FMI (*World Economic Outlook*), a economia americana cresceu 3,1% em 2005, 2,7% em 2006, 1,9% em 2007 e estagnou (0,0%) em 2008; Cfr. Neves (2011: 124).

foram afetados negativamente, devido essencialmente à deterioração da situação dos mercados imobiliários nas economias mais evoluídas e desenvolvidas. No primeiro semestre de 2008, evidenciou-se uma subida dos preços dos bens alimentares e conseqüentemente do preço do petróleo, o que se traduziu no aumento da taxa de inflação em alguns países.

Na sequência da crise do mercado *subprime* dos Estados Unidos, os efeitos no sistema bancário português começam a sentir-se, principalmente no segundo semestre de 2007, com sinais evidentes nos seus indicadores de rentabilidade, liquidez e de solvabilidade.

No primeiro semestre de 2007, os bancos portugueses mantiveram uma evolução positiva, em linha com as tendências observadas nos anos anteriores, mantendo o mesmo nível de crescimento na sua actividade, bem como os níveis de rentabilidade e de qualidade dos seus ativos mais lucrativos ²², conforme se terá oportunidade de demonstrar na secção 3.4 (Vd. Tabela 3.4.3 e 3.4.7 e Gráfico 3.4.4), em conformidade com Associação Portuguesa de Bancos (2012).

O financiamento nos mercados por grosso assumiu valores elevados, assumindo-se como um recurso muito expressivo a emissão de títulos de dívida, com destaque para as obrigações hipotecárias.

No segundo semestre de 2007 e já na sequência de uma reavaliação do risco a nível global, assistiu-se a uma desvalorização de alguns ativos financeiros, quer de ações quer de títulos de dívida, em particular quando emitidos por instituições financeiras, e de acordo com Attali (2009:70): "*No dia 1 de Outubro de 2007, a UBS e o Citigroup tornaram público consideráveis depreciações dos seus ativos ligados aos subprimes. Nos dias que se seguiram, vários bancos americanos e europeus fizeram o mesmo*".

Contudo, pese embora a fraca exposição dos bancos portugueses ao mercado *subprime* norte-americano de acordo com a análise aos "Riscos e Vulnerabilidades em Portugal" do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal (2007: 37), esta veio a influenciar negativamente a evolução e a rentabilidade das instituições de crédito nacionais, por via do aumento dos custos de financiamento, e conseqüente redução do contributo da margem

²² Associação Portuguesa de Bancos, principais variáveis e indicadores da actividade bancária em 2007. www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb

financeira para os resultados, diminuição do peso das comissões e operações financeiras e por reduções de valor nas suas carteiras de ativos financeiros. Por consequência, os indicadores de solvabilidade deterioraram-se significativamente.²³

Ainda assim, é importante assinalar que as notações atribuídas pelas agências de *rating* internacionais aos bancos portugueses praticamente não se alteraram no segundo semestre de 2008, mantendo-se bastante positivas, situação que se veio a alterar a partir do primeiro semestre de 2011, como se pode aferir pela tabela 3.1.2., onde efetivamente se começa a verificar a redução das notações atribuídas aos principais bancos nacionais, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Tabela 3.1.1: Notações de Rating da dívida de longo prazo de 12/2008 a 11/2010.

NOTAÇÕES DE RATING DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO DOS CINCO MAIORES GRUPOS BANCÁRIOS PORTUGUESES E DO GOVERNO PORTUGUÊS												
	S&P				Moody's				Fitch			
	31-Dez 2008	31-Dez 2009	30-Jun 2010	08-Nov 2010	31-Dez 2008	31-Dez 2009	30-Jun 2010	08-Nov 2010	31-Dez 2008	31-Dez 2009	30-Jun 2010	08-Nov 2010
CGD	AA-	A+	A-	A-	Aa1	Aa2	Aa3	A1	AA-	AA-	A+	A+
BCP	A	A-	BBB+	BBB+	Aa3	A1	A1	A3	A+	A+	A+	BBB+
BST	AA	AA-	A	A	Aa3	Aa3	Aa3	A1	AA	AA	AA	AA
BPI	A	A	A-	A-	A1	A1	A1	A2	A+	A+	A+	A-
BES	A	A	A-	A-	Aa3	A1	A1	A2	A+	A+	A+	BBB+
República Portuguesa	AA-	A+	A-	A-	Aa2	Aa2	Aa2	A1	AA	AA	AA-	AA-

Fonte: Bloomberg e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2010, pág. 27.

Nota: "Para os bancos, os ratings da S&P referem-se à categoria *LT Local Issuer Credit*; os ratings da Moody's referem-se à categoria *Long Term Bank Deposits*; os ratings da Fitch referem-se à categoria *LT Issuer Default Rating*. Para a República Portuguesa, os ratings referem-se todos à categoria *Local Currency LT Debt*".

²³ Associação Portuguesa de Bancos, principais variáveis e indicadores da actividade bancária em 2008. www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb

Tabela 3.1.2: Notações de Rating da dívida de longo prazo de 12/2010 a 11/2011.

NOTAÇÕES DE RATING DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO DOS CINCO MAIORES GRUPOS BANCÁRIOS PORTUGUESES E DA REPÚBLICA PORTUGUESA									
	S&P			Moody's			Fitch		
	31-Dez-10	16-Mai-11	4-Nov-11	31-Dez-10	16-Mai-11	4-Nov-11	31-Dez-10	16-Mai-11	4-Nov-11
CGD	A-	BBB-	BBB-	A1	Baa1	Ba2	A	BBB-	BBB-
BCP	BBB+	BBB-	BBB-	A3	Baa3	Ba3	BBB+	BBB-	BBB-
BST	A	BBB-	BBB-	A1	A3	Baa2	AA	AA	AA-
BPI	A-	BBB-	BBB-	A2	Baa2	Ba2	A-	BBB-	BBB-
BES	A-	BBB-	BBB-	A2	Baa2	Ba2	BBB+	-	-
República Portuguesa	A-	BBB-	BBB-	A1	Baa1	Ba2	A+	BBB-	BBB-

Fonte: Bloomberg e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.42.

Nota: "Para os bancos, os ratings da S&P referem-se à categoria *LT Local Issuer Credit*; os ratings da Moody's referem-se à categoria *Long Term Bank Deposits*; os ratings da Fitch referem-se à categoria *LT Issuer Default Rating*. Para a República Portuguesa, os ratings referem-se todos à categoria *Local Currency LT Debt*".

A economia portuguesa sofreu a ação de uma crise económico-financeira, que se começou a fazer sentir com maior preocupação a partir de Dezembro de 2008, tendo origem em fatores externos, e também em fatores internos, com especial relevância para os elevados níveis de endividamento que os agentes económicos haviam contraído junto da banca portuguesa. (Vd. Capítulo 2)

Trata-se de uma situação grave, tendo em conta que, desde 2001, e em conformidade com as projeções de curto prazo da Comissão Europeia, a economia nacional encontrava-se estagnada, sendo que tal assim iria continuar, se não existissem alterações profundas quer ao nível político, quer ao nível das próprias instituições.

A evidência ao longo deste período mostra que, quando os mercados financeiros estão severamente sob *stress*, mesmo bancos altamente cotados podem sentir dificuldades em aceder ao mercado por grosso de fundos (basicamente o mercado interbancário), de acordo com Rixtel e Gasperini (2013).

Tabela 3.1.3: Portugal: projeções macroeconómicas elaboradas em 2007

	2007		Annual percentage change							
	bn Euro	Curr. Prices	%GDP	92-94	2005	2006	2007	2008	2009	2010
GDP at previous year prices	163.1	100.0	2.1	2.1	0.9	1.4	1.9	0.2	-1.6	-0.2
Private consumption	106.0	65.0	2.6	2.6	2.0	1.9	1.6	1.4	-0.2	0.1
Public consumption	33.1	20.3	2.5	2.5	3.2	-1.4	0.0	0.1	0.3	0.4
Gross fixed capital formation	35.6	21.8	2.9	2.9	-0.9	-0.7	3.2	-0.8	-5.5	-3.8
Of which : equipment	12.1	7.4	3.2	3.2	1.0	7.3	8.2	3.7	-11.0	-3.0
Exports (goods and services)	53.2	32.6	4.6	4.6	2.0	8.7	7.5	0.3	-3.8	0.8
Imports (goods and services)	65.3	40.0	5.5	5.5	3.5	5.1	5.6	2.3	-2.8	-0.4
GNI at previous year prices (GDP deflator)	156.6	96.0	2.1	2.1	0.5	-0.3	1.5	-0.3	-1.3	-0.9
Unemployment rate			5.6	5.6	7.7	7.8	8.1	7.8	8.8	9.1
Net lending (+)or borrowing (-) vis-à-ROW(c)			-4.0	-4.0	-8.3	-9.3	-8.7	-10.2	-8.2	-8.7
General government balance			-3.8	-3.8	-6.1	-3.9	-2.6	-2.2	-4.6	-4.4

Fonte: Mateus (2009), com base em dados da Comissão Europeia.

De acordo com Mateus (2009:101), a situação económica dos portugueses é ainda pior do que aquela que a evolução do PIB demonstra, pois os agentes económicos devido ao seu elevado endividamento que deverá ultrapassar o limiar dos 100% do PIB em 2007 e tendo em conta o elevado pagamento de juros ao exterior, segundo o autor fará mais sentido falar-se em Produto Nacional e não em Produto Interno.

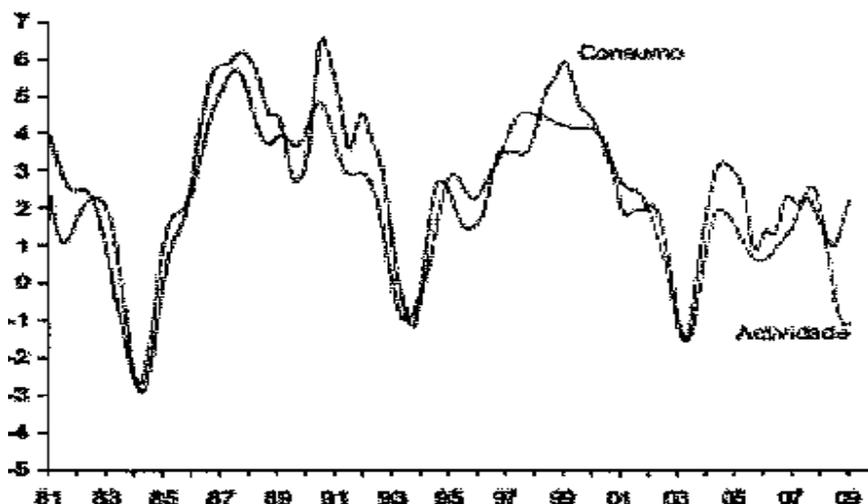
A Comissão Europeia começou a publicar este indicador para o nosso país, entre 2005 e 2008, mostrando que o PIB cresceu globalmente 4,49%, e o PNL cresceu apenas 1,39%. Assim o grau de divergência em relação à União Europeia é ainda mais acentuado.

O indicador de actividade económica esteve em queda ao longo de todo o ano de 2008. No primeiro trimestre de 2009, o país tinha entrado em *recessão técnica*, e a taxa de crescimento do PIB no referido ano seria negativa, de acordo Mateus (2009:101).

Ao longo do ano de 2007 vários grandes bancos recorreram a aumentos de capital, primeiro foi o Millenium-BCP e depois o BPI, geralmente de fontes privadas (Mateus, 2009:101-103).

Gráfico 3.1.1: Portugal: indicadores coincidentes da actividade e do consumo privado.

Percentagem (%)



Fonte: Mateus (2009), com base em dados do Banco de Portugal.

Com base no gráfico acima, é passível de se constatar que uma descida do nível do consumo em Portugal, o qual é acompanhado pela queda do nível de actividade em 2009, fruto de uma subida do desemprego e do elevado número de falências de empresas verificado em Portugal, de acordo com Mateus (2009:101).

Com o agravar da situação económica de Portugal, e com a descoberta de prejuízos na ordem de 1 bilião de euros por parte do Banco Português de Negócios (BPN), o governo resolveu avançar com respetiva nacionalização do mesmo a 3 de Novembro de 2008, e anunciou um programa de injeção de capital na banca nacional de 4 biliões de euros, disponibilizando-se de igual modo a prestar avales a empréstimos dos bancos até 20 biliões de euros.

Em finais de 2008, o Banco Privado Português (BPP) entra em situação de insolvência pelo que acaba adquirido por um conjunto de grandes bancos.

Em conjugação com a Comissão Europeia, o governo português anuncia medidas de estímulo fiscal em Dezembro de 2008, no valor de 2,2 biliões de euros, correspondendo a 1,2% do PIB. Contudo o seu impacto foi limitado, pois trata-se de garantias a empresas, muitas das quais já sobre endividadas, ou

investimentos públicos, que irão demorar o seu tempo a promover o devido retorno, de acordo com o autor (Mateus, 2009:103).

O ano de 2008 foi seriamente afetado pela crise nos mercados financeiros internacionais e pelo abrandamento económico a nível global, em particular a partir de Setembro de 2008, o que se traduziu num cenário muito adverso para a actividade bancária em Portugal.

Porém, os bancos portugueses apresentaram uma elevada capacidade de adaptação a este contexto especialmente desfavorável, tendo beneficiado de medidas estatais de apoio ao sistema financeiro e das alterações ao regulamento da política monetária do Eurosistema (Vd. anexo I).

Durante o ano de 2008, as instituições financeiras portuguesas decidiram quais os requisitos de capital necessário de acordo com a regulamentação de Basileia II.

O ritmo de crescimento do desemprego e o número de falências das empresas continuam a aumentar, pelo que o indicador de confiança económica calculado pelo INE atinge em Janeiro de 2009 o ponto mais baixo dos últimos 20 anos (Mateus, 2009:101).

No entanto, a estratégia de expansão da actividade das instituições aumentou a sensibilidade do balanço para a avaliação do risco nos mercados financeiros internacionais, quer do lado do activo, quer do passivo.

Contudo em 2009, e de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, o conjunto das principais variáveis e dos indicadores da actividade bancária, mantinham-se no geral favoráveis face a 2008, nomeadamente:

- *“O acréscimo geral da actividade bancária, com um crescimento de 7,2% do crédito a clientes (face ao ano de 2008), o qual foi acompanhado por um aumento de apenas 9,8% face ao ano anterior, em termos de recursos de clientes (operações passivas) ”.*

- *“O crescimento de 17%, cifrando-se nos 78,2 mil milhões de euros, da dívida titulada, beneficiando da melhoria verificada nos mercados internacionais, face ao ano anterior”.*

- *“O aumento de 176 balcões verificado na rede bancária, face ao ano de 2008, a qual atinge no final de 2009 um total de 6 314 unidades”.*
- *“O aumento do número de trabalhadores em 2009 cifrando-se num total de 59 331 colaboradores, revela praticamente a estabilização do volume de emprego no sector bancário (mas representando em crescimento de mais 0,6% em relação ao ano transato) ”.*
- *“O indicador cost-to-income volta contudo a registar um agravamento, decorrente da sua redução em 2,5 %, fixando-se em 53,3% (> 45%), fruto da deterioração do produto bancário”.*

Contudo em 2010, o início de ano ficou marcado por quebras nos mercados acionistas e fortes tensões nos mercados de dívida pública na área do euro, levando à adoção de um conjunto de medidas por parte das autoridades da União Europeia, nomeadamente e de acordo com o Relatório de Estabilidade do Banco de Portugal (2010:23): *“Neste quadro, as autoridades anunciaram várias medidas, entre as quais planos de consolidação orçamental por parte dos governos dos países mais afetados e, no início de maio, um plano conjunto da União Europeia e do FMI de apoio à Grécia. Paralelamente, o BCE anunciou medidas visando restaurar a liquidez e a profundidade nos segmentos de mercado disfuncionais, de forma a repor o normal funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária.*

Uma destas medidas consistiu num programa de compra de títulos de dívida pública e privada da área do euro (Securities Market Programme). O BCE também expandiu as operações de refinanciamento de prazo alargado, retornou ao procedimento de satisfação total da procura a taxa fixa em todas as operações de refinanciamento reversíveis e restabeleceu a linha de swap em dólares norte-americanos com a Reserva Federal dos EUA. Foi também anunciada a manutenção da elegibilidade dos títulos emitidos ou garantidos pelo Estado grego como colateral para as operações de refinanciamento, até indicação em contrário”.

Logo, o crescimento da economia portuguesa deverá ser influenciado negativamente a curto prazo, por via do processo de ajustamento orçamental, levado a cabo em Portugal, sendo de antever impactos negativos no sistema bancário português, resultantes de um conseqüente processo de enfraquecimento da economia nacional.

De acordo com os dados da Comissão Europeia, as previsões para 2011 apontam para um ligeiro abrandamento da economia mundial. Estima-se ainda que a generalidade das economias desacelere, mantendo um ritmo de crescimento moderado, num contexto de reequilíbrio das contas públicas.

Tabela 3.1.4: Previsões económicas da Comissão Europeia de 2010

	<i>Taxa de Crescimento (PIB)</i>				<i>Inflação (%)</i>				<i>Saldo Orçamental</i>				<i>Rácio de Endividamento</i>			
	09	10	11	12	09	10	11	12	09	10	11	12	09	10	11	12
EUA	-2,7	2,7	2,1	2,5	-0,4	1,6	1,1	1,5	-11,2	-11,3	-8,9	-7,9	84,7	92,2	98,4	102,1
Euro	-4,1	1,7	1,5	1,8	0,3	1,5	1,8	1,7	-6,3	-6,3	-4,6	-3,9	79,1	84,1	86,5	87,8
Portugal	-2,6	1,3	-1,0	0,8	-0,9	1,4	2,3	1,3	-9,3	-7,3	-4,9	-5,1	76,1	82,8	88,8	92,4

Fonte: Mateus (2009), com base em dados da Comissão Europeia.

Previsão de Outono de 2010, relativamente aos principais indicadores económicos (PIB, inflação, saldo orçamental e rácio de endividamento).

Para 2011, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimava para a zona euro uma desaceleração das exportações, associada ao enfraquecimento da economia mundial, esperando contudo que o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB se mantivesse num valor positivo e que o investimento aumentasse, invertendo a evolução negativa registada entre 2008 e 2010.

Contudo, pese embora um ligeiro aumento do preço do petróleo em 2010 e 2011, de acordo com as projeções da Comissão Europeia, a taxa de inflação para a maioria das economias acima analisadas dever-se-ia manter moderada. A crise financeira global nasce nos Estados Unidos de acordo com Castells, Caraça e Cardoso (2012:23-24), teve na sua origem o capitalismo

informacional global, no início da década de 80, e resulta segundo os mesmos da combinação de seis fatores, que passo a citar:

- *Primeiro: “a transformação tecnológica das finanças que forneceu a base para a formação de um mercado financeiro global, em torno de redes informáticas globais, e equipou as instituições financeiras com capacidade informática para usar modelos matemáticos avançados”.*
- *Segundo: “a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e instituições financeiras, permitindo uma quase total liberdade de fluxos de capital através das empresas, comprimindo a capacidade de regulação dos reguladores nacionais”.*
- *Terceiro: “a titularização de todas as organizações económicas, atividades ou ativos, fazendo da avaliação financeira o modelo principal através do qual se avaliam as empresas, Estados, moedas e economias nacionais, querendo com isto dizer-se que em face de um cada vez menor retorno ligado aos investimentos, qualquer tipo de dívida é titularizada e posteriormente negociada. Novas tecnologias financeiras tornaram possível a invenção de inúmeros produtos derivados, opções e títulos securitizados (como exemplo, CDO's²⁴), que se tornaram cada vez mais complexos e interligados, virtualizando o capital e eliminando qualquer resquício de transparência nos mercados, esvaziando de sentido os princípios da contabilidade e da responsabilidade”.*
- *Quarto: “o desequilíbrio entre a acumulação de capital nos países recém-industrializados (como a China e alguns países produtores de petróleo) e os empréstimos de capital, nos Estados Unidos, facilitou a expansão do crédito fácil nos EUA, que resultou numa onda de empréstimos a um elevado número de consumidores que se habituaram a viver no limite da dívida, ao serem empurrados muito para além da sua capacidade financeira”.*

²⁴ CDO (collateralized debt Obligation) – ativo titularizado com base em crédito que serve de garantia, geralmente ABS (asset-backed securities), ações e obrigações.

- *Quinto: “como os mercados financeiros apenas funcionam parcialmente de acordo com a lógica da oferta e da procura e estão muito vulneráveis às turbulências da informação, a crise das hipotecas que começou nos Estados Unidos em 2007, depois de rebentar a bolha imobiliária, repercutiu-se no sistema financeiro global e nos mercados imobiliários e de hipotecas internacionais”.*
- *Sexto: “a falta de supervisão adequada na negociação de valores imobiliários e práticas financeiras levou a que se promovesse um crescimento económico positivo mas insustentável, pois era feito com base em empréstimos de elevado risco”.*

A nível internacional existem bastantes dúvidas quanto aos mecanismos de resolução da crise da dívida soberana na zona euro, o que tem vindo a exercer pressões significativas sobre os bancos europeus. O aumento do risco de contágio motivou a execução de um conjunto de medidas em Julho de 2011, com o intuito de reforçar os mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia (UE).

A atuação do Banco Central Europeu (BCE) nos mercados financeiros, passou pela aquisição de títulos de dívida no âmbito do *securities market programme*, e foi uma forma bastante importante para conter as perturbações na zona euro.²⁵

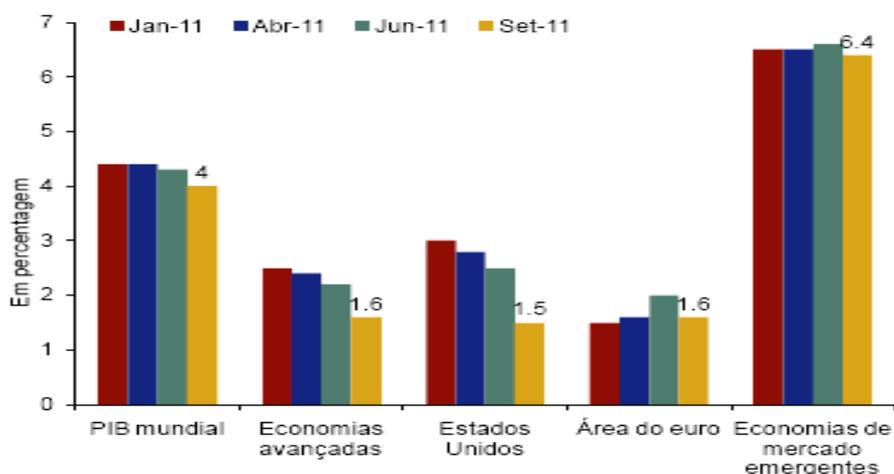
No final de Outubro de 2011 foram anunciadas diversas medidas no âmbito da cimeira de chefes de estado e de governo da União Europeia (UE), sendo que estas pressupõem o reforço do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e o reforço de capital dos bancos europeus. Estas medidas foram inicialmente avaliadas positivamente pelos participantes nos mercados financeiros, contudo após a cimeira as preocupações em torno da sustentabilidade da dívida pública italiana agudizaram-se, coadjuvado por um contexto de instabilidade política no referido país, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

²⁵ Cfr. Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.32

Recentemente, tais preocupações estenderam-se a Espanha e, em menor grau, a um número adicional de países da área do euro.

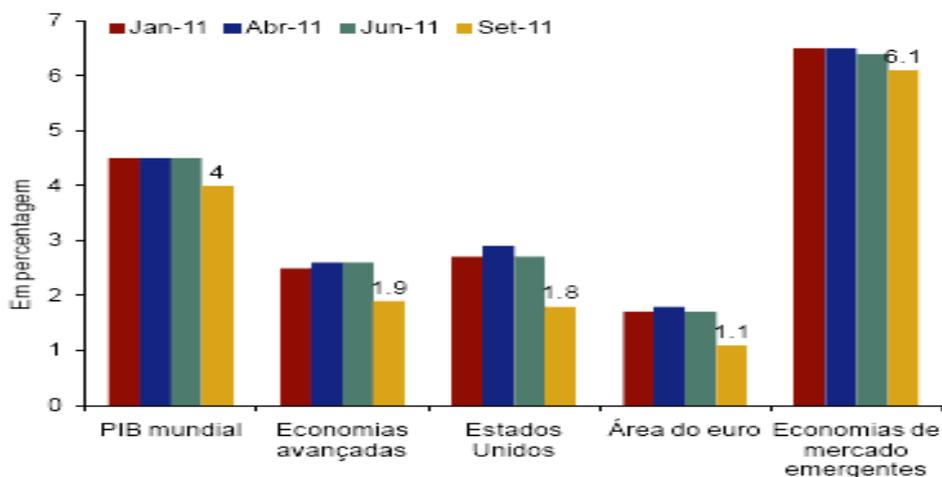
Este degradar do enquadramento macroeconómico concentra-se essencialmente nas economias avançadas, ainda que as previsões de crescimento para as economias emergentes também tenham vindo a ser afetadas negativamente (cfr. gráficos 3.1.2 e 3.1.3).

Gráfico 3.1.2: Evolução das previsões do PIB para 2011.



Fonte: FMI e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.34.

Gráfico 3.1.3: Evolução das previsões do PIB para 2012.



Fonte: FMI e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.34.

Nos Estados Unidos, a procura interna continua a evidenciar uma recuperação bastante moderada e a probabilidade de recessão aumentou ligeiramente.

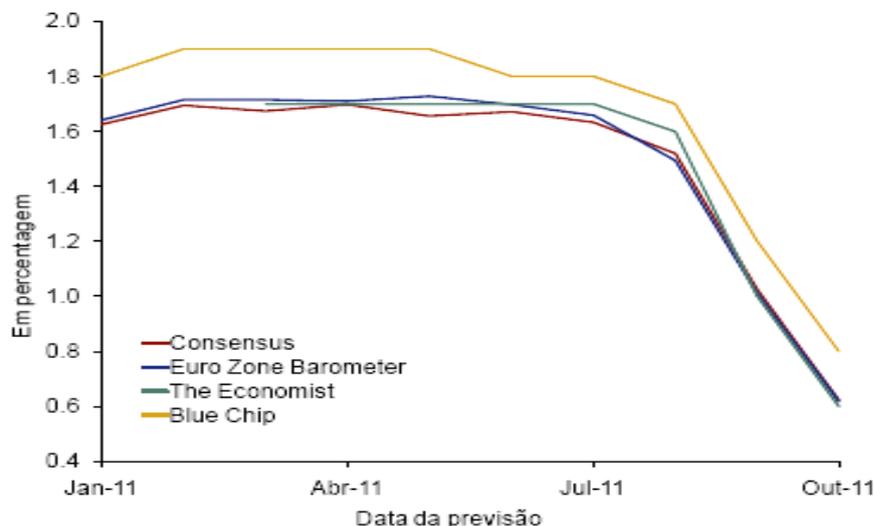
No entanto, a execução de determinadas medidas orçamentais expansionistas podem ter efeitos positivos sobre o crescimento económico no curto prazo, exigindo contudo um plano orçamental que garanta a sustentabilidade da dívida pública norte-americana a médio e longo prazo, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Estas perturbações provocadas pela crise *subprime*, com origem nos Estados Unidos, também tiveram algum impacto nas economias de mercado emergentes, pese embora estas continuem a registar níveis de crescimento elevados, pelo que os efeitos negativos da contração da procura externa poderão ser compensados pelo aumento da procura interna, apesar de existirem efeitos internos que exercem alguma pressão sobre este crescimento, nomeadamente o facto de nalguns países terem vindo a ser implementadas políticas económicas com o objetivo de evitar o aumento exagerado de consumo interno, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Existem elementos de risco que podem condicionar a evolução destas economias, nomeadamente os riscos para a estabilidade financeira, associados ao elevado crescimento do crédito e dos preços dos ativos, assim como o risco de uma quebra dos fluxos internacionais de capital, que se pode traduzir num rápido ajustamento aos desequilíbrios macroeconómicos globais.

Globalmente, os riscos para a evolução da actividade económica a nível internacional são nitidamente no sentido descendente, e de contribuírem para o agravamento da conjuntura económica internacional.

Gráfico 3.1.4: Evolução das previsões de analistas privados para o crescimento do PIB na área do euro em 2012.



Fonte: Consensus Economics, MJEconomics, The Economist e Aspen Publishers e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.34.

Logo, é essencial um esforço concertado de atuação que limite os efeitos de interação entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia.

Por outro lado, as vulnerabilidades observadas nalgumas economias de mercado emergentes, a volatilidade nos mercados financeiros e nos preços de matérias-primas, bem como algumas tensões geopolíticas também podem comprometer a evolução da actividade económica a nível mundial.

As projeções de crescimento para a economia portuguesa em 2012 também têm sido revistas em baixa, levando à necessidade de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e financeiros exerce uma forte pressão descendente sobre a procura interna no curto prazo, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

A consolidação orçamental implica uma redução do consumo e investimento públicos, associado a perspetivas negativas quanto à evolução do rendimento e da procura, e condições de financiamento restritivas, as mesmas deverão contribuir para a contração do consumo e do investimento privados, e para a evolução da actividade económica em Portugal.

Neste cenário de ajustamento, a economia portuguesa deverá registar uma contração significativa no futuro próximo, ainda que no médio e longo prazo,

seja expectável que a implementação adequada de medidas estruturais permita promover a competitividade, produtividade e o crescimento potencial, contribuindo também para a recuperação do acesso a financiamento nos mercados financeiros internacionais, de acordo com Banco de Portugal (2011d).

3.2 A BANCA PORTUGUESA E OS EFEITOS DA CRISE.

Ao longo dos últimos meses de 2011, os riscos macroeconómicos e financeiros agravaram-se fortemente, quer ao nível doméstico, quer a nível internacional, verificando-se um agravamento das perspetivas futuras face ao enquadramento macroeconómico e financeiro internacional, de acordo com Banco de Portugal (2011a).

Saliente-se que no primeiro semestre de 2011 este enquadramento era no geral favorável, pelo que deveria ter contribuído para atenuar o efeito do processo de ajustamento económico levado a cabo em Portugal, durante o terceiro trimestre de 2011. Contudo assistiu-se a uma deterioração da oportunidade de crescimento ao nível global, em particular na zona euro, devido ao agravamento das tensões associadas à crise da dívida soberana.

Esta situação aumenta os desafios enfrentados pela economia portuguesa, e pelo sistema financeiro português, dado que o ajustamento dos desequilíbrios da economia pode ter que ser efetuado num quadro bastante mais adverso, em especial no que diz respeito à evolução da procura externa. Neste sentido, o enquadramento macroeconómico e financeiro da actividade do sistema bancário caracteriza-se por uma elevada dúvida, nomeadamente devido à manutenção de dúvidas em volta dos mecanismos de resolução institucional da crise da dívida soberana na zona euro, bem como sobre o caminho futuro da economia mundial e nacional.

Num enquadramento difícil, os principais riscos para a estabilidade financeira em Portugal continuam a estar fortemente relacionados entre si, sendo de realçar de acordo com Banco de Portugal (2011c), os seguintes:

- *“O fortificar dos mecanismos de interação e reforço entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia a nível internacional e doméstica, que podem limitar a capacidade de recuperação da economia e ameaçar a estabilidade financeira a nível global”.*
- *“O agravamento das dificuldades no acesso dos bancos europeus a financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso”.*
- *“Os desafios suportados pelos bancos portugueses num cenário de recessão da economia, enquadrada por um contexto macroeconómico e financeiro difícil e por restrições no acesso ao crédito externo (incluindo grandes empresas não financeiras, públicas e privadas), apesar do Programa de Assistência Económica e Financeira e do acesso a financiamento junto do Eurosistema”.*
- *“O impacto de um enquadramento económico desfavorável sobre a actividade, rendibilidade e solvabilidade dos bancos, em particular sobre a qualidade de crédito”.*

Estes riscos encontram-se profundamente interligados e tendem a fortalecer-se, tornando-se necessário atuar de forma a reduzir o impacto destes, tanto a nível internacional como nacional.

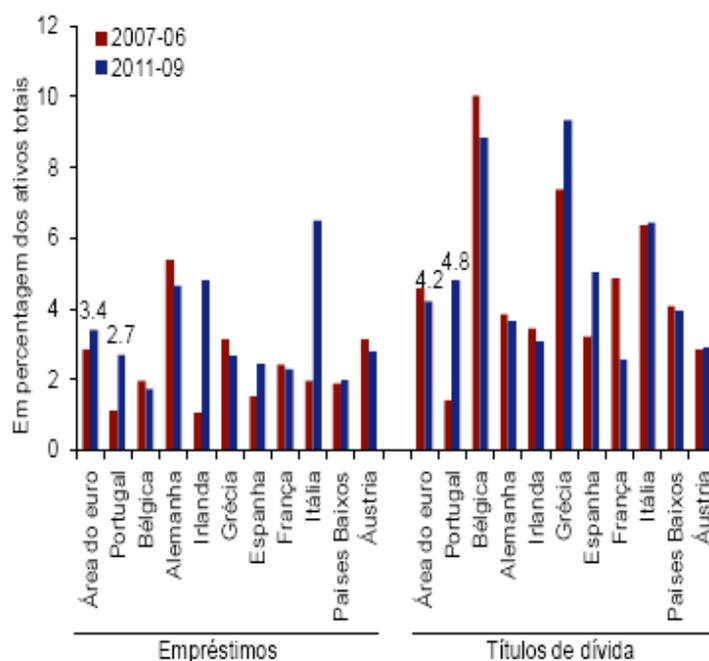
Logo, existe a necessidade de convergir a médio prazo para uma estrutura de financiamento mais sustentável, a qual irá condicionar a evolução da actividade dos bancos portugueses nos próximos anos. Num cenário de forte contração da procura interna, é esperado um abrandamento da procura de empréstimos por parte das empresas e em especial dos particulares, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

A atual conjuntura económica justifica critérios mais restritivos na aprovação de empréstimos. Contudo, o processo de estabilização do sistema bancário não deveria prejudicar o financiamento aos sectores da nossa economia e empresas mais competitivos. Para tal as estratégias de desalavancagem devem privilegiar a venda de ativos não estratégicos, o aumento do recurso a

financiamento estável e o reforço do capital, no entanto este processo deve assumir uma natureza gradual e ordenada.²⁶ Logo, a gestão deste equilíbrio constitui um dos mais importantes desafios para o sistema bancário português. Os bancos portugueses não apresentavam contudo uma exposição muito clara ao risco soberano antes da eclosão da crise financeira.²⁷

Logo, de acordo com Banco de Portugal (2011c), a redução da procura de dívida pública portuguesa nos mercados financeiros internacionais implicou uma maior disposição destes instrumentos junto dos bancos portugueses, que podem utilizar estes ativos como colateral em operações de mercado (designadamente *repos*) e junto do BCE (cfr. gráficos 3.2.1 e 3.2.2).

Gráfico 3.2.1: Exposição de instituições financeiras monetárias à dívida soberana (empréstimos e títulos) para alguns países da zona euro.

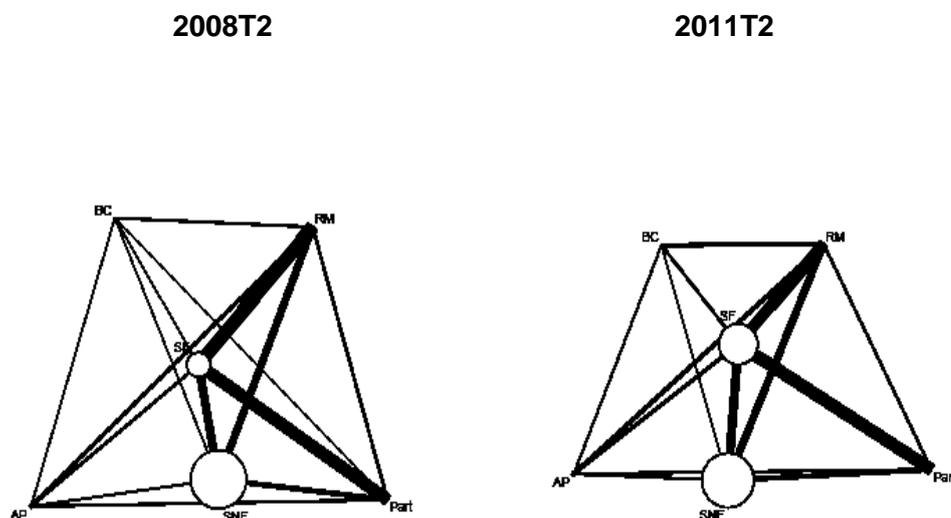


Fonte: BCE, Cálculos do Banco de Portugal e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.40.

²⁶ Acompanhado e monitorizado de forma permanente pelo Banco de Portugal, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, Cfr. Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.33.

²⁷ Cfr. Secção 4.2 -“Risco de mercado”, do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011.

Gráfico 3.2.2: Exposição bruta intersectorial na economia portuguesa



Fonte: Banco de Portugal, Cfr. Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.41.

Notas: "BC – Banco Central; RM – Resto do mundo; SF – Sistema financeiro; AP – Administrações públicas; SNF – Sociedades não financeiras; PART – Particulares. Diâmetro do círculo proporcional à exposição intersectorial; largura dos traços proporcional às relações intersectoriais. A metodologia pressupõe a estimação por máxima entropia de exposições bilaterais de cada sector, tendo por base exposições bilaterais de empréstimos e depósitos"; Cfr. Silva, N. (2010), Relações Intersectoriais na Economia Portuguesa: uma aplicação do modelo de dívida contingente, Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2010.

Porém, o aumento do risco soberano tem efeitos negativos na valorização dos ativos colaterais dos bancos em operações de refinanciamento. No caso do gráfico 3.2.2, este mostra a relação entre os vários sectores da economia, para o 2º trimestre de 2008 e para o 2º trimestre de 2011, permitindo tirar três conclusões.

Em primeiro lugar, é de destacar o papel essencial desempenhado pelo sector financeiro (SF), como canalizador de recursos e como detentor de ações e títulos de outros sectores. Em segundo lugar, é de salientar a progressiva interligação do resto do mundo (RM) com todos os outros sectores, como consequência da globalização e do aumento do processo de integração económica e financeira à escala europeia e mundial. Em terceiro lugar, a exposição intra-sectorial entre as sociedades não financeiras (SNF), inclui a administração pública e o setor financeiro (SF), no qual se incluem o banco

central, outras instituições financeiras e monetárias, outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões. O tipo de representação pretende simplificar a realidade, na medida em que não distingue ativos de passivos, nem dívida de capital próprio, o que limita a sua utilização para análise de choques. Porém, tendo em conta as diferenças que lhe são inerentes, é possível ter uma caracterização mais rica de todo o processo de intermediação financeira permitindo entender o mecanismo de transmissão de choques entre sectores, de acordo com o autor (Silva, 2010, 123-142).

Considera-se que os ativos financeiros que são detidos pelos vários sectores podem ser classificados em dois tipos principais: participações no capital próprio (ações) e dívida (depósitos, títulos de dívida, empréstimos e outros).

No entanto aceita-se que qualquer um destes instrumentos seja avaliado a preços de mercado, logo neste modelo qualquer choque é possível de ser transmitido aos outros sectores por duas vias. Primeiro, por via dos detentores do capital próprio do sector que sofre o choque, registando uma perda (ou um ganho) proporcional à sua participação, ou por via da dívida, pois eventuais choques podem gerar sempre alterações na qualidade da dívida, gerando perdas (ou ganhos), junto dos sectores que detêm esses ativos de acordo com Silva (2010,123-142).

Estes sectores por seu lado vão distribuir eventuais perdas (ou ganhos) pelos que detêm o capital próprio e assim sucessivamente até ao total desaparecimento do choque.

Os choques da exposição à dívida pública na rendibilidade e no capital regulamentar foram relativamente limitados, até ao momento, dado que estes títulos estão registados na sua maioria em carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou detidos até à maturidade.

A exposição dos bancos portugueses à dívida pública teve um impacto negativo sobre o seu capital regulamentar, dadas as dificuldades de acesso a financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso a médio e longo prazo (Silva, 2010).

Logo, num primeiro exame os bancos reduziram as suas operações de passivos interbancários menos seguros e as titularizações, e como

consequência, passaram a depender de fontes de financiamento mais seguras, em especial de *covered bonds*²⁸, que se tornaram o principal instrumento de financiamento por grosso a longo prazo para os bancos de diversos países da zona euro. Seguidamente beneficiaram, do apoio direto e indireto de financiamento dos governos e do Eurosistema sendo decisivo para o estabilizar das condições de financiamento em fases de maior *stress* do mercado. Verifica-se igualmente, que os mercados de financiamento da zona do euro se tornam cada vez mais segmentados de acordo com a nacionalidade dos bancos, pois o acesso dos bancos a instrumentos específicos de financiamento já não depende da sua classificação de crédito independente, mas do seu país de origem. Adicionalmente, vários investidores institucionais que se tinham tornado importantes fontes de financiamento para bancos da zona euro, como os fundos do mercado monetário dos EUA, reduziram drasticamente a sua exposição à medida que a crise se aprofundou. Finalmente, uma fração crescente da dívida dos bancos dos países mais atingidos pela crise foi mantida pelos bancos emissores (Rixtel e Gasperini, 2013).

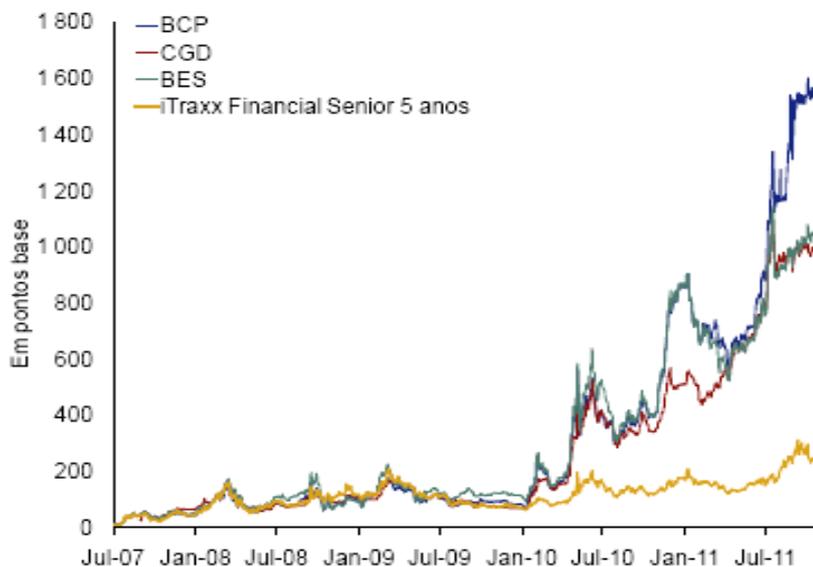
No caso da banca nacional desde o final de Abril de 2010 que a mesma não têm acesso aos mercados, financiando-se essencialmente junto do BCE e do Banco Europeu de Investimento, e nos mercados de dívida a curto prazo.

Porém, os bancos têm reforçado a captação de depósitos junto da sua base de clientes, o que tem contribuído para uma estrutura de financiamento mais equilibrada, pois recentemente, os bancos portugueses tiveram dificuldades acrescidas de financiamento junto dos mercados de dívida a curto prazo, dado o aumento das tensões nos mercados financeiros internacionais (Vd. Gráfico 3.2.3).

Ao mesmo tempo, algumas agências de *rating* continuaram a rever negativamente as notações atribuídas aos bancos portugueses, conforme tabela (3.1.2), anteriormente apresentada.

²⁸ *Covered Bonds: obrigações associadas a créditos imobiliários ou a dívidas de municípios. Em caso de incumprimento, o investidor pode reembolsar-se com os ativos subjacentes.*

Gráfico 3.2.3: Crédit default swap spreads de bancos portugueses.



Fontes: Bloomberg e Thomson Reuters, e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.42.

Neste contexto, o enquadramento macroeconómico e financeiro da actividade do sistema bancário nacional caracteriza-se por uma elevada incerteza. Aliás, no gráfico 3.2.3 a linha de base referente ao índice de crédito padrão (representada pelo *i traxx financial sénior* a 5 anos), é por norma calculada com tempos de execução que variam a 3, 5, 7 e 10 anos, e permite aos investidores analisarem o risco de crédito da sua carteira no médio e no curto prazo, sendo possível verificar uma subida dos *spreads* a partir de Julho de 2011, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Apesar do Programa de Assistência Económica e Financeira, do nível elevado do financiamento junto do BCE e da acrescida captação de depósitos, as limitações no acesso ao financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso e o enfraquecimento do sistema bancário português têm implicações diretas sobre a oferta de crédito, podendo assumir uma natureza limitativa para alguns agentes financeiros. Contudo, é importante notar que a contração da actividade económica e do rendimento se traduz numa redução de procura de crédito. Por outro lado, as atuais perspetivas negativas face ao atual enquadramento macroeconómico e financeiro, justifica uma reavaliação dos riscos assumidos pelos bancos na concessão de crédito, traduzindo-se

num aumento dos prémios de risco cobrados aos clientes, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Neste sentido, existe um equilíbrio muito sensível entre o processo de desalavancagem do sistema bancário português, conforme definido no âmbito do programa de assistência económica e financeira, e a necessidade de continuar a assegurar o financiamento dos sectores mais produtivos e competitivos da economia nacional. A estabilidade do sistema financeiro português, contudo encontra-se condicionada pela deterioração das perspectivas de crescimento económico, com consequências negativas sobre a actividade, rendibilidade e solvabilidade dos bancos portugueses. Existe uma forte influência negativa sobre a qualidade do crédito, associada à possibilidade de aumento das imparidades²⁹ resultantes da contração da actividade económica, pelo que os bancos portugueses tenderão a registar uma pressão sobre as suas necessidades de capital, que terá de ser efetuada com o reforço do capital regulamentar ou com a venda de ativos, num contexto gradual, equilibrado e consistente com a situação macroeconómica, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Portanto, estes desafios exigem que os bancos portugueses tenham o capital necessário para enfrentar possíveis choques adicionais, de forma a continuarem a assegurar a estabilidade do sistema financeiro português.³⁰

Os bancos começaram a implementar os planos de contenção que deverão conduzir a uma situação mais sustentável no médio prazo, porém este processo assume uma natureza gradual e progressiva. A tomada de tais medidas deverá permitir a recuperação da confiança dos investidores internacionais nos bancos portugueses, contribuindo para um regresso gradual aos mercados internacionais de dívida por grosso. A continuação dos esforços de consolidação orçamental é fundamental para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, sendo essencial também para assegurar a estabilidade financeira em Portugal. Não obstante, estes esforços têm necessariamente de

²⁹ *Ativos contabilizados acima do seu valor recuperável, sendo que se o valor escriturado exceder a quantia a ser recuperada através da respectiva venda ou uso, podemos descrever o activo como estando em imparidade, devendo reconhecer a entidade detentora a sua perda, Cfr. Comissão de Normalização Contabilística, NCRF 12, versão 070618, pág.2.*

³⁰ *Os bancos portugueses mostraram capacidade nos testes de Stress - 2011, para absorver choques negativos, Cfr. Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.48.*

ser complementados com medidas que permitam ultrapassar algumas debilidades estruturais da economia portuguesa, promovendo a sua competitividade, o seu crescimento potencial e o reequilíbrio do sistema bancário português. Neste sentido, como forma de analisar o impacto da crise financeira internacional, foram realizados *stress tests* ao nível da União Europeia (UE) no primeiro semestre de 2011, e no caso aos principais quatro bancos nacionais, onde se pretendia aferir qual a capacidade, de resistência a uma evolução negativa dos mercados. Sobretudo avaliou-se a adequação de capital dos bancos para absorver choques simulados, tendo por referência um rácio de capital *core tier 1* de 5 por cento.³¹ Em Portugal, o exercício foi realizado pelos quatro maiores grupos bancários, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Comercial Português, o Banco Espírito Santo Financial e o Banco BPI. Refira-se que o Banco Santander Totta, que representa cerca de 8,5 por cento do total do activo do sistema bancário, foi integrado no exercício de *stress test* realizado pelo Banco de Espanha, enquanto filial do Banco Santander, uma vez que o exercício foi realizado tendo em conta os grupos bancários ao nível mais elevado de consolidação, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Os bancos realizaram o exercício de *stress test* aplicando as metodologias, cenários e pressupostos desenvolvidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) em colaboração com o *European Systemic Risk Board* (ESRB), o Banco Central Europeu (BCE) e a União Europeia (UE), de acordo com Banco de Portugal (2011c). O *stress test* teve como referência dois cenários macroeconómicos apresentados pela EBA, o cenário de base e o cenário adverso. Ambos os cenários consideraram um horizonte temporal de dois anos (2011- 2012), de acordo com Banco de Portugal (2011c), nomeadamente:

³¹ O conceito de capital *core tier 1* utilizado no exercício de *stress test* difere do conceito subjacente ao Aviso Nº 1/2011 do Banco de Portugal por incluir, entre outros, as deduções relativas a participações em instituições financeiras que não consolidam no grupo e as deduções relativas ao diferencial entre a perda esperada e a imparidade para as instituições que utilizam o método das notações internas (com exceção da carteira de ações).
Core tier 1 = (Fundos Próprios Base - Títulos de participação - Empréstimos subordinados, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal - parte liberada de ações preferenciais remíveis) / ativos e extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

- “O cenário de base³² previa a continuação da recuperação económica a decorrer na União Europeia, com um aumento gradual das taxas de juros na área do euro e uma desvalorização do dólar face ao euro e projetava uma desaceleração para a economia portuguesa em 2011, e a sua recuperação de forma moderada em 2012”.
- “O cenário adverso³³ foi desenvolvido pelo BCE de forma idêntica aos desenvolvidos para o stress test realizados em 2009 e 2010. O cenário aliava um conjunto de choques comuns a todas as economias bem como um conjunto de choques idiossincráticos, com o objetivo de captar características estruturais de cada economia. O elemento chave do cenário consistia num agravamento da crise da dívida soberana nos países da zona euro em 2011.³⁴ Adicionalmente, o desemprego também aumentava, atingindo cerca de 13 por cento da população ativa em 2012”.

Tabela 3.2.1 Cenários macroeconómicos para Portugal.

	Portugal	
Cenário de base	2011	2012
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	- 1,0	0,8
Desemprego (em percentagem da população activa, valores de fim de período)	11,1	11,2
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	1,5	1,8
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	6,9	7,1
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0,0	0,0
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0,0	0,0
Taxa de desconto atuarial (variação em p.p. face ao valor do ano anterior)	0,0	0,0

Cenário adverso	2011	2012
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	-3,0	-2,6
Desemprego (em percentagem da população activa, valores de fim de período)	11,6	12,9
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	2,8	3,1
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	9,4	9,6
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-10,0	-16,9
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-2,9	-8,4
Taxa de desconto atuarial (variação em p.p. face ao valor do ano anterior)	0,5	0,25

Fonte: EBA e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.46.

Nota: tvh - taxa de variação homóloga.

³² Informação sobre os cenários, metodologias e procedimentos do exercício Europeu de stress test, ver <http://www.eba.europa.eu/EU-wide-stress-testing/2011/The-EBA-publishes-details-of-its-stress-test-scena.aspx>.

³³ Idem.

³⁴ Wolf (2011), por exemplo, analisa os efeitos da dívida soberana grega no stress do mercado bancário.

O *stress test* aos principais bancos portugueses assumiu um conjunto de hipóteses metodológicas, de acordo com Banco de Portugal (2011c), e que passo a citar:

▪ **Balanço estático:**

“O stress test foi realizado no pressuposto de balanço estático ao nível de Dezembro de 2010, tendo-se limitado a alterações no valor do balanço e respectiva estrutura. Os bancos não puderam reagir aos choques incluídos nos cenários referidos, isto é, o exercício não tomou em consideração as modificações de estratégia planeadas pelos bancos nem os seus atos de gestão. O exercício não incorporou o processo de desalavancagem que os bancos portugueses estão a efetuar no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)”.

▪ **Aumento do custo de financiamento:**

“O stress test assumia que o custo das novas emissões nos mercados de financiamento por grosso teria um acréscimo em linha com o aumento do spread de taxa de juro dos títulos de dívida pública do país de origem do banco”.

▪ **Limitações à passagem do aumento do custo de financiamento às operações de crédito com clientes:**

“O aumento do spread no financiamento dos bancos só podia ser transmitido parcialmente, no máximo metade, às renovações de crédito junto de clientes. Esta hipótese teve fortes implicações na margem financeira”.

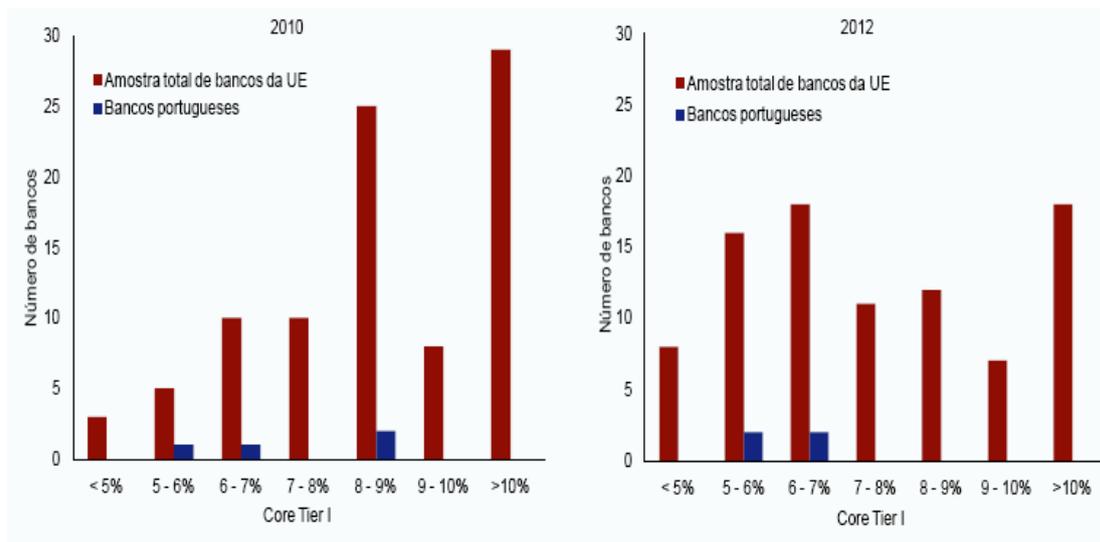
▪ **Choques sobre a carteira de negociação:**

“A carteira de negociação foi sujeita a choques sobre as taxas de juro, preços de ações, taxas de câmbio, preços das mercadorias, e outros fatores de risco de mercado”.

▪ **Aumento de imparidades nas exposições a dívida soberana:**

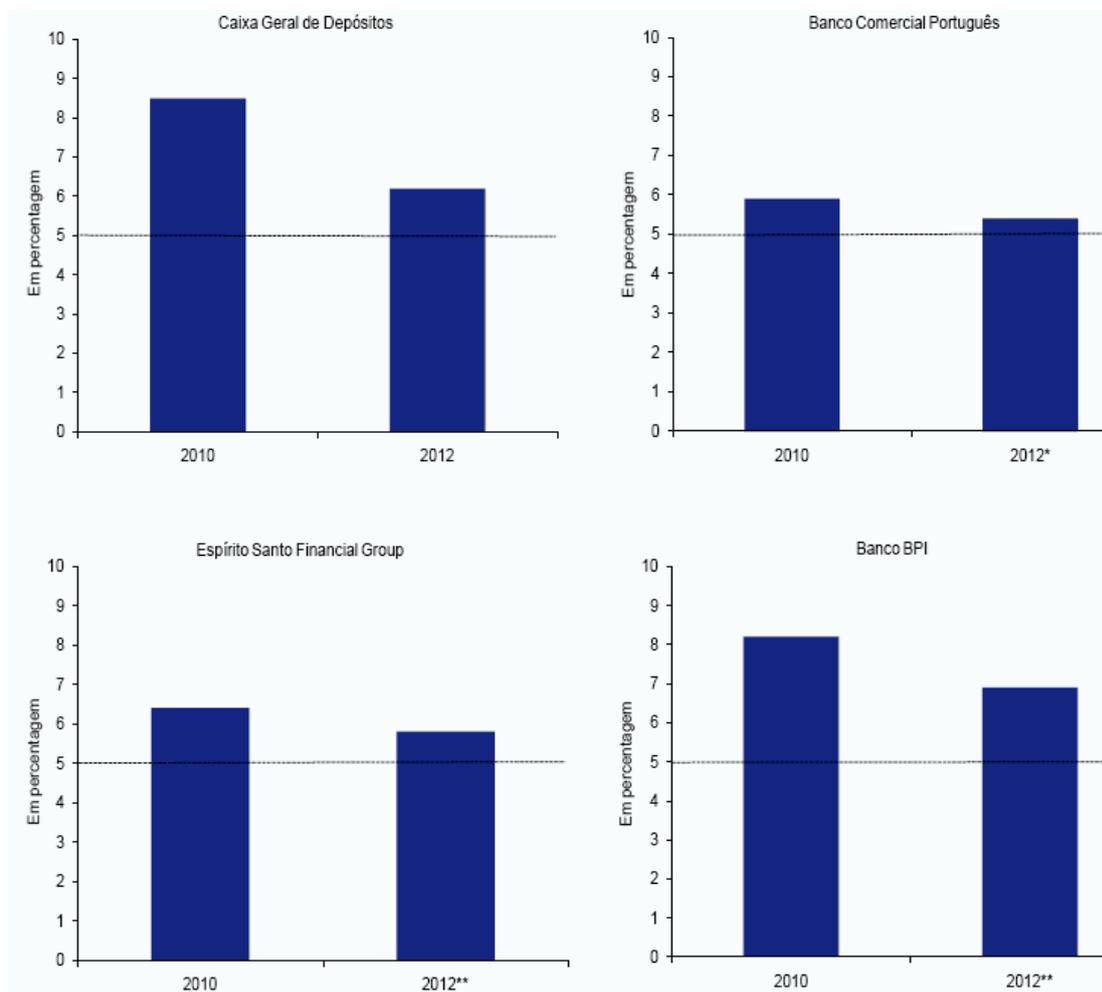
“Embora os cenários não explanassem a possibilidade de incumprimento de um estado soberano da UE, a EBA definiu instruções para o registo de provisões sobre a dívida soberana, na sequência do aumento da probabilidade de incumprimento implícita na classe de rating de cada país”.

Gráfico 3.2.4: Distribuição da amostra total de bancos por classe de core tier 1 / cenário adverso.



Fonte: EBA e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.49.

Gráfico 3.2.5: Rácio de capital core tier 1 / cenário adverso.



Fonte: Banco de Portugal e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.49.

A resistência dos bancos foi avaliada tomando como referência o capital de melhor qualidade dos bancos (*core tier 1*), tendo-se estabelecido um *benchmark* de capital de 5 por cento dos ativos ponderados pelo risco, pelo que o gráfico 3.2.4 apresenta a distribuição da amostra total dos bancos considerados na análise por classe de rácio *core tier 1* em Dezembro de 2010 e em Dezembro de 2012, *i.e.*, após a simulação do cenário adverso, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

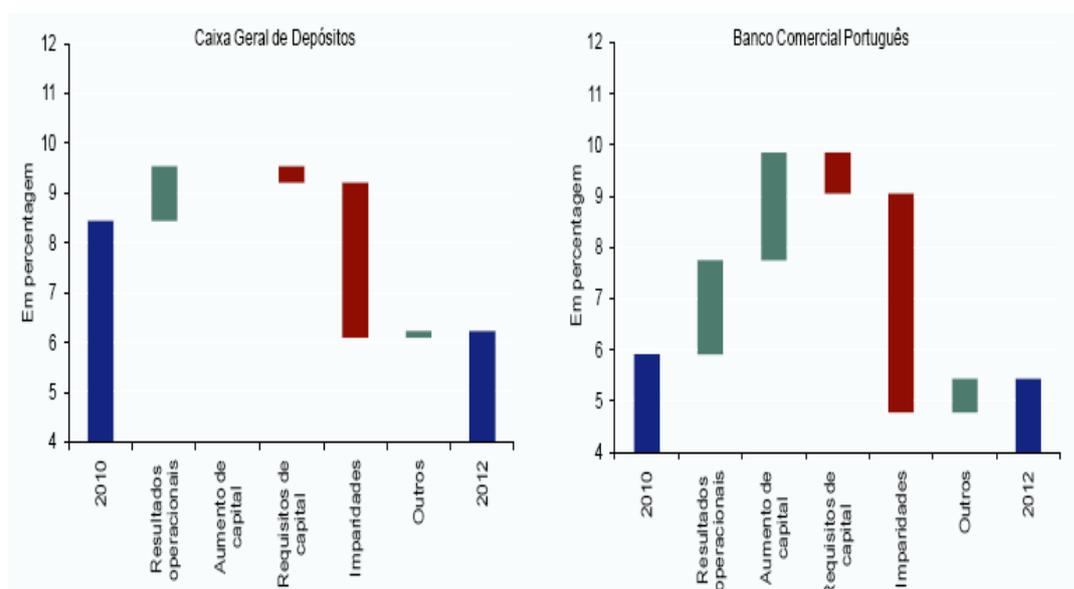
Podemos observar um movimento da distribuição total para a esquerda, em resultado da aplicação dos choques adversos. A análise do mesmo gráfico também permite concluir que, no cenário adverso, a solvabilidade dos grupos

bancários portugueses participantes no exercício também seria significativamente menor em 2012.

No entanto, os quatro principais grupos bancários nacionais revelaram capacidade para absorver uma combinação particularmente grave de choques económicos e financeiros contemplados no cenário adverso.

De forma distinta, todos os bancos continuavam a apresentar rácios de capital *core tier 1* superiores a 5 por cento em 2012 no cenário adverso, como se verifica por via do gráfico 3.2.5, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

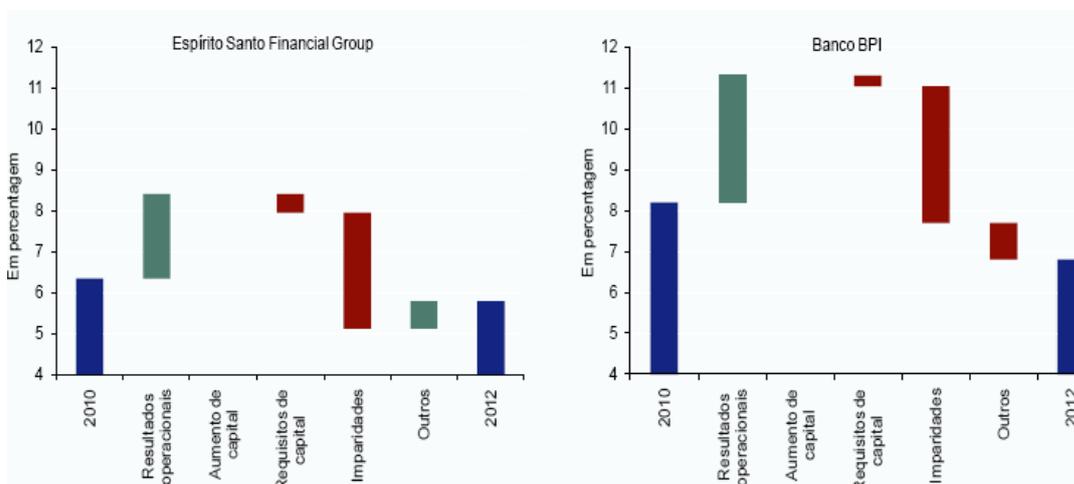
Gráfico 3.2.6: Decomposição dos efeitos sobre os rácios de capital *core tier 1*, para CGD e BCP / cenário adverso.



Fonte: Banco de Portugal e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.50

Nota: "As barras azuis representam os níveis de partida (2010) e finais (2012) dos rácios de capital. As barras verdes identificam as variáveis com contributo positivo para a evolução dos rácios, enquanto as barras vermelhas estão associadas a contributos negativos".

Gráfico 3.2.7: Decomposição dos efeitos sobre os rácios de capital core tier 1, para BES e BPI / cenário adverso.



Fonte: Banco de Portugal, e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.50

Nota: "As barras azuis representam os níveis de partida (2010) e finais (2012) dos rácios de capital. As barras verdes identificam as variáveis com contributo positivo para a evolução dos rácios, enquanto as barras vermelhas estão associadas a contributos negativos".

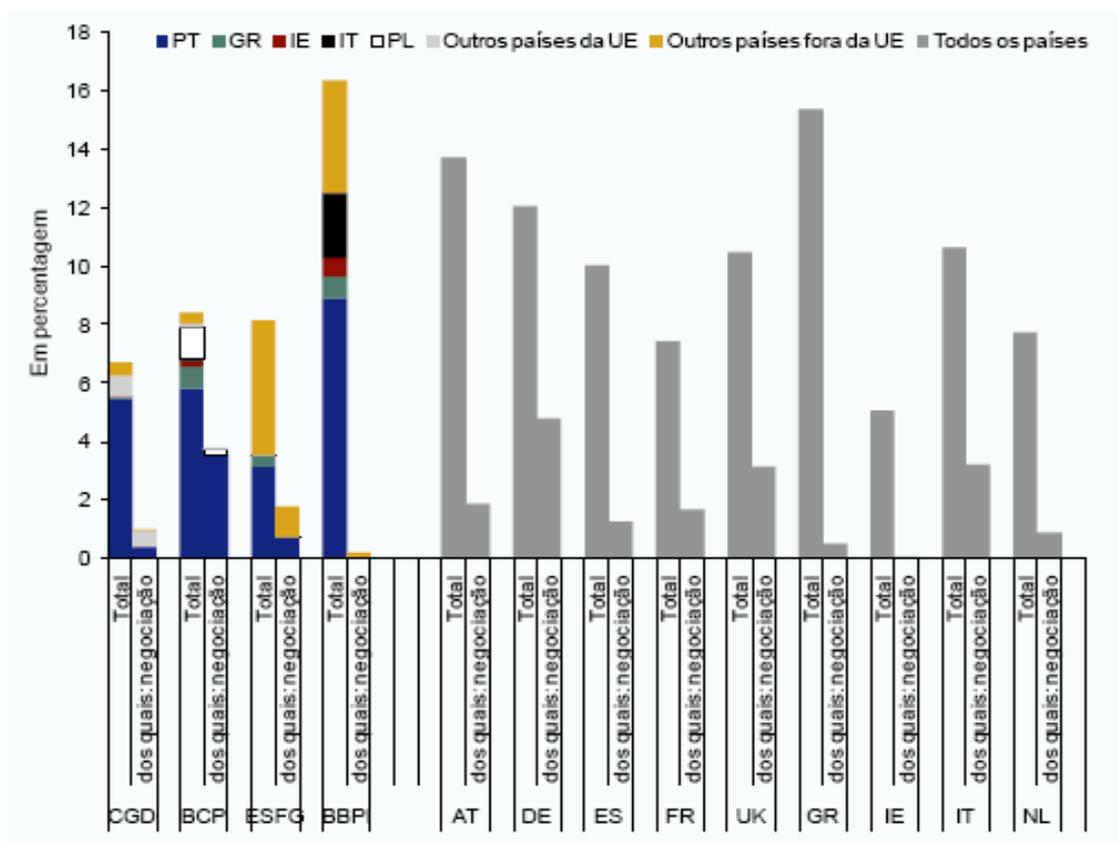
Os bancos portugueses³⁵ expostos nos gráficos 3.2.6 e 3.2.7, no que diz respeito ao risco de crédito são penalizados, devido às perdas de imparidade líquidas relacionadas com a carteira de empréstimos estarem a aumentar nitidamente, devido à manutenção das taxas de juro em níveis elevados, em conjugação com uma diminuição acentuada do PIB e um acréscimo da taxa de desemprego, de acordo com o Banco de Portugal (2011c).

O registo de perdas por imparidades, embora diferente entre os bancos devido às diferenças no valor inicial da carteira de empréstimos e respectiva composição, é o fator com maior contributo negativo para a rentabilidade e a solvabilidade dos bancos. Em comparação com os resultados reportados para o conjunto dos países incluídos no exercício, verifica-se que os bancos portugueses registaram imparidades, avaliadas em percentagem do ativo total, muito significativas.

³⁵ Decomposição semelhante para a amostra total de bancos é apresentada em http://stress-test.eba.europa.eu/pdf/EBA_ST_2011_Summary_Report_v6.pdf, Cfr. Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.50.

Nota: Verifica-se que o impacto de cada fator para a solvabilidade dos bancos portugueses é muito semelhante à apresentada para a amostra total de bancos europeus.

Gráfico 3.2.8: Exposições brutas da dívida soberana em Dezembro de 2010.



Fonte: EBA e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.52.

Nota: "A informação por país refere-se à média ponderada pelo activo de cada banco".

Por via da subida das taxas de juro, os resultados operacionais e em particular a margem financeira, contribuirão para o aumento da solvabilidade dos bancos portugueses.

A margem financeira dos bancos portugueses é muito sensível à evolução das taxas de juro do mercado monetário na medida em que, por um lado, as taxas dos créditos se encontram indexadas a esta taxa e por outro lado, as taxas de depósito não acompanham tão de perto a evolução das taxas do mercado monetário, muito em particular as taxas de depósitos à ordem que são muito baixas e praticamente não são sensíveis a movimentos nas taxas de juro do mercado monetário. Por sua vez, o aumento dos custos de financiamento, decorrente da subida dos *spreads* da dívida soberana e a limitação à transmissão do aumento do custo às operações de crédito de clientes,

constituíram um elemento de pressão no sentido descendente sobre a margem financeira. Contudo, o impacto na demonstração de resultados dos bancos portugueses decorrente da desvalorização dos títulos de dívida pública foi reduzido, uma vez que a maioria da dívida soberana se encontrava registada no *banking book*³⁶ (Vd. Gráfico 3.2.8), tratando-se portanto de títulos que não estando colocados no mercado, são contabilizados de forma diferente daqueles que se encontram em carteira prontos para negociação, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

A desvalorização das exposições soberanas no *banking book* decorrente da aplicação de *haircuts* de amplitude idêntica à considerada no *trading book*³⁷ apenas teria impacto sobre os fundos próprios na situação em que a venda da carteira viesse a gerar menos valias, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Por fim, o aumento do risco de crédito concretizou-se também num aumento dos ativos ponderados por risco contribuindo para a redução dos rácios de solvabilidade, isto num contexto de balanço estático, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

Podemos assim considerar por via dos testes efetuados que os exercícios de *stress test* são um instrumento, entre outros, à disposição das autoridades de supervisão para avaliar a força dos sistemas bancários. De facto, estes exercícios permitem identificar as principais vulnerabilidades e fontes de risco das instituições, contribuindo para a elaboração de medidas que permitam aumentar a solvabilidade das mesmas, não devendo desta forma, ser interpretados como um natural exercício de seleção por comparação com o limiar de 5 por cento definido para o rácio *core tier 1*, de acordo com Banco de Portugal (2011c).

³⁶ *Banking Book: carteira bancária, onde se encontram todos os títulos que não estão a ser negociados pela instituição. Sendo contabilizados de forma diferente daqueles que se encontram em carteira para negociação e que são valorizados pelo mercado.*

³⁷ *Trading Book: Carteira constituída por ativos financeiros detidos por um banco ou por uma corretora, em que mesmos são comprados ou vendidos na perspetiva de se realizar o melhor negócio possível para os seus clientes, numa ótica de proteção contra os vários tipos de risco.*

No exercício de 2011, os bancos portugueses mostraram capacidade para absorver os choques previstos no cenário adverso.

3.3 MEDIDAS DE CONTENÇÃO E RESOLUÇÃO DA CRISE FINANCEIRA.

O Governo Português aprovou um conjunto de medidas com o objetivo de conter e resolver a crise financeira no sector bancário português, as quais se apresentam:

- ***Nacionalização do Banco Português de Negócios.***

Em meados de 2008, o Banco de Portugal realizou uma ação inspetiva ao Banco Português de Negócios (BPN), detetando uma série de irregularidades que deram origem a investigações e à instauração de vários processos-crime.

Após a denúncia junto da Procuradoria-Geral da República, foram desenvolvidas diversas iniciativas no sentido de evitar que o BPN cessasse os seus pagamentos, nomeadamente através de apoios especiais de liquidez.

Contudo, apesar destas medidas, o BPN encontrava-se com uma situação insustentável de rutura de pagamentos, não encontrando soluções viáveis para a ausência de liquidez da instituição, uma vez que a resolução passava pela reposição dos níveis de capital adequado ao exercício da actividade. Assim em Novembro de 2008, o Governo aprovou uma proposta de lei que nacionalizava as ações representativas do capital social do BPN. Durante o período de tempo que levou à efetivação da nacionalização, foram nomeados pelo Banco de Portugal, nos termos do artigo 143.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, dois administradores da CGD para integrarem o órgão de administração do BPN. Com a concretização da nacionalização, a gestão do BPN foi conferida à CGD, tendo sido atribuída a esta entidade o procedimento da designação dos membros dos órgãos sociais do BPN. A intervenção do Governo no BPN foi tomada, essencialmente, para prevenir o efeito contágio a outras instituições financeiras, evitando a quebra de confiança no sistema financeiro português e protegendo os depositantes desta instituição.

O Governo definiu ainda que, as operações de crédito e de assistência de liquidez que fossem realizadas pela CGD a favor do BPN beneficiavam da

garantia pessoal do Estado, compreendida dentro do limite legalmente estabelecido para as garantias que o Estado prestou à Banca no valor de 20 mil milhões de euros.

▪ ***Intervenção no Banco Privado Português.***

Em Dezembro de 2008, o Governo foi obrigado novamente a intervir no sector bancário nacional, de forma a evitar a insolvência do Banco Privado Português (BPP). Esta intervenção teve o objetivo de evitar o efeito contágio de maneira a manter a credibilidade no sistema financeiro nacional. As decisões que visaram a interferência do Estado no BPP foram tomadas conjuntamente pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, pelo Banco de Portugal e por um consórcio de seis Instituições de Crédito. As seis Instituições de Crédito juntaram-se com o intuito de emprestar ao BPP um montante de 450 milhões de euros, tendo por base uma maturidade de 6 meses renováveis e a garantia do Estado. Sendo que, a CGD e BCP contribuíram com 120 milhões de euros cada um, o BES com 9 milhões.

▪ ***Garantias aos Bancos até 20 mil milhões de euros.***

Em Outubro de 2008, o governo anunciou o préstimo de garantias até 20 mil milhões de euros para as operações de financiamento dos bancos que se encontram em Portugal, de forma a melhorar o seu acesso à liquidez. Esta medida serviu, sobretudo, para devolver a confiança aos bancos e desbloquear o sistema interbancário. Ou seja, com a concessão de garantias, o Estado assumiu a responsabilidade de assegurar que os bancos mantinham o financiamento da economia, reforçando assim a estabilidade financeira do mercado português. Do montante total disposto pelo Governo, foram usados 5 675 milhões de euros, quase 30% do valor total, não tendo sido necessário acionar a garantia estatal. Sendo que, a CGD utilizou 1,25 mil milhões de euros, seguido pelo BCP e pelo BES, que usaram 1,5 mil milhões de euros. O Banif garantiu 550 milhões de euros, o Finantia 100 milhões de euros e o Banco Invest 25 milhões de euros.

A Portaria n.º 946/2010, publicada no Diário da República a Setembro de 2010, determinou que a taxa de juro que as instituições financeiras iriam pagar pelas

garantias facultadas pelo Estado iria depender da notação de risco correspondente ao banco em questão. Assim sendo, a CGD pagaria a comissão mais baixa (50 pontos base), enquanto o BCP, o BES e o BPI pagariam 70 pontos base, uma vez que utilizando o “*rating* da Fitch”, o banco estatal tinha uma notação de “AA-”, enquanto os outros três bancos tinham “A”. A utilização do fundo de recapitalização do Estado não foi ativada por nenhum banco português.

▪ ***Aumento do montante da Garantia governamental relativamente aos depósitos.***

Em Outubro de 2008, o Governo português decidiu estender, embora parcialmente, as suas garantias aos depositantes através do reforço de 25 mil euros para 100 mil euros, como forma de ultrapassar a perda de confiança dos depositantes. O que significa que, no caso de haver um problema com a instituição financeira, as garantias dadas aos depositantes ficam asseguradas pelo Fundo de Garantia de Depósito e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, ou seja, o sistema de proteção garante a restituição de até 100 mil euros por titular de conta. Segundo informações recentemente divulgadas pela imprensa nacional, a CGD, o BES, o Millenium BCP e o BPI, no seu conjunto irão precisar de cinco mil milhões de euros até Julho de 2012.

O Banco de Portugal anunciou, em 8 de Dezembro de 2011, a necessidade de recapitalização dos quatro maiores bancos nacionais em cerca de sete mil milhões de euros, segundo um levantamento efetuado em Setembro de 2011, que contudo não teve em conta o reforço já efetuado pelas instituições. Os cinco mil milhões de euros são no fundo um conforto financeiro, que visa diminuir a exposição das instituições bancárias às dívidas soberanas e, por outro lado, assegurar o rácio de capital exigido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), que no total detém 3,7 mil milhões de euros em dívidas de países europeus.

A CGD, o BES, o Millenium-BCP e o BPI, admitem poder recorrer aos 12 mil milhões de euros disponíveis e negociados com a *troika*, tendo as referidas instituições de negociar um plano de apoio junto do Banco de Portugal em 2012. De acordo com dados divulgados pelo Millenium-BCP, este identificou

necessidades de 1,725 mil milhões de euros, pese embora tenha por via de uma troca de ações em Outubro de 2011, encaixado 405 milhões de euros; o BES previu em Setembro de 2011 necessidades de 810 milhões de euros, contudo o BES por via de um aumento de capital em Outubro de 2011, na ordem dos 622 milhões de euros veio a reduzir as suas necessidades para 188 milhões de euros; a CGD carece de 1,8 mil milhões de euros e o BPI de 1,3 mil milhões de euros, contudo a CGD não poderá recorrer ao referido apoio, tendo de se financiar ou através do Estado ou por via da venda de ativos. Contudo dever-se-á ter presente que não é apenas o sistema bancário nacional que carece de se recapitalizar, pois segundo dados divulgados em 2011, pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), os bancos europeus precisam de 114,7 mil milhões de euros para reforçar os seus capitais até Junho de 2012. Sendo que segundo o divulgado pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) em finais de 2011, os bancos alemães e italianos, são os que mais ameaçam necessitar de apoio, mantendo-se os espanhóis e os gregos, em linha com o anteriormente avaliado pela referida autoridade. Em 2012, o Banco de Portugal prepara medidas para prevenir o crédito malparado, e pretende que os bancos atuem por antecipação, no que toca às situações de incumprimento por parte das famílias e das empresas, sendo que segundo o regulador bancário, se prepara o caminho para que os bancos não ajam apenas reactivamente mas também preventivamente.

De acordo com Cooper (2008:151): “a criação de crédito é a base do processo de geração de riqueza, mas é também causa de instabilidade financeira. Não podemos permitir que os seus benefícios nos impeçam de ver os seus riscos”.

3.4 A ESTRUTURA DE BALANÇO DA BANCA EM PORTUGAL ANTES E APÓS O EFEITO SUBPRIME.

No ano de 2007 a atividade bancária foi desenvolvida num enquadramento macroeconómico difícil, mas em que os efeitos do *subprime* ainda não se refletiam na estrutura de balanço da banca nacional, tendo no entanto esta começado a ser afetada por via da subida dos preços do petróleo, dos bens alimentares e das matérias-primas em geral, subidas que tiveram reflexos negativos na actividade económica em geral, sobre o emprego e ao nível da inflação. Adicionalmente, a crise decorrente do mercado imobiliário norte-americano (*Subprime*), condicionava já fortemente o acesso dos bancos aos mercados internacionais, originando a subida generalizada das taxas de juro a nível geral, com um efeito direto na estrutura de balanço dos bancos portugueses.

Ao analisar a estrutura de balanço do sector bancário em Portugal e o peso das diversas variáveis no ativo líquido no ano de 2007, conclui-se que, tal como em exercícios anteriores, o crédito concedido a clientes mantém-se como a atividade mais expressiva (63,1%), seguida das aplicações em instituições de crédito (15,9%) e pelos restantes ativos (21%), (Vd. tabela 3.4.2).

Pelo lado do passivo, os recursos de clientes continuam a registar a maior preponderância (40,1%), assim como os recursos de outras instituições de crédito (26,5%) e os débitos representados por títulos (aumentando assim o seu peso como fonte de financiamento para 13,7%), verificava-se contudo uma estrutura muito próxima da observada no ano anterior (2006), (Vd. tabela 3.4.1).

A variável relativa aos capitais próprios e equiparados, que engloba para além dos capitais próprios os passivos subordinados, apresentava um peso de 8,9% no ativo do sector, de acordo com Associação Portuguesa de Bancos (2008).

O mapa de origens e aplicações de fundos coloca em evidência a forma como os bancos financiaram a sua actividade no exercício de 2007, numa fase em que os efeitos da crise *subprime* eram ainda relativizados pelo sector bancário nacional. A concessão de crédito a clientes foi sendo suportada por recursos na maioria obtidos junto dos respetivos clientes, por emissão de dívida titulada, operações de titularização e em menor grau, através de financiamentos

concedidos por outras instituições de crédito. Constituem-se ainda como fundos, os passivos diversos, os capitais próprios e os equiparados, o que prova a notável diversificação de fontes de financiamento.

Tabela 3.4.1 Mapa de origem e aplicação de fundos

Aplicações e Recursos	Estrutura (%)		
	2007	2006	Δ (p.p)
Disponibilidades	2,9	3,1	-0,2
Aplicações em Instituições de Crédito	15,9	15,9	-0,1
Créditos a Clientes (bruto)	63,1	62,2	0,9
Activos Financeiros (negociação, p/venda e justo valor)	12,0	12,0	0,1
Derivados de Cobertura	0,2	0,3	-0,1
Activos Tangíveis e Intangíveis	0,7	0,8	-0,1
Outros Activos	5,1	5,7	-0,6
TOTAL	100,0	100,0	
Recursos de Bancos Centrais	1,4	0,7	0,6
Recursos de Instituições Crédito	26,5	27,7	-1,2
Recursos de Clientes	40,1	40,9	-0,8
Responsabilidades Representadas por Títulos	13,7	12,0	1,7
Provisões	0,9	0,9	0,0
Capitais Próprios e Equiparados	8,9	9,5	-0,6
Outros Passivos	8,6	8,3	0,3

Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Maio de 2008, de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 41, Julho de 2008, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2007, pág.7.

Tabela 3.4.2 Crédito a empresas e particulares

Crédito a Empresas e Particulares	2007	2006	Variações	
			Absolutas	Relat. (%)
Crédito a Particulares	127.277	114.977	12.300	10,7
Habitação	100.585	91.591	8.994	9,8
Consumo	13.790	11.379	2.411	21,2
Outros Fins	12.902	12.007	895	7,5
Crédito a Empresas não Financeiras	101.610	91.856	9.754	10,6
TOTAL	228.887	206.833	22.054	10,7
Peso do Crédito a Particulares (%)	55,6	55,6		
Operações de titularização de crédito	14.029	14.064	-35	-0,2

Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Maio de 2008, de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 41, de julho de 2008, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2007, pág.8.

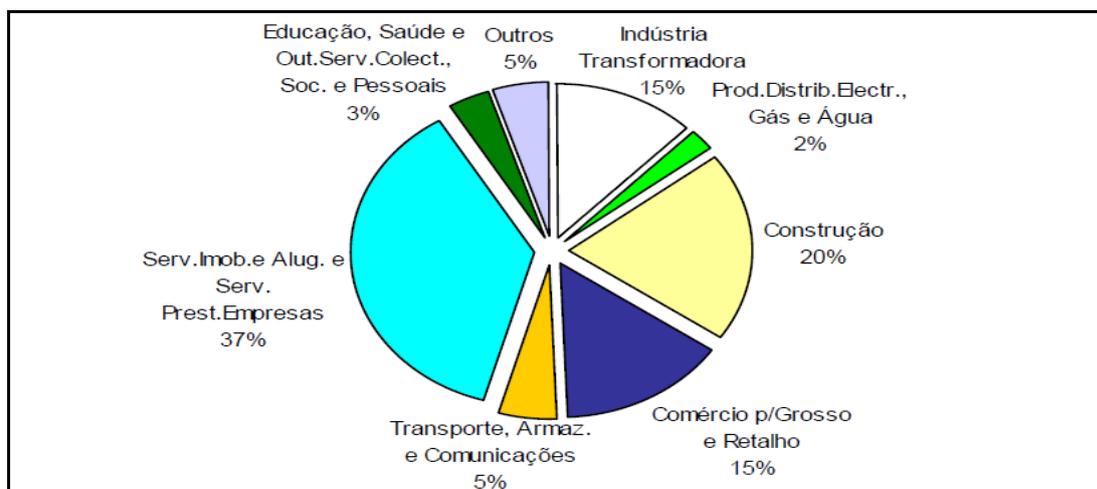
Nota: Valores em milhões de euros.

Em 2007 e tendo por base os dados publicados pelo Banco de Portugal no seu Boletim Estatístico, o total do crédito a empresas e particulares apresentava uma taxa de crescimento global de 10,7%, com o crédito a particulares e a empresas a registarem crescimentos praticamente paralelos (10,7% e 10,6%, respetivamente), (Vd. Tabela 3.4.2), de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2008).

O peso do crédito concedido a clientes particulares estabilizou nos 55,6% (idêntico ao do ano anterior), continuando a aquisição de habitação própria a constituir o principal motivo de endividamento das famílias, não obstante o maior dinamismo do crédito ao consumo, com uma taxa de crescimento anual de 21,2%, e resultando da crise financeira internacional efeitos negativos nas operações de titularização, contribuindo para que o saldo das mesmas se mantivesse num valor muito próximo do realizado no ano anterior (2006), (Vd. Tabela 3.4.2).

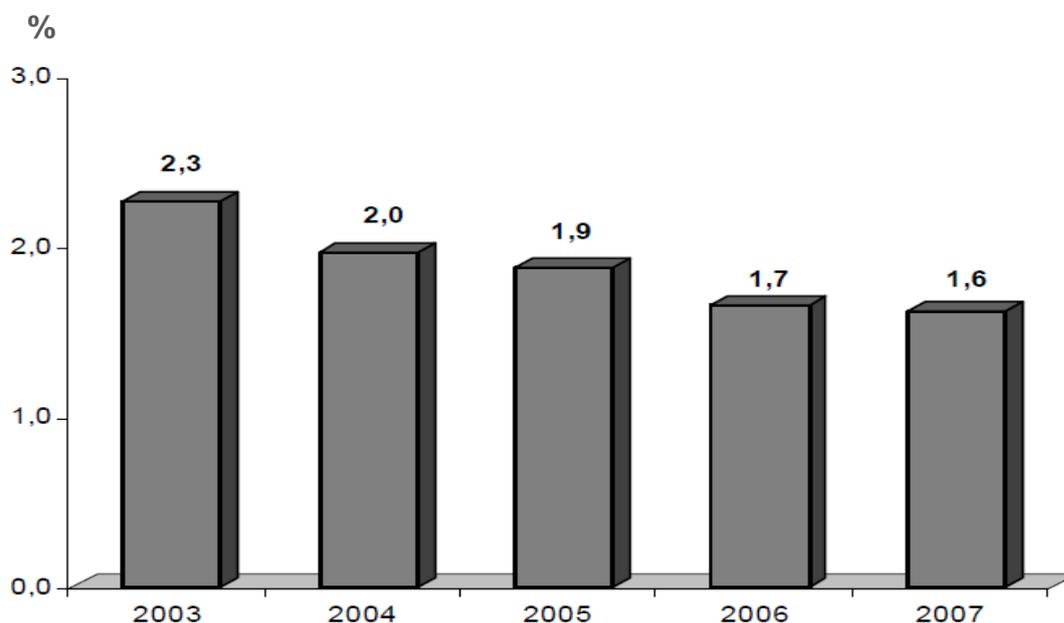
No que se refere à repartição do crédito a empresas, este atingiu 101,6 mil M€, com os sectores dominantes continuaram a ser liderados pelos serviços imobiliários e prestados a empresas, com uma quota de 37%, seguido pelo sector da construção (20% do total) e pelo comércio e indústria transformadora, ambos com um peso de 15%, (Vd. Gráfico 3.4.1).

Gráfico 3.4.1 Distribuição sectorial do crédito a empresas não financeiras (Dezembro 2007).



Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Maio de 2008, de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 41, de julho de 2008, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2007, pág.9.

Gráfico 3.4.2 Rácio: crédito de cobrança duvidosa /crédito a empresas e particulares



Fonte: Boletins Estatísticos do Banco de Portugal, de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 41, Julho de 2008, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2007, pág.10.

No que respeita ao valor do crédito de cobrança duvidosa no total de crédito concedido a empresas e particulares, pareceu ter estabilizado a tendência decrescente registada em anos anteriores, em 2003 este rácio apresentava um valor de 2,3% que compara com os 1,6% no final de 2007 (1,7% em Dezembro de 2006), (Vd. Gráfico 3.4.2), tendo contribuído para a valia da carteira de crédito, a relativa melhoria da economia portuguesa, ao passar de uma baixa do produto em 2003 (-1,1%) para um crescimento do produto em 2007 (1,8%), e a existência de sistemas de monitorização cada vez mais adequados à avaliação do risco de crédito, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2008).

Em 2011, a estrutura de balanço da banca nacional refletia já a imagem da crise *subprime*, a qual se fez sentir no final de 2007 e tem o seu maior desenvolvimento em 2008.

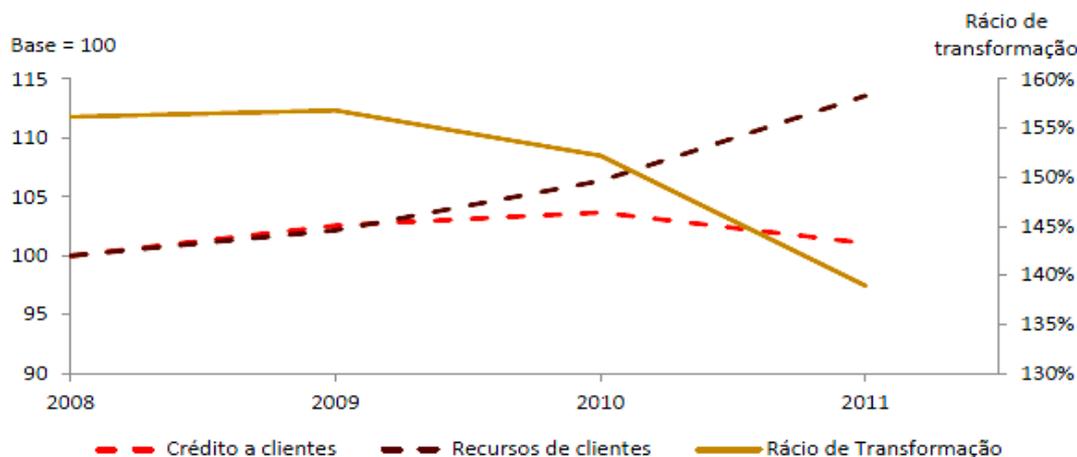
Com efeito, e de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág. XIX, passo a citar:

“Os principais índices acionistas tenderam a desvalorizar, em particular nos mercados periféricos europeus e no segmento bancário, pelo que os spreads associados ao crédito aumentaram em função do grau de exposição aos países de maior vulnerabilidade financeira e o Euro desvalorizou-se generalizadamente, pelo que a economia portuguesa sofria de graves desequilíbrios estruturais, traduzidos em elevados níveis de endividamento público e privado, não se traduzindo em crescimento económico, ao que associa o agravamento do risco de crédito da dívida soberana tornando insuportáveis as condições de financiamento de Portugal nos mercados internacionais e obrigando ao pedido de ajuda financeira externa em Abril de 2011”.

O Programa de Assistência Económica e Financeira da União Europeia e do FMI, que concretizou aquele pedido, moldou os termos de toda a actividade económica e financeira de Portugal, impondo um conjunto de condições que visava melhorar o potencial de crescimento económico e assegurar o acesso de Portugal aos mercados da dívida.

Essas exigências traduziram-se na obrigação por parte da banca, em cumprir um conjunto de requisitos, de acordo com boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág. XX, nomeadamente: *“reforço do rácio mínimo de capital core tier 1 para 9% e 10%, respetivamente, até finais de 2011 e 2012, redução do rácio de transformação para 120% até Dezembro de 2014 e a realização de inspeções para avaliação das carteiras de crédito com referência a 30 de Junho de 2011, no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP) do Banco de Portugal, aplicável aos oito maiores grupos bancários; e a revisão do sistema de saneamento e liquidação das instituições financeiras contemplado no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), com o intuito de reforçar os mecanismos de recuperação e resolução da banca”.*

Gráfico 3.4.3 A evolução do rácio de transformação (2008-2011).



Fonte: IFs e boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.86.

Face à necessidade de desalavancagem dos bancos num quadro de difícil acesso aos mercados financeiros, e a uma conjuntura económica adversa, o PAEF veio propor de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012), duas linhas de apoio à banca portuguesa, nomeadamente: a prestação extraordinária de garantia estatal à emissão de obrigações por parte do sector bancário nacional, tendo ficado definida a possibilidade de os bancos emitirem dívida garantida pelo Estado, num valor total máximo de 35 mil milhões de euros (as garantias aprovadas nestes moldes ascenderam a 11,825 mil milhões de euros em 2011) e a disponibilização de um fundo, a que não houve necessidade de recorrer em 2011, para operações de recapitalização das instituições de crédito no montante de 12 mil milhões de euros integrados num pacote global de 78 mil milhões de euros de ajuda financeira a Portugal.

Com efeito, o ano de 2011 constituiu um momento de viragem na tendência de crescimento do ativo das instituições financeiras, e face a 2010 registou um decréscimo de 1,4%, (Vd. Tabela 3.4.4) que não só está em linha com a queda do PIB nominal de 1%, bem como com a redução da procura, seguindo a exigência de reforço dos níveis de solvabilidade imposta aos bancos pelo PAEF.

Logo, a dificuldade de recurso aos mercados de capitais por parte das instituições financeiras conduziu a que estas tivessem de tentar alcançar

aquele objetivo, quer pela via da redução de ativos (venda de ativos *non-core* e/ou diminuição da carteira de créditos) quer pela via da alteração da composição de ativos e respectiva diminuição do risco médio, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

O processo de desalavancagem refletiu-se na concessão de crédito, através da aplicação de critérios de avaliação do risco e de condições de atribuição de crédito mais rigorosas e seletivas, logo o cumprimento das recomendações do PAEF para a redução do rácio de transformação, levou ao desenvolvimento de esforços por parte do sector bancário para a captação de mais recursos junto de clientes e conseqüentemente a uma maior pressão sobre a concessão de crédito de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012), (Vd. Gráfico 3.4.3).

Se a estes fatores juntarmos a diminuição da procura de crédito por parte do sector privado não financeiro em 2011, não é de admirar que o montante do crédito em balanço tenha baixado, podendo aferir-se que o crédito às empresas e à Administração Pública, representou em 2011 mais de 50% da carteira de crédito bruto a clientes (Vd. Tabela 3.4.5).

Relativamente ao crédito a particulares, verificou-se uma contratação do crédito ao consumo e outros fins, enquanto o crédito à habitação, constituiu quase 40% da carteira de crédito bruto a clientes, e representou mais de 85% do crédito a particulares em 2011, apresentando inclusive uma variação positiva (Vd. Tabela 3.4.5).

Seguidamente apresenta-se a decomposição do balanço agregado a 31 de Dezembro de 2011, sendo de destacar o peso do crédito a clientes, o qual representa 55,5% do ativo, por contrapartida no passivo de recursos de clientes e outros empréstimos, os quais assumem um peso de 41,5%, o que nos permite concluir que a concessão de crédito está fortemente relacionada com a capacidade de se captarem depósitos junto da carteira de clientes.

Tabela 3.4.3 Balanço agregado (milhões €) a 31 de Dezembro de 2011

	2011	Em % do Total
Activo		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito	9.143	1,8%
Investimentos financeiros ^{a)}	115.905	23,1%
Aplicações em instituições de crédito	56.798	11,4%
Crédito a clientes	278.324	55,5%
Outros activos ^{b)}	41.308	8,2%
Total de Activo	501.478	100,0%
Passivo e Capitais Próprios		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	132.431	26,4%
Recursos de clientes e outros empréstimos	208.232	41,5%
Títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital ^{c)}	70.023	14,0%
Outros passivos financeiros ^{d)}	56.871	11,3%
Outros passivos ^{e)}	12.298	2,5%
Capitais próprios	21.623	4,3%
Total de Passivo e Capitais Próprios	501.478	100,0%

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.81.

a) "Inclui as carteiras de ativos financeiros detidos para negociação, outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade e ativos com acordo de recompra".

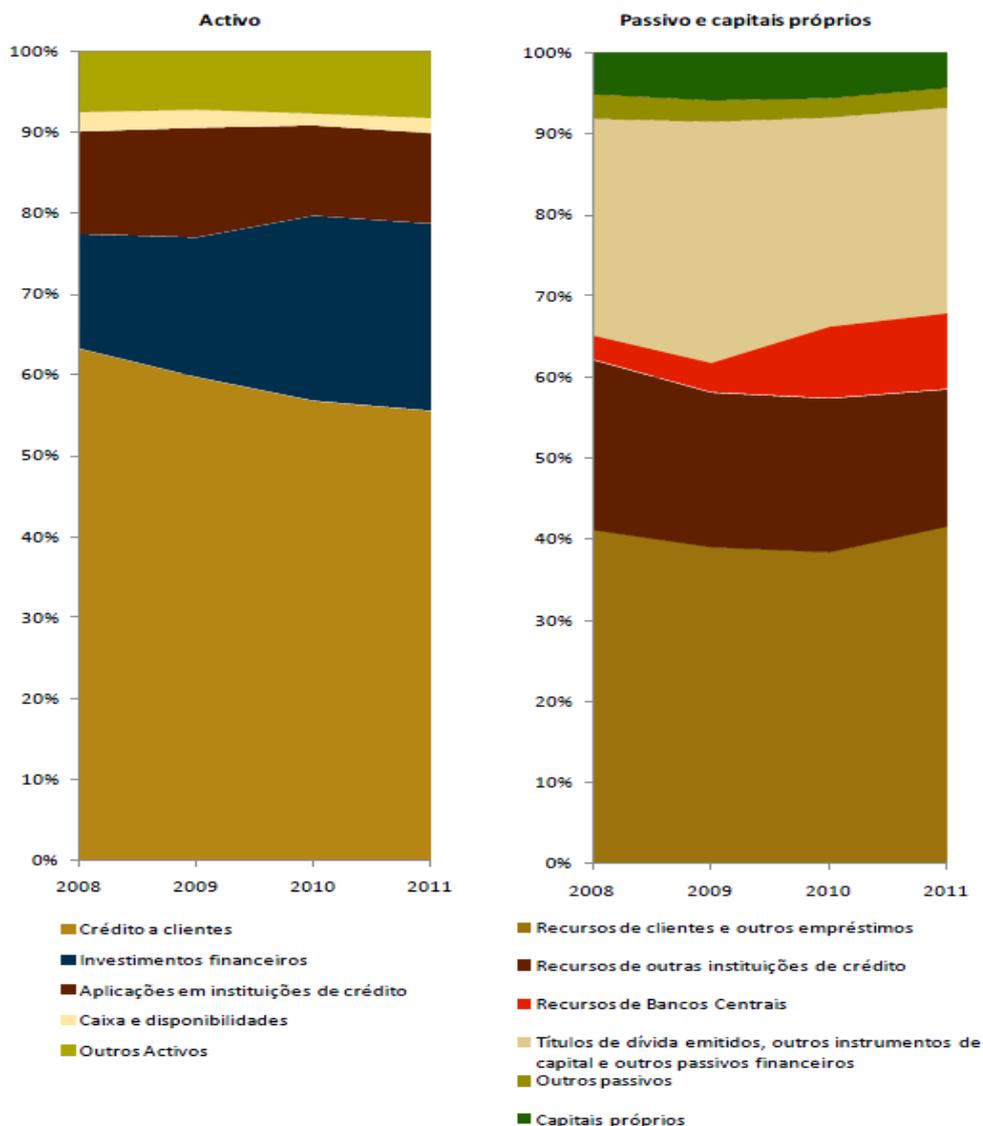
b) "Inclui derivados de cobertura com justo valor positivo, ativos não correntes detidos para venda, propriedades de investimento, outros ativos tangíveis e ativos intangíveis, investimentos em filiais e associadas, ativos por impostos correntes e diferidos e outros ativos".

c) "Inclui responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e instrumentos representativos de capital".

d) "Inclui passivos financeiros de negociação, outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros associados a ativos transferidos".

e) "Inclui derivados de cobertura com justo valor negativo, provisões, passivos por impostos correntes e diferidos e outros passivos".

Gráfico 3.4.4 Evolução da estrutura do balanço agregado a 31 Dezembro (2008-2011)



Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.88.

Com base no gráfico pretende-se apresentar uma visão geral da estrutura de balanço da banca nacional no período de 2008 a 2011, sendo passível de se constatar o aumento dos recursos de clientes de forma vincada a partir de 2009, o que de alguma forma acompanha mas em sentido inverso a concessão de crédito a clientes (particulares, empresas e sector público). Contudo é de

salientar o forte acréscimo que os títulos de dívida emitidos, outros instrumentos financeiros e outros passivos financeiros, evidenciam no balanço após o ano de 2009.

Tabela 3.4.4 Composição e evolução da estrutura do activo agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)

	2008	2009	2010	2011	Média
Caixa e Disponibilidades ^{a)}					
Total (milhões €)	10.418	10.485	7.225	9.039	
Taxa de crescimento anual	-	0,6%	-31,1%	25,1%	-1,8%
Em % do total de activo	2,3%	2,2%	1,4%	1,8%	1,9%
Investimentos Financeiros					
Total (milhões €)	63.073	82.770	116.477	115.845	
Taxa de crescimento anual	-	31,2%	40,7%	-0,5%	23,8%
Em % do total de activo	14,2%	17,3%	22,9%	23,1%	19,4%
Aplicações em Instituições de Crédito					
Total (milhões €)	56.638	65.300	56.891	56.239	
Taxa de crescimento anual	-	15,3%	-12,9%	-1,1%	0,4%
Em % do total de activo	12,7%	13,6%	11,2%	11,2%	12,2%
Crédito a Clientes					
Total (milhões €)	281.739	286.619	288.211	278.068	
Taxa de crescimento anual	-	1,7%	0,6%	-3,5%	-0,4%
Em % do total de activo	63,3%	59,7%	56,8%	55,6%	58,8%
Outros Activos					
Total (milhões €)	33.478	34.597	38.995	41.281	
Taxa de crescimento anual	-	3,3%	12,7%	5,9%	7,3%
Em % do total de activo	7,5%	7,2%	7,7%	8,3%	7,7%
Total de Activo	445.346	479.771	507.799⁷³	500.472	
Taxa de crescimento anual	-	7,7%	5,8%	-1,4%	4,0%

Fonte: IFs e boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.82.

a) "Em Bancos Centrais e outras instituições de crédito".

Tabela 3.4.5 Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por natureza, a 31 de Dezembro (2010-2011).

	2010	2011	Média
Crédito a Empresas e Administração Pública			
Total (milhões €)	158.793	149.963	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-8.830	-
Taxa de crescimento anual	-	-5,6%	-
Em % do total	55,4%	53,9%	54,7%
Crédito a Particulares para Habitação			
Total (milhões €)	107.807	109.561	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	1.754	-
Taxa de crescimento anual	-	1,6%	-
Em % do total	37,7%	39,4%	38,5%
Crédito a Particulares para Consumo e outros Fins			
Total (milhões €)	19.724	18.738	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-986	-
Taxa de crescimento anual	-	-5,0%	-
Em % do total	6,9%	6,7%	6,8%
Total de crédito bruto a clientes	286.324	278.262	-

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.93.

Tabela 3.4.6 Composição e evolução do crédito bruto a clientes, por natureza, a 31 de Dezembro (2010-2011).

	2010	2011	Média
Empréstimos⁸²			
Total (milhões €)	236.761	225.842	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-10.919	-
Taxa de crescimento anual	-	-4,6%	-
Em % do total	82,7%	81,2%	81,9%
Crédito Titularizado Não Desreconhecido			
Total (milhões €)	34.883	41.849	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	6.966	-
Taxa de crescimento anual	-	20,0%	-
Em % do total	12,2%	15,0%	13,6%
Outros Créditos e Valores a Receber (Titulados)			
Total (milhões €)	14.680	10.571	-
Variação em valor absoluto (milhões €)	-	-4.109	-
Taxa de crescimento anual	-	-28,0%	-
Em % do total	5,1%	3,8%	4,5%
Total de crédito bruto a clientes	286.324	278.262	-

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.92.

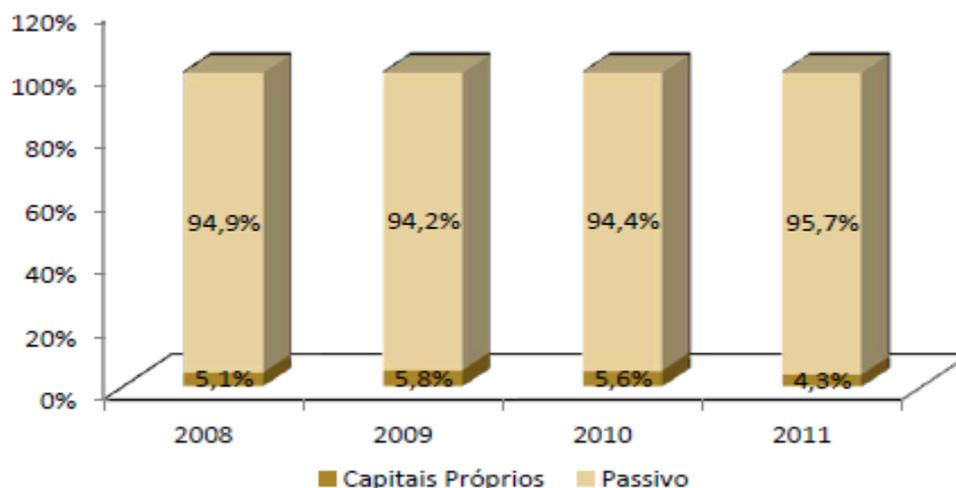
Tabela 3.4.7 Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de Dezembro (2008-2011)

	2008	2009	2010	2011	Média
Recursos de Bancos Centrais					
Total (milhões €)	13.398	17.503	44.958	46.985	-
Taxa de crescimento anual	-	30,6%	156,9%	4,5%	64,0%
Em % do total de balanço	3,0%	3,7%	8,8%	9,4%	6,2%
Recursos de Outras Instituições de Crédito					
Total (milhões €)	93.515	91.583	96.426	84.665	-
Taxa de crescimento anual	-	-2,1%	5,3%	-12,2%	-3,0%
Em % do total de balanço	21,0%	19,1%	19,0%	16,9%	19,0%
Recursos de Clientes e Outros					
Empréstimos					
Total (milhões €)	183.161	187.118	194.840	208.057	-
Taxa de crescimento anual	-	2,2%	4,1%	6,8%	4,4%
Em % do total de balanço	41,1%	39,0%	38,4%	41,5%	40,0%
Títulos de Dívida Emitidos e Outros Instrumentos de Capital^{a)}					
Total (milhões €)	79.483	101.382	81.819	70.023	-
Taxa de crescimento anual	-	27,6%	-19,3%	-14,4%	-2,1%
Em % do total de balanço	17,9%	21,1%	16,1%	14,0%	17,3%
Outros Passivos Financeiros					
Total (milhões €)	39.605	41.459	49.278	56.871	-
Taxa de crescimento anual	-	4,7%	18,9%	15,4%	13,0%
Em % do total de balanço	8,9%	8,6%	9,7%	11,4%	9,6%
Outros Passivos					
Total (milhões €)	13.517	12.680	12.113	12.284	-
Taxa de crescimento anual	-	-6,2%	-4,5%	1,4%	-3,1%
Em % do total de balanço	3,0%	2,7%	2,4%	2,5%	2,7%
Total de Passivo (milhões €)	422.679	451.725	479.434	478.885	-
Taxa de crescimento anual	-	6,9%	6,1%	-0,1%	4,3%
Em percentagem do total de balanço	94,9%	94,2%	94,4%	95,7%	94,8%
Capitais Próprios					
Total (milhões €)	22.667	28.046	28.365	21.587	-
Taxa de crescimento anual	-	23,7%	1,1%	-23,9%	0,3%
Em % do total de balanço	5,1%	5,8%	5,6%	4,3%	5,2%
Total de Passivo e Capitais Próprios	445.346	479.771	507.799	500.472	-

Fonte: IFs, conforme boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.84.

a) "Inclui passivos subordinados".

Gráfico 3.4.5 Evolução da estrutura de financiamento agregado a 31 Dezembro (2008-2011)



Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.85.

Tabela 3.4.8 Indicadores de estrutura de balanço agregado a 31 de Dezembro (2008-2011)

		2008	2009	2010	2011
Liquidez Reduzida	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais / Passivo financeiro ^{a)}	1,7%	1,6%	0,8%	1,1%
Rácio de Transformação	Crédito bruto / Recursos de clientes e outros empréstimos	156,2%	156,8%	152,2%	139,0%
Capacidade Creditícia Geral	Crédito bruto / Passivo financeiro	69,5%	66,6%	63,3%	61,8%
Financiamento do Activo Financeiro	Passivo financeiro / Activo financeiro ^{b)}	99,3%	98,6%	99,6%	101,6%
Relevância dos Recursos de Clientes	Recursos de clientes e outros empréstimos / Passivo financeiro	44,5%	42,5%	41,6%	44,5%
Relevância da Dívida Subordinada	Passivos subordinados / (Capitais próprios + Passivos subordinados)	40,1%	31,8%	30,4%	28,1%
Solvabilidade Bruta	(Capitais próprios + Passivos subordinados) / Activo	8,5%	8,6%	8,1%	6,0%

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.89.

a) "Passivo financeiro – inclui recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital, outros passivos financeiros e derivados de cobertura".

b) "Activo financeiro – inclui caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito, investimentos financeiros, aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e derivados de cobertura".

Tabela 3.4.9 Evolução do crédito bruto a clientes e das provisões e imparidades, a 31 de Dezembro (2010-2011)

	2010	2011
Crédito a Clientes (Vivo)		
Total (milhões €)	278.357	267.679
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%
Crédito a Clientes (Vencido)		
Total (milhões €)	7.967	10.583
Taxa de crescimento anual	-	32,8%
Crédito a clientes total (bruto)	286.324	278.262
Taxa de crescimento anual	-	-2,8%
Provisões e Imparidades		
Total (milhões €)	-7.987	-10.460
Taxa de crescimento anual	-	31,0%
Crédito a clientes total (líquido)	278.337	267.802
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.90.

O crédito vencido cresceu 32,8% em 2011, o que, comparativamente ao *stock* de crédito bruto total em finais do ano, representou 3,8% deste (Vd. Tabela 3.4.9)

Para fazer face a esta situação, os bancos nacionais reforçaram as suas provisões e imparidades em 2.473 milhões de euros em 2011 (o que representa um crescimento de 31% em relação a 2010, Vd. Tabela 3.4.9), nos quais se incluem já o valor do reforço (520 milhões de euros) de provisões e imparidades estimado nos resultados da primeira fase do SIP, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

A evolução da carteira de ativos financeiros (em particular, para negociação e disponíveis para venda) ficou marcada pela significativa desvalorização dos títulos em resultado da evolução desfavorável dos mercados financeiros internacionais, quer de dívida quer de capital (Vd. Tabela 3.4.7), levando ao reconhecimento de imparidades detidas pelas instituições bancárias, nomeadamente de empresas do PSI 20, o que se percebe pela necessidade desalavancagem através da venda de alguns ativos, sobretudo não estratégicos e em carteira, por contrapartida da aquisição de títulos de dívida pública portuguesa revelando que as instituições financeiras continuavam a apoiar o financiamento ao Estado português, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

No que respeita ao financiamento dos próprios bancos, ele continua baseado principalmente nos recursos de clientes e outros empréstimos, os quais superaram o montante de 200 mil milhões de euros em 2011 (Vd. Tabela 3.4.7) e representaram mais de 45% do total do financiamento alheio.

Em 2011, a rubrica de depósitos a prazo teve um forte crescimento na ordem dos 7,4% que resultou não só da forte procura por parte da banca, como por parte do pequeno aforrador que procura aplicações com um nível de risco reduzido.

Para tal contribuiu a contração do rácio de transformação e o seu agravamento em 2011 (Vd. Gráfico 3.4.3), motivado pelo impedimento de acesso aos mercados (interbancário e de títulos de dívida) por parte dos bancos portugueses, por este motivo verifica-se um aumento da concorrência entre bancos no que toca à captação de depósitos a prazo, com um aumento generalizado das taxas de remuneração oferecidas, o que levou mais tarde à intervenção do Banco de Portugal, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012). Aliado a uma redução do crédito bruto a clientes (-8.062 milhões de euros, ou seja -2,8%) e ao aumento dos recursos de clientes e outros empréstimos (+14.092 milhões de euros, ou seja +7,4%), traduzindo-se numa evolução muito positiva do rácio de transformação que de 152,2% em 2010 caiu para 139% em 2011 (Vd. Tabela 3.4.8).

A dependência das instituições financeiras do Eurosistema manteve-se, continuando a ser a principal dificuldade o acesso aos mercados internacionais por grosso, a qual o Banco Central Europeu (BCE) tem procurado colmatar através de medidas convencionais de política monetária, tal como a recente operação de refinanciamento de longo prazo (LTRO³⁸ a 3 anos).

A subscrição por parte das instituições financeiras visou reduzir saldos de outras operações de curto prazo (MRO³⁹s), prática que aliás já vinha a ser realizada desde o segundo semestre de 2011.

Esta mudança, conjuntamente com a captação de depósitos de longo prazo de clientes veio a proporcionar uma estrutura de financiamento agregado mais estável, em termos de maturidade (Vd. Tabela 3.4.10).

³⁸ LTRO – Long term refinancing operations.

³⁹ MRO – Main refinancing operations.

Devido à dificuldade de colocação de nova dívida nos mercados financeiros por grosso, verifica-se a redução significativa em 2011 dos saldos em balanço das rubricas afetas a recursos de outras instituições de crédito, das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados. No caso das duas últimas rubricas, a sua variação negativa foi ainda acentuada não só pelo reembolso de dívida cuja maturidade foi atingida e que não foi renovada, como também pela compra em mercado de obrigações próprias por parte dos bancos.

Tabela 3.4.10 Composição e evolução da carteira de investimentos financeiros, a 31 de Dezembro (2010-2011)

	2010	2011	Média
Activos Financeiros Detidos Para Negociação e Outros			
Activos ao Justo Valor Através de Resultados			
Total (milhões €)	18.367	15.373	-
Taxa de crescimento anual	-	-16,3%	-
Em % do total líquido	16,1%	13,5%	14,8%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda			
Valor bruto (milhões €)	80.013	82.478	-
Taxa de crescimento anual	-	3,1%	-
Em % do total líquido	70,1%	72,6%	71,3%
Imparidade (milhões €)	-836	-1.356	-
Taxa de crescimento anual	-	62,2%	-
Em % do total líquido	-0,7%	-1,2%	-0,9%
Investimentos Detidos até à Maturidade			
Valor bruto (milhões €)	14.316	15.344	-
Taxa de crescimento anual	-	7,2%	-
Em % do total líquido	12,5%	13,5%	13,0%
Imparidade (milhões €)	-50	-394	-
Taxa de crescimento anual	-	688,0%	-
Em % do total líquido	0,0%	-0,3%	-0,2%
Outros ^{a)}			
Total (milhões €)	2.319	2.231	-
Taxa de crescimento anual	-	-3,8%	-
Em % do total líquido	2,0%	1,9%	2,0%
Total de investimentos financeiros (bruto)	115.015	115.426	-
Total de imparidades	-886	-1.750	-
Total de investimentos financeiros (líquido)	114.129	113.676	-
Taxa de crescimento anual	-	-0,4%	-

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.100.

Após o crescimento significativo da carteira de investimentos financeiros em 2010, devido a uma elevada procura de títulos de dívida pública portuguesa e à emissão de obrigações decorrentes de operações de titularização de crédito, verifica-se em 2011, a uma leve contração em termos líquidos destes ativos (-

453 milhões de euros, o que representa uma taxa de variação anual de -0,4%), (Vd. Tabela 3.4.10), sendo esta quebra o resultado da forte diminuição do valor da carteira de ativos financeiros detidos para negociação (quase menos 3 mil milhões de euros), reforço de imparidades nas carteiras de ativos financeiros livres para negociação e investimentos detidos até à maturidade, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

Tal reforço levou a que o aumento líquido nestas carteiras se ficasse pelos 2,5% e 4,8%, embora em termos brutos as duas rubricas tivessem crescido 3,1% e 7,2% respetivamente, (Vd. Tabela 3.4.10), de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

Como resultado, a carteira de ativos financeiros detidos para negociação perdeu representatividade em termos líquidos, no conjunto dos investimentos financeiros das instituições financeiras (13,5% em 2011 face a 16,1% em 2010) a favor das outras duas carteiras.

Verificou-se a redução do endividamento agregado, no entanto o grau de alavancagem financeira acentuou-se em 2011, devido a uma redução substancial verificada nos capitais próprios das instituições financeiras, em valor absoluto (Vd. Tabela 3.4.7).

De facto, os capitais próprios em 2011 são afetados negativamente por três motivos, de acordo o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, nomeadamente: “ *por perdas com o reconhecimento em resultados transitados dos desvios atuariais passados associados aos fundos de pensões e por alteração das respetivas regras de contabilização, por perdas em investimentos financeiros reconhecidas em reservas de justo valor e por fim pelos resultados negativos no ano, na sua maioria devidos a impactos extraordinários de eventos não recorrentes*”.

Como habitual no negócio bancário, a actividade de intermediação constituiu desde sempre a principal fonte de resultados, pelo que em 2011, para a diminuição da margem financeira contribuíram sobretudo as variações negativas nos resultados em operações com clientes e nos resultados em operações no mercado monetário interbancário.

O produto bancário gerado em 2011 não foi suficiente para suportar o total dos custos operativos e dos encargos com provisões e imparidades, (Vd. tabela 3.4.11), não tendo contribuído para tal as políticas de redução de custos operativos aplicadas e levadas a cabo pelos bancos nacionais, e que envolveram o encerramento de algumas dezenas de agências bancárias, o corte nos gastos com atividades de formação e a contenção nos gastos com serviços especializados e publicidade por parte das instituições financeiras, de molde a compensar os fortes incrementos registados em provisões e imparidades, e o choque provocado nos custos com a transparência parcial dos fundos de pensões da banca para a Segurança Social, em finais de 2011, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

Verificou-se ainda o agravamento da rubrica de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade devido à reestruturação da dívida soberana grega e às conseqüentes perdas reconhecidas em ações nacionais, como resultado a forte desvalorização do PSI 20, e a adicionalmente dá-se o crescimento das imparidades de crédito motivadas por uma conjuntura recessiva e que acaba por se traduzir numa maior materialização do risco de crédito, (Vd. Tabela 3.4.9).

Simultaneamente, houve que aceitar imparidades adicionais extraordinárias no seguimento dos resultados apurados na primeira fase do Programa Especial de Inspeções.

Verifica-se ainda que os custos operativos, provisões e imparidades consumiram 121,7% do produto bancário em 2011, o que se traduziu num Resultado Antes de Impostos (RAI) agregado de -1.938 milhões de euros (Vd. Tabela 3.4.11) e numa rendibilidade antes de impostos dos capitais próprios (ROE) de -7,53%, o que face ao valor positivo de 3,85% no ano de 2010 (Vd. Tabela 3.4.12), nos confirma a redução da rendibilidade do sector bancário nacional em 2011 face ao ano transato, de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (2012).

Tabela 3.4.11 Demonstração de resultados agregada, para efeitos de comparabilidade entre 2010 e 2011.

	2010		2011		Variação	
	milhões €	% PB	milhões €	% PB	milhões €	%
+ Juros e rendimentos similares	16.812		20.147			
- Juros e encargos similares	11.982		15.335			
Margem Financeira (MF)	4.830	50,9%	4.812	54,0%	-18	-0,4%
+ Rendimentos de serviços e comissões	3.218		3.140			
- Encargos com serviços e comissões	548		593			
Resultados de Serviços e Comissões	2.670	28,2%	2.547	28,6%	-123	-4,6%
+ Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-185		-459			
+ Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	425		7			
+ Resultados de reavaliação cambial	59		-1			
Resultados de Operações Financeiras	299	3,2%	-453	-5,1%	-752	-251,5%
+ Rendimentos de instrumentos de capital	1.375		1.164			
+ Resultados de alienação de outros activos	-27		160			
+ Outros resultados de exploração	333		686			
Outros Resultados	1.681	17,7%	2.010	22,5%	329	19,6%
Produto Bancário (PB)	9.480	100,0%	8.916	100,0%	-564	-5,9%
- Custos com pessoal	3.093		3.085			
- Gastos gerais administrativos	2.011		1.931			
- Amortização do exercício	424		424			
Custos Operativos	5.528	58,3%	5.440	61,0%	-88	-1,6%
Resultado Bruto de Exploração (RBE)	3.952	41,7%	3.476	39,0%	-476	-12,0%
- Provisões líquidas de reposições e anulações	-94		-198			
- Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	2.342		3.116			
- Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	391		1.426			
- Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	262		1.070			
Provisões e Similares	2.901	30,6%	5.414	60,7%	2.513	86,6%
Resultado Antes de Impostos (RAI)	1.051	11,1%	-1.938	-21,7%	-2.989	-284,4%

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.138.

Tabela 3.4.12 Evolução das rendibilidades do ativo total e dos capitais próprios (2010-2011)

	2010	2011	Variação
Valores do Balanço Médio (Milhões €)			
Activo total médio	475.183	481.627	1,4%
Activos financeiros médios	441.232	443.929	0,6%
Passivos financeiros médios	436.233	444.787	2,0%
Capitais próprios médios	27.326	25.736	-5,8%
Demonstração de Resultados (Milhões €)			
+ Juros e rendimentos similares	16.812	20.147	19,8%
- Juros e encargos similares	11.982	15.335	28,0%
Margem Financeira	4.830	4.812	-0,4%
+ Resultados de serviços e comissões	2.670	2.547	-4,6%
+ Resultados de operações financeiras	299	-453	-251,5%
+ Outros resultados	1.681	2.010	19,6%
Produto Bancário	9.480	8.916	-5,9%
- Custos operativos	5.528	5.440	-1,6%
- Provisões e imparidades	2.901	5.414	86,6%
Resultado Antes de Impostos	1.051	-1.938	-284,4%
Rendibilidade ^{a)}			
Rendibilidade antes de impostos do activo total (ROA)	0,22%	-0,40%	
x Alavancagem financeira	17,39	18,71	
Rendibilidade antes de impostos dos capitais próprios (ROE)	3,85%	-7,53%	

Fonte: IFs e Boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, de julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.144.

Esta diminuição acentuada do nível da rentabilidade deve-se, por um lado à situação económica recessiva verificada em Portugal em 2011, e por outro lado, ao impacto negativo de quatro fatores extraordinários, de acordo o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, de julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, nomeadamente: ” *três dos quais de carácter não recorrente, a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos para o Estado (408 milhões de euros), o reconhecimento de imparidades de crédito adicionais resultantes do SIP (520 milhões de euros), a aplicação de um haircut sobre a dívida soberana da Grécia (874 milhões de euros), e a Contribuição sobre o Sector Bancário (73 milhões de euros)* ”.

Corrigindo estes impactos extraordinários, na ordem dos 1.875 milhões de euros, do valor agregado do resultado antes de impostos, este teria sido de -63 milhões de euros em 2011, conduzindo a um ROE praticamente nulo.

Apesar de ser uma *performance* que reflete as restrições a que estiveram sujeitos os bancos nacionais (à exceção de dois grupos bancários), podemos concluir que no ano de 2011 se cumpriu os requisitos mínimos de capital imposto pelo PAEF de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, de julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág. XXV.

O rácio *core tier 1* agregado atingido foi de 9,4% o que reflete, face às exigências acrescidas e às dificuldades assumidas, um esforço assinalável por parte dos bancos portugueses para cumprir os requisitos de supervisão, de acordo boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, de Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág. XXV.

No geral, o aumento de capital *core tier 1* justificou mais de metade dos aumentos nos rácios *core*, impondo-se ao impacto de contração do ativo total.

3.5 ANÁLISE SWOT (STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS) DO SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS.

Com o objetivo de clarificar a atual situação do sector bancário português, optou-se por elaborar uma Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens*), evidenciando os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do sector no atual contexto de crise económica e financeira, resumidos na tabela apresentada abaixo, e fundamentados a seguir:

Tabela 3.5.1 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1- Sector que tem evidenciado uma excelente capacidade de adaptação à regulamentação do Basileia II, abrindo caminho para a implementação com sucesso do Basileia III (a partir de 2014).</p> <p>2- Sector que têm vindo a demonstrar capacidade organizativa e de tomada de decisões.</p> <p>3- Sector que tem conseguido desalavancar os respetivos balanços e em simultâneo recapitalizar-se.</p> <p>4- Sector fortemente regulamentado e cujo papel do “compliance”, assume cada vez mais maior importância.</p>	<p>1- Empresas, famílias e Estado com elevados níveis de endividamento junto da banca.</p> <p>2 – Sector onde é premente o reforço do capital e dos ativos líquidos de maior qualidade.</p> <p>3 - Concentração da carteira de crédito de algumas instituições de menor dimensão em sectores mais problemáticos como o seja o imobiliário e da construção.</p> <p>4- Sector cujo volume de crédito malparado tem vindo a aumentar.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>1- Oportunidade de poder vir a beneficiar com o novo quadro regulatório (Basileia III), por via da utilização de critérios de classificação de risco mais rigorosos.</p> <p>2 – Sector que pode ganhar eficiência realizando uma boa gestão de toda a informação disponível, de forma a se manter alinhado com a estratégia do negócio.</p> <p>3 – Oportunidade para se simplificarem estruturas burocráticas que apenas dificultam a tomada de decisão.</p>	<p>1- Risco económico e perspectivas económicas fracas devido a uma recessão global.</p> <p>2 - O sector enfrenta mudanças essenciais a que terá de se adaptar, estabelecendo prioridades, de forma a não ficar limitado pelas próprias questões legais e regulamentares.</p> <p>3 - Face à redução das margens financeiras, os bancos têm de ganhar escala ou especializarem-se em segmentos de mercado.</p>

Pontos fortes: O sistema bancário português poder-se-á considerar eficiente, com boas práticas comerciais e de gestão de risco (Vd. anexo II, onde em 2009, existia uma instituição financeira portuguesa, no caso a Caixa Geral de Depósitos, que ao nível dos 50 bancos mais eficientes (*rácio cost to income*⁴⁰) do mundo de acordo com dados da Global Finance (2009), competia e ocupava a 36ª posição, numa altura em que a crise já se fazia sentir, o que numa economia como a portuguesa, dá uma imagem positiva da banca nacional), semelhante às das economias europeias mais desenvolvidas.

A competição aumentou a partir de meados da década de 90, refletindo a vontade dos principais bancos de aumentarem as suas quotas de mercado, nomeadamente por via do preço, nomeadamente no segmento do crédito à habitação, no qual os *spreads* foram esmagados no decorrer dos últimos anos, por via do euro e das taxas de juro a níveis bastante baixos, levando a um crescimento acentuado da dívida pública e privada e ao mesmo tempo da dos próprios bancos, acabando estes últimos por se transformarem em agentes económicos totalmente dependentes dos mercados, pelo que quando em 2008 os mercados se fecharam para o sector bancário nacional, com a crise da dívida soberana de Portugal, verifica-se que a capacidade de poupança dos portugueses é incapaz de suportar as necessidades de financiamento da economia nacional, e de acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, o rácio de transformação (relação entre os créditos concedidos e os depósitos captados), tornar-se-á num rácio que de acordo com as propostas de Basileia III, terá de obrigatoriamente passar por 120% em 2014, de forma a garantir-se o equilíbrio do sistema bancário nacional, pois as instituições financeiras nacionais são a principal fonte de financiamento do sector privado e do sector público, tal como acontece na maioria dos países europeus, (Vd. Capítulo 3.4, Tabela 3.4.5).

O sistema bancário português encontra-se essencialmente focalizado na banca de retalho, em resultado da pequena dimensão do país e da estrutura do sector, no qual as pequenas, médias empresas, particulares e a Administração

⁴⁰ *Rácio cost to income - evidência a eficiência da instituição e é calculado através do quociente entre os custos de estrutura operacionais (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações de imobilizado) e o produto bancário.*

Pública assumem um maior peso, (Vd. Capítulo 3.4, Gráfico 3.4.1 e Tabela 3.4.5).

Os bancos oferecem uma grande variedade de produtos, contudo os empréstimos à habitação e ao consumo e os financiamentos à tesouraria das pequenas e médias empresas, dominam a carteira dos seus ativos, (Vd. Capítulo 3.4, Tabela 3.4.5), de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011.

Os bancos portugueses evidenciavam agilidade operacional, na medida em que sempre tentaram otimizar as respetivas estruturas de custos e tirar vantagem competitiva dos baixos custos de trabalho por colaborador, aliado à existência de práticas de gestão de risco avançadas e a uma taxa de desemprego nacional moderada, preservando-se a qualidade da carteira de ativos, contudo de acordo com o boletim informativo da Associação Portuguesa de Bancos nº 47, Julho de 2012, relativo à Banca em Portugal no exercício de 2011, pág.161, o rácio “*cost-to-income*” vinha a deteriorar-se desde 2008, sendo que no período de 2008 a 2011, o produto bancário da banca nacional, havia caído 10%, pelo que terá de ser equacionado um modelo de negócio capaz de inverter a situação de queda do nível de rentabilidade do sector.

Para tal, serão com certeza indispensáveis as medidas tomadas pelo Banco de Portugal, no sentido de reforçar a confiança dos clientes, destacando-se o papel do “*compliance*”, o qual passa por medidas e ações de fiscalização e supervisão, como forma de reforçar na banca, e em que os casos do Banco Privado Português (BPP) e do Banco Português de Negócios (BPN), reforçam essa necessidade, sendo fundamental que as instituições financeiras nacionais beneficiem de regulamentação prudencial e de supervisão.

Pontos fracos: No que diz respeito aos pontos fracos, destaca-se o risco de crédito das famílias, das empresas e do Estado devido ao elevado nível de endividamento atingido (Vd. Capítulo 3.4), o que reduz a flexibilidade do sector financeiro e aumenta a probabilidade de *default*, pelo que a aprovação da regulamentação inscrita no *Basileia* III representa uma mudança de fundo na regulamentação dos bancos e vai obrigar o sector a alterar os seus modelos de

negócio, considerando um aumento das necessidades de capital próprio, reforçando a solvabilidade do sistema bancário.

Nos últimos 5 anos, as necessidades de financiamento, destinadas a assegurar investimento em ativos fixos, foram reduzidas, ao passo que as necessidades de financiamento para fundo de maneio e reestruturação de passivo foram os determinantes na procura de crédito por partes das empresas.

Não obstante a redução verificada nos últimos anos no rácio de *default*, estima-se um aumento substancial do incumprimento das empresas nos próximos dois anos, em resultado da recessão.

O corte das taxas de juro levado a cabo pelo Banco Central Europeu nos últimos 3 anos, o que se afere pelo gráfico 3.5.1, deverá aliviar o serviço da dívida das empresas e particulares, mas o agravamento dos prémios de risco por parte dos bancos limita parcialmente este benefício.

A atual tendência de descida das taxas de juro traz algum conforto, no entanto, um aumento moderado da taxa de desemprego poderá pesar negativamente na qualidade destes ativos.

Contudo alguns fatores aliviam a preocupação com o impacto negativo da crise no crédito, em especial no que diz respeito à habitação:

- Empréstimos às famílias essencialmente concentrados na aquisição de primeiras habitações, em que estes tipos de financiamentos inscrevem por norma níveis de incumprimento menores.
- Reduzidos níveis de investimento e de empréstimos especulativos por parte dos agentes económicos, os quais por norma incorporam níveis de riscos de crédito elevados.
- Contrariamente ao verificado em outras economias desenvolvidas como Espanha, Irlanda e Reino Unido, o crescimento dos preços do imobiliário estabilizou na última década, controlando a especulação imobiliária e de alguma forma a oferta e a construção de novos imóveis.

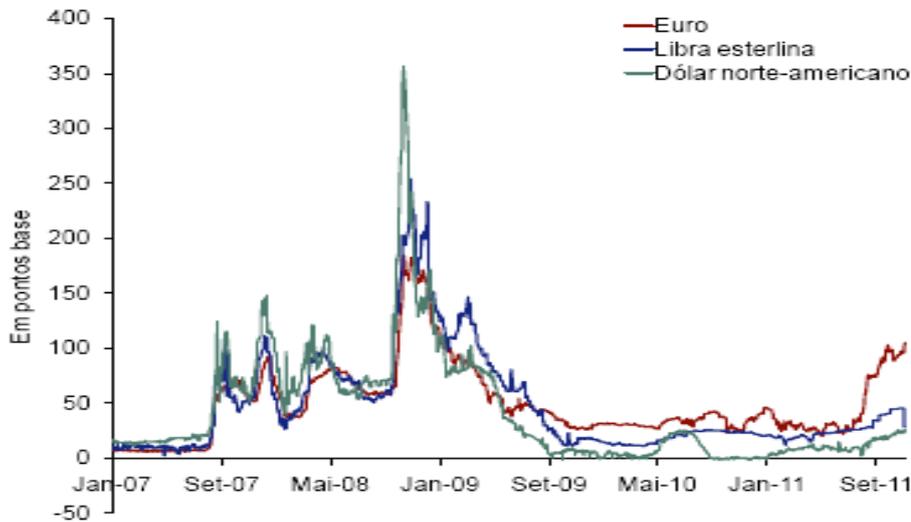
Outro ponto fraco a assinalar é o facto dos bancos portugueses evidenciarem um baixo nível de capitalização. Os bancos portugueses evidenciam rácios de *core tier 1* inferiores, relativamente aos bancos europeus (Vd. Capítulo 3.2, Gráfico 3.2.4). A redução acentuada registada ao nível dos preços nos mercados acionistas teve efeito direto na carteira dos fundos de pensões e *equity holdings*, e representou uma pressão acrescida para a estrutura de capital dos bancos.

Por outro lado, reconhece-se alguma fragilidade no processo de reconhecimento de ativos com problemas (Sousa, 2010). Os ativos com problemas (em *default*), também denominados 'ativos tóxicos', são reportados após 90 dias do respetivo evento, correspondendo à adoção do critério internacional. Contudo, o reporte é apenas efetuado relativamente ao evento passado, demorando algum tempo até que sejam reportados os valores globais dos ativos enquanto problemáticos. Por outro lado, os empréstimos alvo de reestruturação também não são divulgados publicamente, tal como sucede em outros países.

A verificação deste pressuposto afigura-se de difícil controlo por parte do *Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação* (IAPMEI), correndo-se o risco da concessão dos empréstimos bonificados servirem apenas o propósito de redução do risco de exposição dos bancos (que passam a beneficiar de garantia das sociedades de garantia mútua por 50% e 75% das operações aprovadas), não se traduzindo em verdadeiras medidas de apoio para as empresas.

Deste modo, entende-se que existe margem para melhorar a supervisão e fiscalização destes apoios, com a finalidade de garantir que o financiamento é direcionado para a verdadeira finalidade a que se propôs.

Gráfico 3.5.1: Taxas de juro no mercado monetário a 3 meses



Fonte: Thomson Reuters e Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, pág.39.

Oportunidades: Dentro das oportunidades, destacaria a adoção de métodos avançados de classificação de risco e afetação de capital já presentes e aprovados em 2012 no quadro de Basileia III, constituindo uma plataforma obrigatória para todos os bancos portugueses poderem melhorar a respetiva solvabilidade e equilíbrio económico-financeiro.

Ainda não existem instituições financeiras autorizadas pelo Banco de Portugal a utilizarem os seus métodos de *rating* internos. No decorrer dos próximos anos é expectável que os bancos evoluam para métodos avançados, com impactos positivo nos respetivos rácios de capital e na valia dos seus ativos.

O novo quadro regulamentar ao abrigo do Basileia III, não deixará de influenciar o próprio produto bancário, contribuindo para um novo modelo de negócio, que não deixará com certeza de passar por um investimento na gestão e tratamento de toda a informação disponível dos clientes, por forma a antecipar eventuais situações de incumprimento ou estar alinhado com a oferta de um produto bancário mais adequado ao seu perfil.

Ameaças: Portugal dispõe de uma economia que pretende ser ativa e diversificada, considerando-se protegida da pressão associada à variação

cambial, devido à sua integração na Comunidade Europeia (CE). Contudo, este risco económico é superior ao da média dos países da zona euro devido ao elevado nível de endividamento do sector privado e público (empresas, famílias e Administração Pública) e à fraca capacidade de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Tal poderá significar que num contexto de deterioração da conjuntura económica a qualidade dos ativos dos bancos nacionais estará sobre uma maior pressão face aos ativos de economias mais sólidas.

Acresce que Portugal tem dificuldades acrescidas quando tenta promover a sua competitividade e crescimento devido ao seu endividamento e défice externo.

A banca deverá no entanto encarar as exigentes alterações ao nível da nova regulamentação afeta ao quadro regulamentar do Basileia III, como oportunidade para repensar todo o seu negócio e não como uma ameaça, evitando realizar alterações desarticuladas e consumir importantes recursos, preocupada apenas em dar cumprimento aos novos requisitos.

4. ANÁLISE ÀS PRINCIPAIS PROPOSTAS DO BASILEIA III

A crise financeira internacional expôs algumas vulnerabilidades na regulação do sistema financeiro a nível global. Alguns bancos apresentavam rácios de alavancagem bastante significativos, apesar de os seus rácios de adequação de fundos próprios serem bastante superiores aos mínimos exigidos em termos regulamentares, conforme Banco de Portugal (2010: 31-38).

A estrutura de incentivos permitia uma tomada excessiva de riscos, em particular devido ao facto de as políticas remuneratórias estarem subjacentes em objetivos de curto prazo. Adicionalmente, muitos bancos evidenciavam um forte desequilíbrio na estrutura de maturidades entre ativos e passivos, com alguns bancos a dependerem excessivamente dos mercados de financiamento por grosso a muito curto prazo.

A crise financeira provocou assim um debate a nível global sobre a necessidade de aperfeiçoar e fortalecer alguns aspetos da regulação do sistema financeiro a nível mundial.

Na cimeira de Washington de Novembro de 2008, os líderes do G20 anunciaram um conjunto de medidas para reforçar a regulação financeira, procurando aumentar a transparência nos mercados financeiros, melhorar a regulação do sistema financeiro, reforçar a cooperação internacional neste domínio e reformar as instituições financeiras internacionais, de acordo com Banco de Portugal (2010).

Este conjunto de propostas, que deverão ser implementadas ao longo da próxima década, tem vindo a ser designado como Basileia III sucedendo ao Acordo de Capital de Basileia de 2006 (geralmente designado como Basileia II).

O conjunto de propostas que integram o pacote de Basileia III⁴¹ tem como objetivos melhorar a capacidade do sistema bancário para absorver choques económicos e financeiros, melhorar a gestão de risco dos bancos e promover a transparência das atividades bancárias.

As principais alterações ao enquadramento regulamentar internacional são o reforço da base de capital regulamentar, a introdução de *buffers* de capital, a

⁴¹ Propostas do Comité de Basileia em consulta no site: <http://www.bis.org/list/basel3/index.htm>

imposição de limites ao rácio de alavancagem, a regulação do risco de liquidez e o tratamento de instituições financeiras com relevância sistémica.

4.1 REFORÇO DA BASE DE CAPITAL REGULAMENTAR.

O *Comité de Basileia* solicitou um reforço da qualidade da base de capital exigida aos bancos, bem como uma maior cobertura dos riscos assumidos pelos bancos na sua actividade.

O reforço da qualidade da base de capital regulamentar prende-se essencialmente com o capital elegível para o *tier 1*. O nível e o peso deste capital de qualidade superior irão aumentar de forma substancial, sobretudo por via do reforço do capital elegível e da retenção de lucros.

O mínimo regulamentar exigido para o rácio *core tier 1* deverá passar de 2% para 4,5%, como requisito para fundos próprios, enquanto o valor mínimo para o rácio *tier 1* deverá passar de 4% para 6%.

Outro aspeto importante prende-se com a necessidade de garantir que todos os instrumentos elegíveis para fundos próprios regulamentares têm capacidade para absorver perdas em situações em que um banco não seja capaz de recorrer aos mercados financeiros.

Portanto, no que diz respeito à cobertura dos riscos, o novo enquadramento regulamentar deverá cobrir um conjunto de riscos mais alargado do que atualmente se verifica, pelo que especificamente se prevê um aumento dos requisitos de capital para o *trading book*, para o risco de crédito de contraparte, para titularizações e retitularizações, de acordo com Banco de Portugal (2010:31).

4.2 BUFFERS DE CAPITAL.

Uma componente importante do novo pacote regulamentar consiste na imposição de *buffers* adicionais de capital que possam ser utilizados para absorver eventuais perdas em fases de stress, conforme Banco de Portugal (2010:32).

O *Comité de Basileia* propôs assim a criação de dois *buffers* distintos:

- *Buffer* de conservação de capital;
- *Buffer* contracíclico.

“O buffer de conservação do capital deverá ter a capacidade de absorver potenciais perdas no sector bancário em cenários de stress financeiro e económico severo. Este buffer deverá constituir um requisito adicional ao rácio tier 1, sendo exigido um valor mínimo de 2,5% (ou seja, tendo em consideração ambos os requisitos, os requisitos totais para o rácio tier 1 irão situar-se em 8,5%). Com este buffer pretendem-se evitar situações em que os bancos continuam a distribuir dividendos em períodos de pressão financeira com o objetivo de restabelecer a confiança na sua solidez financeira”, de acordo com Banco de Portugal (2010:32).

“O buffer contracíclico deverá complementar o buffer de conservação do capital em períodos de crescimento excessivo do crédito ou de acumulação excessiva de riscos, podendo situar-se entre 0% e 2,5%; o mesmo deverá ser utilizado quando tal se afigure necessário para absorver perdas no sistema bancário que possam constituir um risco acrescido para a estabilidade do sistema financeiro”, de acordo com Banco de Portugal (2010:32).

4.3 O RÁCIO DE ALAVANCAGEM.

Existem diversas instituições financeiras que apresentam valores bastante positivos para os rácios de fundos próprios em que os ativos são ponderados pelo risco mas, simultaneamente, registam um elevado grau de endividamento quando se consideram os ativos sem ponderação por grau de risco (especialmente, quando consideradas algumas exposições extra patrimoniais), de acordo com Banco de Portugal (2010:33).

Neste sentido, o *Comité de Basileia* procurou introduzir uma medida simples e transparente, sem ponderação de risco, que seja calibrada de modo a que constitua um requisito complementar aos rácios de fundos próprios ponderados pelo risco dos ativos.

O valor mínimo para este rácio, que será definido como *tier 1* em percentagem do ativo, deverá situar-se em 3%, no entanto, irá existir um período de adaptação entre 2013 e 2015, de acordo com Banco de Portugal (2010:33).

4.4 REGULAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ.

Pese embora exista, nalgumas jurisdições, regulação sobre risco de liquidez, em termos internacionais não existem regras prudenciais comuns.⁴²

Neste contexto, uma parte importante do pacote Basileia III, de acordo com o Comité de Basileia, prende-se com a introdução de requisitos prudenciais relativos a riscos de liquidez assumidos por parte das instituições bancárias:

As propostas do Basileia III salientam dois indicadores muito importantes, de acordo com Banco de Portugal (2010:33), nomeadamente:

- **Rácio de cobertura de liquidez** – *“este requisito de liquidez procura assegurar que os bancos se encontram em condições permanentes de resistir a um choque financeiro num cenário adverso durante pelo menos um mês. Para tal, devem dispor de um buffer de ativos de elevada liquidez”.*

- **Rácio de financiamento estável líquido** – *“este requisito assume uma natureza mais estrutural e pretende definir os incentivos necessários para que os bancos recorram a fontes de financiamento bastante estáveis, de modo a assegurar a sua resistência a choques a médio e longo prazo (MLP) ”.*

4.5 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COM RELEVÂNCIA SISTÉMICA.

O *Comité de Basileia* e o *Financial Stability Board* têm vindo a avaliar os requisitos de capitais adicionais a impor às instituições financeiras sistémicas, sendo estas instituições onde é perceptível o risco sistémico, sendo um sinal que é interpretado como adverso por grande parte do mercado, de acordo com Banco de Portugal (2010:34).

Esse sinal de aumento do risco sistémico pode ser disparado quando, por exemplo, uma instituição financeira não tem recursos suficientes para fazer face às suas responsabilidades, o que pode levar eventualmente a uma

⁴² Cfr. O Banco de Portugal, no âmbito das suas responsabilidades de supervisão prudencial do sistema financeiro, tem vindo a monitorizar o risco de liquidez ao longo da última década. A Instrução n.º1/2000 definia um reporte de liquidez com informação detalhada sobre a maturidade de ativos e passivos dos bancos. A Instrução n.º13/2009 revogou o anterior reporte em meados de 2009, passando a ser exigido um maior detalhe da informação reportada.

expectativa de colapso em todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, de acordo com Banco de Portugal (2010:34).

O *Comité de Basileia*, neste sentido emitiu um conjunto de recomendações sobre a liquidação de bancos com actividade em diferentes jurisdições.

Prevê-se ainda a imposição de requisitos de capital adicional para exposições interbancárias com maiores graus de correlação, bem como para atividades de negociação, derivados e titularizações com choque sistémico, de acordo com Banco de Portugal (2010: 34).

Os incentivos para o recurso a contrapartes centralizadas para derivados *over-the-counter* (OTC) também deverão contribuir para diminuir os efeitos de contágio do sistema financeiro, assim como a utilização de capital contingente e de dívida convertível, de acordo com Banco de Portugal (2010:34).

Portanto uma crise sistêmica é composta de dois elementos básicos, de acordo com Banco de Portugal (2010): “o *choque inicial e o mecanismo de propagação. O choque pode atingir inicialmente uma instituição ou um mercado, propagando-se por contágio para o Sistema Financeiro em geral, ou atingir diversas instituições e mercados ao mesmo tempo*”.

4.6 A IMPLEMENTAÇÃO DO BASILEIA III.

As propostas apresentadas pelo Comité de Basileia têm vindo a ser colocadas em consulta pública, tendo sido efetuado um *Estudo de Impacto Quantitativo* para avaliar o efeito da reforma regulamentar sobre bancos específicos e sobre o conjunto do sistema bancário,⁴³ de acordo com Banco de Portugal (2010: 36).

Teve-se em consideração que os custos de ajustamento para os bancos e para a economia resultantes da convergência para os novos requisitos regulamentares serão tanto maiores quanto menor for o período de transição, logo o *Comité de Basileia* anunciou em Setembro de 2010 um calendário de implementação que procurou assegurar a mitigação destes impactos.

⁴³ Cfr. Estudo conduzido pelo Comité de Basileia (<http://www.bis.org/bcbs/qis/index.htm>).

Em simultâneo, o Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS) conduziu um estudo de impacto ao nível da União Europeia, em cooperação com o Comité de Basileia, com o objetivo de analisar o efeito de algumas propostas em determinadas especificidades europeias.

4.7 DEFINIÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DOS RÁCIOS DE SOLVABILIDADE PARA O SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS.

A fim de se analisar a vulnerabilidade das principais instituições bancárias a operar em Portugal, face à origem da crise financeira, optou-se neste ponto, por definir as principais variáveis dos dois rácios de solvabilidade utilizados nesta tese. Os dois rácios de solvabilidade utilizados são:

- O rácio *tier 1* pretende calcular a margem de segurança do capital na absorção de prejuízos e outros eventos desfavoráveis.
- O rácio de solvabilidade pretende avaliar a estabilidade de uma determinada instituição bancária.

Existe uma forte correlação entre estes dois rácios, pois ambos permitem avaliar a capacidade financeira de cada banco, sendo que quanto maior forem os seus valores, maior será a capacidade de uma instituição financeira para absorver eventuais perdas futuras, e poderem assim continuar a merecer a confiança dos seus acionistas e depositantes.

Ambos os rácios beneficiam no seu denominador dos respetivos ativos ponderados pelo risco, constituindo a grande diferença entre o rácio *core tier 1* e o rácio de solvabilidade, o facto de o segundo poder contar no seu numerador, para além dos fundos próprios de base, de fundos próprios complementares e de deduções, o que permite avaliar com rigor o comportamento e a estabilidade de cada banco.

Tendo em conta os rácios de solvabilidade apresentados acima, definem-se as respetivas variáveis:

- **Fundos Próprios de Base.**

Os fundos próprios de base incluem capital realizado, incluindo a parte representada por ações preferenciais não remíveis, prémios de emissão de ações e de títulos de participação, reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos.

Inclui também resultados positivos transitados de exercícios anteriores; resultados positivos do último exercício; resultados positivos provisórios do exercício em curso; fundo para «riscos bancários gerais»; reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em unidade operacional no estrangeiro; parcela das reservas e dos resultados correspondentes a ativos por impostos diferidos; elementos cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal; constituição de provisões para riscos gerais de crédito até ao limite máximo de 1,25% dos ativos ponderados, de acordo com o método padrão, reservas provenientes da reavaliação do ativo imobilizado, efetuadas nos termos a definirem por instruções do Banco de Portugal, outras reservas de reavaliação positivas, títulos de participação, empréstimos subordinados, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal, parte liberada de ações preferenciais remíveis.

▪ **Ativos ponderados pelo risco.**

Os ativos ponderados pelo risco representam a totalidade dos ativos detidos pelo banco, ponderados pelo risco de crédito, sendo que existem três abordagens passíveis de serem utilizadas para a ponderação desta variável.

Método Padrão.

Nesta abordagem, os ponderadores de risco podem variar de acordo com o *rating* atribuído pelas agências de *rating*.

Tabela 4.7.1: Ponderadores das exposições patrimoniais.

Rating	Bancos
AAA a AA	20%
A+ a A -	50%
BBB+ A B-	100%/50% (a)
BB+ a B-	100%
Inferior a B-	150%
<i>Sem rating</i>	100%/50% (b)

Fonte: Com base nos dados da *Análise Financeira dos Bancos*.

Ponderadores por *rating* da contraparte, para o método padrão do risco de crédito, no que respeita às exposições patrimoniais.

O ponderador na célula **(a)** será de 50% se as exposições tiverem prazo de vencimento inicial superior a três meses e a entidade de supervisão bancária do país tiver optado pela aplicação da metodologia baseada na avaliação do crédito a este tipo de contraparte e caso *rating* desse banco se cifre em BBB+ A B-.

Caso contrário será de 100%.

Caso se aplique a metodologia baseada na avaliação do crédito **(b)**, serão consideradas todas as exposições incluindo aquelas cujo vencimento inicial seja inferior a três meses, não sendo aqui considerada qualquer influência do tipo de *rating*.

Método dos Ratings Internos.

Esta abordagem baseia-se numa avaliação interna dos ativos e das exposições do banco, visando assegurar dois objetivos essenciais, conforme exposto pela Análise Financeira de Bancos:

- *“A utilização de modelos de avaliação do risco de crédito mais sensíveis ao risco, que permitam a determinação de requisitos de capital mais alinhados com a perda económica potencial que poderá ocorrer nos ativos do banco”.*
- *“O incentivo à utilização de modelos mais avançados, algo que um método de ratings interno estruturado de modo apropriado pode proporcionar, o que motivará os bancos a continuarem a melhorar as suas práticas internas de gestão de risco”.*

O método dos *ratings* interno ao risco de crédito prevê duas variantes com um grau de complexidade diferenciada:

Método dos Ratings Internos – versão simplificada:

Nesta versão, os bancos têm de determinar, utilizando modelos internos, as suas próprias estimativas de probabilidade de incumprimento, sendo os restantes parâmetros de risco definidos pelas autoridades de supervisão.

Método dos Ratings Internos – versão avançada:

Na versão avançada, os bancos são responsáveis pelas estimativas para todos os parâmetros de risco.

Os parâmetros de risco utilizados no método dos *ratings* internos, em qualquer uma das versões são:

- Probabilidade de incumprimento.
- Perda face ao incumprimento.
- Exposição em incumprimento.
- Maturidade.

- ***Total de Fundos Próprios.***

O total de fundos próprios inclui fundos próprios base, fundos próprios complementares e deduções.

5. EVOLUÇÃO DA SOLVABILIDADE E DA LIQUIDEZ.

Procurar-se-á neste capítulo analisar a evolução dos indicadores de solvabilidade e de liquidez (ponto 5.2 e 5.3) no sistema bancário português, assim como os resultados obtidos no *stress test* realizado aos bancos europeus em 2010 (ponto 5.1).

5.1 TESTES DE STRESS.

Em 2010, o *Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária* (CEBS), em cooperação com o Banco Central Europeu (BCE), inicia o exercício de *stress test*, o qual pretendia avaliar a resistência de 91 bancos europeus, tendo em consideração um cenário adverso extremo.

As avaliações basearam-se essencialmente na solvabilidade.

A finalidade destes testes foi transmitir credibilidade e ajudar a melhorar os níveis de confiança dos mercados e nas instituições financeiras europeias, depois do mesmo já ter sido realizado nos EUA, e estar melhor preparado para eventuais crises no futuro (vide anexo III).

No caso português, os testes de resistência à crise foram efetuados para os quatro maiores grupos bancários (CGD, BCP, BES e BPI), os quais, em conjunto, representavam cerca de dois terços do total do activo do sistema bancário português em 2010. Refira-se que o Banco Santander Totta, que representava 8,5% do total do activo do sistema bancário, não foi incluído, tendo sido integrado no *stress test* realizado pelo Banco de Espanha. Deste modo, cerca de 74% do sistema bancário português foi coberto no exercício.

O ponto de partida do exercício no que diz respeito a informação contabilística e prudencial foi Dezembro de 2010.

O exercício de *stress test* assentou em dois cenários macroeconómicos alternativos: um cenário de referência e um cenário adversa (Vd. Tabela 5.1.1).

Os cenários incluem uma combinação de choques adversos em termos de risco de mercado e de crédito, incluindo o risco soberano, para os anos 2010, 2011 e para nossa análise contamos já com informação previsional para 2012. Os cenários para a economia portuguesa foram desenvolvidos pelo CEBS, em estreita cooperação com o BCE e a Comissão Europeia.

O exercício de *stress test* foi realizado sob algumas hipóteses comuns e simplificadoras (por exemplo: assumiu-se que as rúbricas de balanço permaneciam constantes, e com tratamento uniforme das exposições de titularização), logo como que se colocavam todos os bancos envolvidos em igualdade de circunstâncias, e em que aquilo que se pretendia era captar os efeitos provocados por um conjunto de choques adversos, incluindo o de agravamento da crise da dívida soberana da União Europeia, na estrutura de balanço de cada banco, testando a capacidade dos mesmos para continuarem a exercer a sua atividade dentro do sistema bancário de cada país. Desta forma, a informação relativa ao cenário de referência foi apenas apresentada para fins comparativos. Nem o cenário de referência nem o cenário adverso devem ser interpretados como uma previsão em qualquer circunstância.

Tabela 5.1.1: Cenários macroeconómicos para Portugal.

Cenário de referência	2010	2011	2012
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	0,5	-1,0	0,8
Desemprego (em percentagem da população activa, valores de fim de período)	11,1	11,1	11,2
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	1,2	1,5	1,8
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	4,7	6,9	7,1
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0,0	0,0	0,0
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	0,0	0,0	0,0
Haircut nos instrumentos de capital na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (em percentagem) ^(a)	10,0	10,0	10,0
Cenário adverso	2010	2011	2012
PIB a preços constantes (taxa de variação anual, em percentagem)	-0,3	-3,0	-2,6
Desemprego (em percentagem da população activa, valores de fim de período)	11,3	11,6	12,9
Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses, valores de fim de período)	2,1	2,8	3,1
Taxa de juro de longo prazo (OTs a 10 anos, valores de fim de período)	5,2	9,4	9,6
Preços de imóveis não residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-5,0	-10,0	-16,9
Preços de imóveis residenciais (tvh em percentagem, valores de fim de período)	-5,0	-2,9	-8,4
Haircut nos instrumentos de capital na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (em percentagem) ^(a)	20,0	20,0	20,0
Cenário adverso com choque adicional de risco soberano	2010	2011	2012
Taxas de juro de longo prazo (OTs a 5 anos, valores de fim de período) ^(b)	5,8	7,4	(c)

Fonte: Com base em dados do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal a Novembro de 2010 e a Novembro de 2011.

Nota: tvh – Taxa de variação homóloga

- (a) Um choque de magnitude semelhante foi aplicado aos títulos de capital na carteira de ativos financeiros a justo valor através de resultados (carteira de *trading*) e na carteira de ações dos fundos de pensões dos empregados bancários (Vd. tabela 5.1.1).
- (b) Incluindo o alargamento dos *spreads* relativamente à dívida pública alemã (ver tabela 5.1.1).
- (c) Ainda não disponível em 2012.

O exercício teve como referência dois cenários macroeconómicos apresentados pela EBA, o cenário de base e o cenário adverso.

Ambos os cenários consideraram um horizonte temporal de dois anos (2011-2012). O cenário de base assentou nas previsões de Outono de 2010 da Comissão Europeia. O cenário de base previa uma continuação da recuperação económica a decorrer na União Europeia, um aumento gradual das taxas de juros na área do euro e uma depreciação do dólar face ao euro. No entanto, embora se anteviesse uma recuperação da atividade económica ao nível agregado, o comportamento dos estados membros apresentava-se diferenciado entre países, com o fortalecimento da recuperação a um ritmo relativamente mais rápido em alguns Estados-Membros. Como tal, o cenário de base projetava para a economia portuguesa uma desaceleração em 2011, recuperando moderadamente em 2012. Refira-se que este cenário, assente nas previsões de Outono de 2010, não incorporava o Programa de Assistência Económica e Financeira definido na sequência do pedido de apoio financeiro à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI.

O cenário adverso foi desenvolvido pelo BCE de forma semelhante aos desenvolvidos para o *stress test* realizado em 2009 e 2010.

O cenário incorporava um conjunto de choques comuns a todas as economias bem como um conjunto de choques idiossincráticos, com o objetivo de captar características estruturais de cada economia. O elemento chave do cenário consistia num agravamento da crise da dívida soberana na União Europeia a partir do início de 2011.

Em termos gerais, este cenário resultava num aumento das taxas de curto prazo no mercado interbancário em 1.25 pontos percentuais por comparação com o cenário de base e numa redução dos preços das ações em 15 por cento, em média, na área do euro. O cenário adverso teve subjacente uma combinação particularmente severa de choques para a economia portuguesa. Com efeito, este cenário implicava um período de recessão profunda na medida em que a atividade económica deveria registar uma contração acumulada do PIB de 5.5 pontos percentuais nos dois anos do exercício, isto é, 2011 e 2012. Adicionalmente, o desemprego também aumentava, atingindo cerca de 13 por cento da população ativa em 2012.

Os principais resultados do exercício de *stress test* para Portugal foram os seguintes (Vd. Tabela 5.1.2):

- Os quatro grupos bancários portugueses revelaram um elevado grau de resistência ao cenário adverso.
- Todos os grupos bancários apresentaram rácios de capital *tier 1* superiores a 6% (valor mínimo exigido pelo CEBS) em 2010, e superiores a 9% em 2011. Em 2012 o mínimo exigido será de 10%, apesar de uma significativa redução nos níveis de rendibilidade e solvabilidade no cenário adverso, por comparação com o cenário de referência.
- O exercício não implicou medidas de recapitalização no caso dos bancos portugueses.

Tabela 5.1.2: Resultados dos rácios tier 1 no exercício de stress test.

Em 31 de Dezembro de 2011				
Rácios tier 1	CGD	BCP	BES	BPI
Cenário de referência ^A	9,1 %	9,4%	9,2%	11,6%
Cenário adverso ^B	8,4 %	8,4%	7,4%	10,3%
Cenário adverso e choque de risco soberano ^C	8,2 %	8,4%	6,9%	10,2%
A-B	0,7%	1,0%	1,8%	1,3%
A-C	0,9%	1,0%	2,3%	1,4%
B-C	0,2%	0,0%	0,5%	0,1%

Fonte: Com base em dados do Banco de Portugal.

Resultados dos rácios tier 1 observados no exercício do teste de stress para cada grupo bancário português (CGD, BCP, BES, BPI) em ambos os cenários.

Dos quatro bancos sujeitos aos stress tests o BPI foi o que registou os melhores resultados, sendo que este conseguiu manter em todos os cenários um rácio de tier 1 superior a 10%, muito acima do mínimo de 6% exigido pelos reguladores europeus.

Já o BES foi o que teve a pior capacidade de resposta, uma vez que no cenário mais adverso o seu rácio de tier 1 recuaria para 6,9%.

Tanto o BCP como a CGD apresentaram resultados muito positivos, tendo registado rácios de 8,4% e 8,2% no cenário de choque adicional de risco soberano em 2011, respetivamente.

O resultado do stress test feito aos 91 bancos europeus (65% de todo o sistema bancário europeu) mostrou que sete das instituições financeiras (7,7% do total) não resistiram às condições adversas dos cenários do teste, tendo os seus rácios tier 1 permanecido aquém dos 6%.

Os exercícios de stress test são um instrumento, entre outros, à disposição das autoridades de supervisão para avaliar a robustez das instituições/sistemas bancários. Além disso, constituem um elemento de análise para as próprias instituições, e devem ser integrados no processo interno de gestão de riscos.

Os bancos que chumbaram no exercício foram o banco alemão Hypo Real Estate Holdings (nacionalizado pouco tempo antes do exercício), o banco grego Agricultural Bank of Greece (ATEbank) e as *Cajas de Ahorro* espanholas (equivalentes às Caixas de Crédito Agrícola portuguesas) Diada, Cajasur, Espiga, Unnim e Banca Cívica.

Estes sete bancos tiveram necessidade de aumentar o capital num total de 3,5 mil milhões de euros de forma a reforçarem a sua solvabilidade, sendo que apenas as cinco Caixas de Aforro espanholas precisaram de 2,043 mil milhões de euros.

Em Janeiro de 2011, os ministros das Finanças da União Europeia decidiram realizar novos *stress tests* aos 91 bancos europeus anteriormente avaliados.

Estes novos testes terão uma metodologia mais rigorosa, que irá incluir parâmetros de liquidez, de forma a analisar as dificuldades dos bancos em obterem financiamento nos mercados.

A realização de um novo exercício de *stress test* destina-se essencialmente, a reforçar a credibilidade dos bancos europeus. O facto da solvabilidade de algumas instituições financeiras ainda suscitar dúvidas tem dificultado o funcionamento do mercado interbancário. As dúvidas foram reforçadas porque os bancos irlandeses que tinham passado com sucesso nos testes de Julho, faliram pouco tempo depois. Esta operação fez com que o défice orçamental irlandês disparasse em 2011 para 32% do PIB, e que forçou o país a recorrer à ajuda do *FEFF* e do *FMI*. Consequentemente, o Executivo comunitário, propôs que na nova ronda de testes de resistência fosse incluído o critério da liquidez, que no caso de ter sido utilizado no primeiro exercício teria ditado o chumbo dos bancos irlandeses, já que estes dependiam inteiramente do financiamento do BCE.

5.2 RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

A solvabilidade é um dos principais indicadores da gestão bancária, colocando em evidência a estrutura financeira dos bancos. Os bancos portugueses estão sujeitos, por lei, a possuir fundos próprios que cubram parcialmente os vários tipos de riscos que enfrentam na sua actividade, nomeadamente o crédito concedido a famílias, empresas ou organismos públicos, as participações

financeiras e as posições detidas e obrigações, ações, produtos derivados e produtos cambiais.

As duas componentes mais importantes do total dos fundos próprios de um banco são os fundos próprios de base (que correspondem, aproximadamente, aos capitais próprios do banco e resultam, em particular, da emissão de ações pelo banco) e os fundos próprios complementares (que têm origem, em particular, na emissão pelo banco de obrigações subordinadas).

Relativamente aos indicadores de solvabilidade, apresentar-se-á o rácio *tier 1* (ou rácio de capital) e o rácio de solvabilidade, nos termos da Instrução do Banco de Portugal 16/2004 (Aviso nº 7/96), sendo estes dois rácios evidenciados na Tabela 5.2.1.

$$\text{Rácio tier 1} = \frac{\text{Fundos Próprios Base}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco}}$$

$$\text{Rácio de solvabilidade} = \frac{\text{Total de Fundos Próprios}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco}}$$

Salienta-se ainda a respeito destes indicadores que os bancos portugueses são essencialmente bancos de retalho, com um peso reduzido nas atividades de banca de investimento face aos demais bancos europeus, sendo por isso expectável que evidenciem rácios de capital menores que os bancos europeus.

Tabela 5.2.1: Evolução dos Rácios de Solvabilidade

	Rácio tier 1							Rácio Solvabilidade						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CGD	7,4%	7,4%	6,7%	7,0%	8,5%	8,9%	8,9%	12,4%	10,5%	10,1%	10,7%	12,6%	12,3%	11,5%
BCP	7,4%	6,6%	5,5%	7,1%	9,3%	6,7%	9,4%	12,9%	11,0%	9,6%	10,5%	11,5%	8,7%	10,6%
BES	6,2%	8,4%	7,5%	6,6%	8,3%	8,8%	9,4%	12,3%	13,1%	11,5%	10,5%	11,3%	11,3%	10,7%
BPI	7,3%	7,4%	6,2%	8,8%	8,6%	9,1%	9,6%	11,5%	9,4%	9,9%	11,3%	11,0%	11,1%	10,8%

Fonte: Com base nos dados dos Relatórios & Contas dos bancos acima analisados.

Evolução do rácio *Tier 1* e do rácio de solvabilidade entre 2005 e 2011 dos seguintes bancos: CGD, BCP, BES, BPI.

A seleção dos bancos que serviram de suporte ao presente estudo teve por base a sua dimensão e quota de mercado em Portugal.

Relativamente ao rácio de *tier 1* verificamos que, desde 2005, todas as instituições financeiras aumentaram a sua solvabilidade. Verificando-se que todos os bancos acima analisados foram afetados pela crise financeira refletindo-se esta numa diminuição do rácio *tier 1* a meio do período apresentado, em 2007 e 2008.

Em termos de solvabilidade, destaca-se a CGD que, em Dezembro de 2011 apresentava um rácio de *tier 1* de 8,9% e um rácio de solvabilidade de 11,5%, respetivamente, valores elevados e competitivos, cumprindo as orientações do Banco de Portugal.

Em 2010 a CGD, o BES e o BPI, apresentaram rácios *tier 1* e de solvabilidade superiores a 8% e 10%, respetivamente, cumprindo com as recomendações do Banco de Portugal, sendo a exceção o BCP.

Contudo, este último foi, conjuntamente com o BPI, quem mostrou melhores resultados nos *stress tests* (tabela 5.1.2 anteriormente apresentada), comprovando a sua solidez em cenários adversos.

De forma a continuar a cumprir os termos de *Basileia III*, vários foram os bancos portugueses que decidiram reforçar os seus capitais no final de 2010, início de 2011 e em meados de 2012:

- A CGD aumentou, ainda em Dezembro de 2010, o seu capital em 550 milhões de euros.
- O BPI vai aumentar o seu capital em 90 milhões de euros, através da incorporação de reservas.
- O BES vai aumentar o seu capital em 1,01 milhões de euros no início de Maio de 2012, através da emissão de 2.555.688.387 novas ações a um preço de 0,395 euros cada.

De acordo com o Banco de Portugal, este no início do ano de 2011 recomendou às instituições de crédito, a retenção do resultado do exercício de 2010, como forma de reforçar os seus fundos próprios. A recomendação da não distribuição de dividendos surgiu como forma de preparação para os *stress tests* realizados em 2011, conforme tabela 5.1.2 acima, e a médio prazo, para as novas exigências de capital do Basileia III.

5.3 INDICADOR DE LIQUIDEZ

Analisar-se-á neste ponto a evolução do rácio de transformação (créditos concedidos sobre depósitos) no sistema bancário português durante os últimos cinco anos.

O indicador de liquidez consiste na capacidade dos bancos poderem dispor, em qualquer momento, dos fundos necessários para satisfazer todos os compromissos a um custo aceitável e compensador.

De acordo com Associação Portuguesa de Bancos e o Instituto Superior de Gestão Bancária (2008), Análise Financeira de Bancos, a liquidez apresenta diversas funções, como por exemplo:

- *“Demonstrar ao mercado que é seguro e, portanto, apresenta boa capacidade para satisfazer os seus compromissos”.*
- *“Possibilitar ao banco o cumprimento dos pedidos de crédito solicitados pelos clientes”.*

- *“Evitar que o banco, em qualquer ocasião, tenha de recorrer à venda em condições desfavoráveis de ativos para fazer face às suas necessidades”.*
- *“Reduzir a dimensão do prémio de risco que normalmente o banco tem de pagar para obter fundos no mercado”.*
- *“Evitar o recurso sistemático ao Banco Central ou/e ao mercado monetário”.*

O indicador de liquidez que será utilizado para avaliar as instituições bancárias portuguesas consiste no seguinte rácio:

$$\text{Rácio de transformação} = \frac{\text{Créditos Concedidos}}{\text{Depósitos}}$$

Este rácio tem sido uma medida tradicional da liquidez bancária, indicando em que medida os depósitos são utilizados para satisfazer as solicitações de crédito dos clientes dos bancos. Quanto menor o rácio, melhor será a situação de liquidez da instituição, traduzindo a sua menor dependência de fontes de financiamento alternativas aos depósitos para conceder crédito.

Constatou-se que os bancos portugueses têm vindo a adotar políticas prudentes de gestão da liquidez, atuando na diversificação das fontes de captação de recursos, promovendo aplicações em ativos com maior liquidez e participando no programa de financiamento com a garantia do Estado Português.

No entanto, de acordo com o Banco de Portugal, desde o final do ano de 2009 e de forma particularmente intensa no segundo trimestre de 2010, as condições de financiamento externo dos bancos portugueses deterioraram-se de forma acentuada, em resultado do forte aumento do risco soberano em alguns

países. Neste enquadramento, as necessidades de financiamento dos bancos foram satisfeitas essencialmente através do recurso às operações de cedência ilimitada de liquidez à taxa fixa do Eurosistema. Esta evolução, embora tenha contribuído positivamente para a rendibilidade dos bancos, resultou numa estrutura de financiamento mais frágil. Assim, tendo em conta que as medidas de política monetária não convencional assumem um carácter temporário, é importante que os bancos encontrem fontes de financiamento alternativas, sendo também necessário que haja um processo de desalavancagem nos seus balanços. Desta forma, surge como fundamental, para a estabilização das condições de financiamento dos bancos nos mercados internacionais de dívida por grosso, a normalização da situação nos mercados de dívida soberana, que por sua vez requer que esteja assegurada a sustentabilidade das contas públicas.

5.4 GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (A REDUÇÃO DO GAP)

O *gap* de liquidez resulta da diferença entre o crescimento dos créditos de clientes e o crescimento dos depósitos. Este indicador tem como finalidade de identificar as instituições financeiras com necessidades de financiamento superiores, bem como o peso dessas mesmas necessidades nos respetivos balanços. Possibilitando monitorizar a possibilidade de ocorrer uma eventual descompensação entre os fluxos de pagamento e de recebimento num banco, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos. Este indicador permite ter uma caracterização mais completa e adequada da posição de liquidez das nossas instituições bancárias, na medida em que incorpora informação sobre a maturidade residual de um conjunto alargado de ativos e passivos. Os quatro principais grupos bancários nacionais, nomeadamente: CGD, BCP, BES e BPI utilizam diversas fontes de financiamento distinto, como forma de manterem uma política de gestão de liquidez capaz de apresentarem uma estrutura de equilibrada e sustentável no seu modelo de financiamento. As fontes de captação de recursos utilizadas pelas diversas instituições financeiras nacionais estão evidenciadas de alguma forma na Tabela 5.4.1. Constata-se por igual tabela, que os bancos portugueses têm vindo a adotar políticas mais prudentes relativamente ao *gap*

de liquidez, atuando na diversificação das fontes de captação de recursos, porém tal não minimiza o risco, devido à necessidade de cumprir o rácio do crédito sobre os depósitos (120% em 2014), pelo que nunca como agora, serão as captações de recursos sobre a forma de depósitos a prazo, a principal fonte de financiamento da banca nacional.

Tabela 5.4.1 Origens do financiamento

Origens do Financiamento		
CGD	2008	2009
	<i>Euro Commercial Paper and Certificate Deposits</i>	<i>Euro Medium Term Notes</i>
	<i>Euro Medium Term Notes</i> <i>Obrigações Hipotecárias</i>	<i>Euro Commercial Paper and Certificate Deposits</i> <i>Obrigações Hipotecárias</i> <i>Obrigações sobre o Sector Público</i>
BCP	2008	2009
	Mercados de <i>wholesale funding</i>:	
	<i>Mercado Monetário Interbancário</i>	
	<i>Papel Comercial</i> <i>Banco Central Europeu</i> <i>Euro Medium Term Notes</i>	<i>Papel Comercial</i> <i>Banco Central Europeu</i> <i>Euro Medium Term Notes</i>
	<i>Covered Bonds</i> <i>Extendible Notes</i> <i>Empréstimos Subordinados</i> <i>Acordos de Crédito com</i> <i>Instituições Financeiras</i>	<i>Covered Bonds</i> <i>Empréstimos Subordinados</i> <i>Acordos de Crédito com</i> <i>Instituições Financeiras</i>
BES	2008	2009
	Recursos de mercado de médio/Longo Prazo em Obrigações e em Débitos:	
	<i>Euro Commercial Paper</i> <i>Euro Medium Term Notes</i> <i>Covered Bonds</i>	
	Recursos de Clientes em Balanço Instrumentos de capital	
	Gap de tesouraria: Caixa e outras disponibilidades Débitos de curto prazo	
BPI	2008	2009
	<i>Euro Commercial Paper</i> Mercado de Capitais: <i>Euro Medium Term Notes</i> <i>Obrigações hipotecárias</i>	<i>Euro Commercial Paper</i> Mercado de Capitais: <i>Euro Medium Term Notes</i> <i>Obrigações hipotecárias</i>

Obrigações do sector público	Obrigações do sector público
<u>Captação de depósitos de Clientes</u>	Obrigações subordinadas
Carteira de ativos elegíveis	Carteira de ativos elegíveis

Fonte: Relatórios & Contas dos bancos acima.

Captação de recursos utilizados em 2008 e 2009 pelas instituições financeiras.

De acordo com Millet e Toussaint (2012:53) "*na zona euro, os bancos centrais e o BCE não podem emprestar dinheiro aos poderes públicos que devem, portanto, financiar-se junto dos bancos e outros investidores institucionais. Logo, presume-se que o sector privado é capaz de financiar sozinho e sem apoio estatal as necessidades dos poderes públicos, das empresas e das famílias. Ora, eis que os bancos centrais, isto é, os poderes públicos aparecem cada vez mais claramente como o principal mutuário em primeira e em última instância.*"

Neste sentido, os bancos privados europeus financiam-se de sete maneiras (Millet e Toussaint, 2012: 53), nomeadamente:

- "*Pedem emprestado diariamente aos outros bancos, no mercado interbancário*".
- "*Emitem obrigações nos mercados financeiros*".
- "*Estão cotados em bolsa para aí recolherem capitais*".
- "*Pedem emprestado às famílias que depositam neles as suas disponibilidades (salários e poupanças)*".
- "*Pedem emprestado às empresas não financeiras que depositam neles uma parte da sua tesouraria*".
- "*Pedem emprestado aos bancos centrais*".
- "*Pedem emprestado em dólares aos money market funds dos Estados Unidos (que por sua vez, pedem emprestado à Reserva Federal)*".

Contudo, continua a verificar-se que as instituições financeiras portuguesas continuam a não valorizar adequadamente a captação de depósitos de clientes, dado que por vezes se perdem recursos para outras instituições de crédito, não apenas por taxa, mas porque não se realiza o devido acompanhamento do cliente ao nível dos diferentes produtos que poderiam ser mais adequados ao perfil do cliente numa determinada fase, por outro lado existem clientes que gostam de ver os bancos como parceiros e que estes se lembrem deles inclusive na data do seu aniversário, estando por vezes o sucesso deste indicador (*gap*), associado ao atendimento personalizado do cliente e que pode fazer toda a diferença na gestão da relação entre os ativos e os passivos, e o evitar da saída de recursos para a concorrência.

Consequentemente, a estrutura de financiamento fica muito dependente das oscilações dos mercados de capitais, dificultando a gestão adequada da respectiva liquidez.

6. O SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL E A SUSTENTABILIDADE DO SEU MODELO DE NEGÓCIO.

O sistema bancário português tem vindo a apresentar uma forte capacidade de resistência e adaptação, num enquadramento caracterizado por desafios adversos.

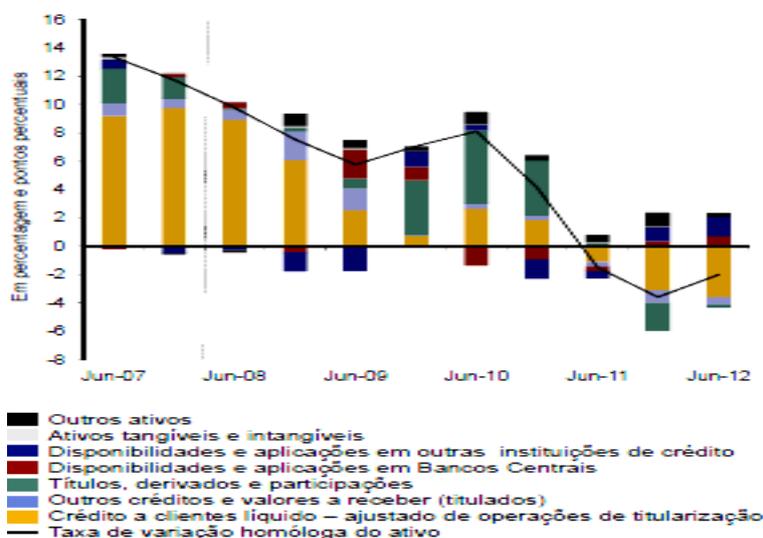
Esta capacidade de resistência, tanto ao nível da solvabilidade como da rendibilidade, não se pode separar de um modelo de negócio considerado conservador, adotado pelos bancos portugueses, e que não reconheciam o mercado imobiliário nacional como estando sobrevalorizado e com uma elevada probabilidade de incumprimento relativamente ao crédito concedido pela banca nacional.

Os bancos portugueses continuaram contudo a promover a desalavancagem gradual dos seus balanços, baseando-se numa diminuição do crédito concedido e na acumulação dos depósitos de particulares, o que, aliado às medidas de políticas monetárias levadas a cabo pelo BCE, conjugadas com a recapitalização dos bancos, contribuíram para uma melhoria substancial dos níveis de liquidez e de capital do sistema bancário nacional. É fundamental que a estratégia de reestruturação das redes comerciais continue, numa perspetiva de redução dos custos e de modo a permitir adaptar a capacidade instalada do sistema bancário a um menor nível de procura dos serviços prestados, otimizando-se assim a respetiva margem financeira do sistema bancário nacional, de acordo com Banco de Portugal (2012).

O sector bancário nacional terá que caminhar para uma redução acentuada da carteira de crédito líquido a clientes (ajustada de operações de titularização), havendo a necessidade de reduzir a concessão de crédito novo, e aumentar as disponibilidades e aplicações junto da banca por parte de novos clientes ou clientes já existentes, de forma a se conseguir reestruturar e poder ser mais sustentável, de acordo com Banco de Portugal (2012).

Relativamente ao primeiro semestre de 2011, constata-se a manutenção de um processo de desalavancagem gradual do sistema bancário português, que se veio a traduzir num decréscimo do ativo total do sistema de 2.0 por cento, conforme é passível de verificar no gráfico 6.1.

Gráfico 6.1: Contributo para a evolução homóloga do ativo / em base consolidada.



Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.25.

Nota: "A quebra de série representada em 2007 corresponde a um alargamento do conjunto de instituições em análise. Os títulos, derivados e participações compreendem os ativos financeiros ao justo valor através de resultados, os ativos financeiros disponíveis para venda, os investimentos detidos até à maturidade, os investimentos em filiais e os derivados de cobertura. Crédito a clientes líquido - ajustado de operações de titularização exclui a componente de outros créditos e valores a receber (titulados), classificados na carteira de crédito".

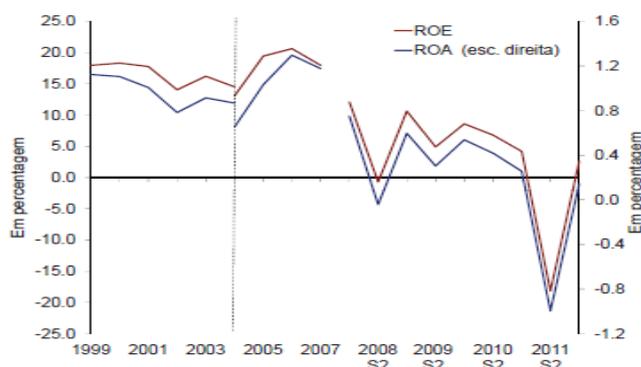
No final de 2011, verificou-se um aumento de fundos próprios, a estabilização dos depósitos de particulares e o aumento do financiamento obtido junto do Eurosistema, enquadrado pela contínua diminuição do financiamento de mercado junto dos não residentes. Já no primeiro semestre de 2012, o financiamento do sistema bancário nacional dependeu, essencialmente dos recursos obtidos junto dos bancos centrais, designadamente junto do Eurosistema, registando um crescimento de cerca de 26 por cento face a dezembro de 2011 (cerca de 29 por cento relativamente a junho de 2011), sendo que este aumento foi bastante mais acentuado no primeiro trimestre e reflete o recurso a operações de refinanciamento a 3 anos (*LTRO*) realizadas pelo BCE em fevereiro de 2012, de acordo com Banco de Portugal (2012). Os recursos de clientes foram a principal fonte de financiamento da banca nacional, embora registando um crescimento mais moderado face a 2011, tendo aumentado cerca de 1 por cento face a dezembro de 2011 (cerca de 3 por cento face a junho de 2011). No que diz respeito às restantes fontes de

financiamento, salienta-se a diminuição dos recursos de outras instituições de crédito não residentes e das responsabilidades representadas por títulos, em função da incapacidade dos bancos domésticos para se financiarem nos mercados internacionais de dívida por grosso e na concretização de operações de recompra de obrigações próprias, sendo que no final do primeiro semestre de 2012, o financiamento junto de bancos centrais ultrapassou o financiamento através de títulos, situação que é nova desde o início da zona euro, de acordo com Banco de Portugal (2012).

Num quadro de ajustamento estrutural da economia, foi fundamental o reforço dos fundos próprios do sistema bancário nacional verificado no primeiro semestre de 2012, no sentido de se poder estruturar e reequilibrar o sistema bancário nacional, podendo assim continuarem-se a cumprir os rácios *core tier 1* do sistema bancário português, de acordo com Banco de Portugal (2012).

No primeiro semestre de 2012, os resultados antes de impostos e interesses minoritários do sistema bancário português, evidenciaram um decréscimo de cerca de 45 por cento face a idêntico período homólogo de 2011, e tal traduziu-se numa diminuição da rentabilidade do ativo e dos capitais próprios, para 0.1 e para 2.6 por cento, no final de junho, conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte:

Gráfico 6.2: Rentabilidade do ativo (ROA) e dos capitais próprios (ROE)

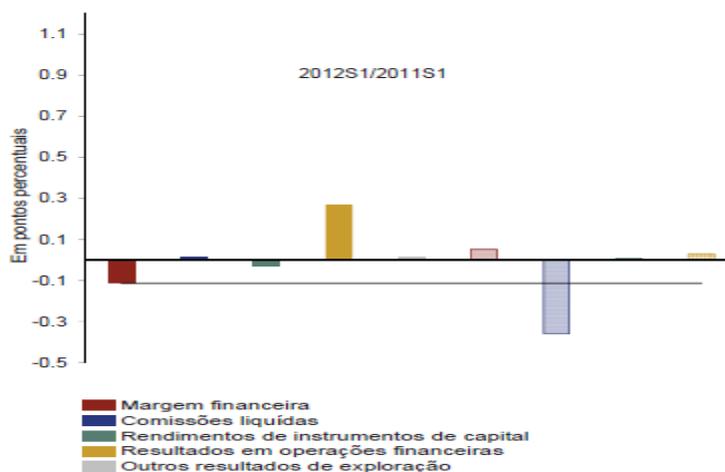


Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rentabilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.27.

Notas: "A quebra de série apresentada em 2004 corresponde à introdução das normas internacionais de contabilidade, a qual implicou uma redefinição do conjunto de instituições bancárias analisado. Adicionalmente existe uma quebra de série em 2007, que corresponde a um alargamento do conjunto das instituições em análise. Os dados relativos ao semestre encontram-se anualizados".

Para tal contribuiu o aumento das provisões e imparidades associadas à carteira de crédito a clientes e a evolução da margem financeira, a principal componente da demonstração de resultados, que registou uma quebra de cerca de 9 por cento em termos homólogos, conforme se pode aferir pelo gráfico 6.3.

Gráfico 6.3: Variação homóloga da rentabilidade do ativo – ROA / Decomposição de contributos.



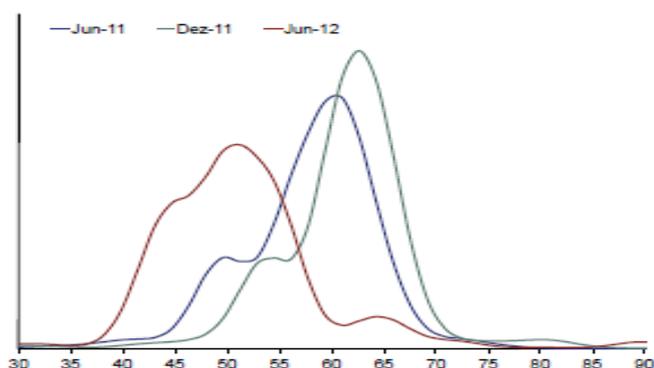
Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rentabilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.28.

Nota: “A rentabilidade do ativo é calculada considerando os resultados antes de impostos e de interesses minoritários”.

Com o objetivo de manterem a sua margem financeira e tendo em conta o agravamento do risco de crédito do sector privado não financeiro residente, os bancos irão continuar a aplicar *spreads* mais elevados à maioria dos novos empréstimos, com destaque para os *spreads* dos empréstimos a sociedades não financeiras. Isto reflete a dificuldade dos bancos em gerir o *spread* médio da sua carteira de crédito à habitação, pois a quase totalidade destes empréstimos são caracterizados por possuírem prazos longos e beneficiarem de *spreads* fixos e muito baixos, o que, aliado ao atual custo de financiamento por parte da banca nacional, ao crédito mal parado e às provisões a constituir, contribui de forma significativa para a forte quebra da rentabilidade e da margem financeira do setor bancário português. No entanto, e apesar da contração verificada na margem financeira, o produto de atividade bancária, registou uma evolução positiva como consequência de um aumento muito

substantial dos resultados em operações financeiras, aliado às operações de recompra de obrigações próprias, de acordo com Banco de Portugal (2012). Tal eficiência operacional, comum à generalidade dos bancos portugueses, é demonstrada pelo gráfico 6.4.

Gráfico 6.4: Rácio cost to income (em percentagem) / distribuição empírica

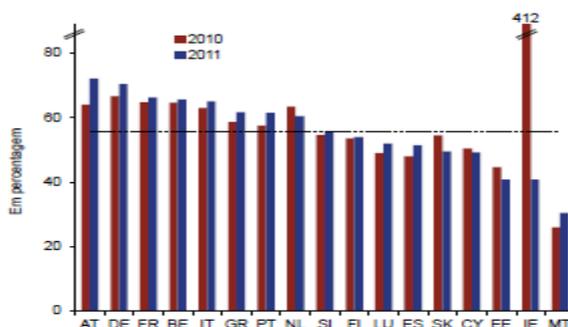


Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.32.

Nota: "Distribuição empírica obtida recorrendo a um Kernel gaussiano que pondera as instituições pelo ativo total; indicador calculado como o quociente entre os custos operacionais (definidos como o somatório dos custos com pessoal, dos custos administrativos e das depreciações) e o produto de atividade".

A evolução recente deste indicador contrasta com a deterioração observada em 2011 que, por sua vez, foi comum aos vários sistemas bancários na área do euro, (Vd. Gráfico 6.5), de acordo com Banco de Portugal (2012).

Gráfico 6.5: Rácio cost to income / comparação internacional



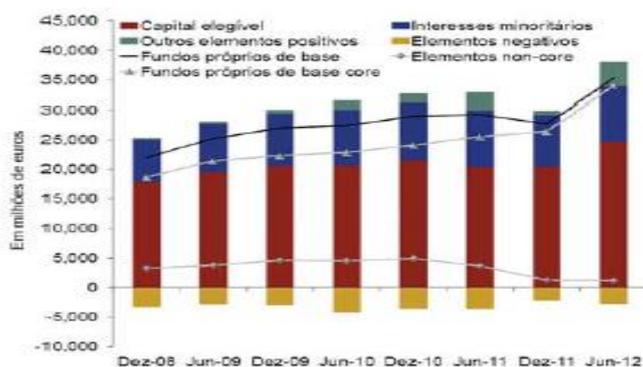
Fonte: Banco Central Europeu, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.32.

No final de junho de 2012, o rácio *core tier 1* médio do sistema bancário português fixou-se em 11.3 por cento, o que representa um acréscimo de 1.7 pontos percentuais face a dezembro de 2011.

No final do primeiro semestre de 2012, um número considerável de instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal apresentava já um rácio *core tier 1* superior ao objetivo de 10 por cento definido no PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), a ser cumprido a partir de dezembro deste ano (Banco de Portugal, Aviso nº3/2011), algo que os quatro maiores grupos bancários portugueses atingiram, tendo respeitado as recomendações de carácter prudencial definidas pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*) para Junho de 2012, tendo obtido um rácio *core tier 1* superior a 9 por cento, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios.

No primeiro semestre de 2012, os fundos próprios de base registaram um aumento muito significativo (Vd. gráfico 6.6), refletindo o esforço de capitalização que os grupos bancários portugueses têm vindo a desenvolver no sentido de verem reforçados os seus níveis de solvabilidade.

Gráfico 6.6: Decomposição dos fundos próprios de base



Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.34.

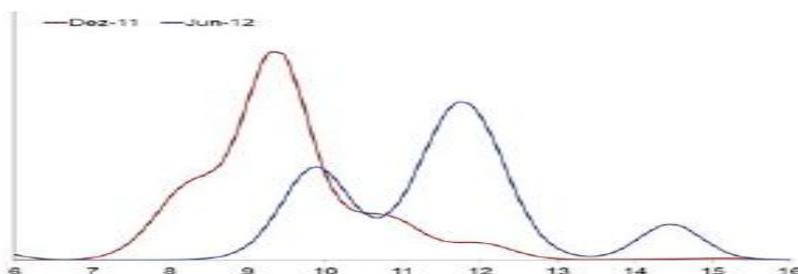
Para esta melhoria contribuiu o reforço do capital elegível, decorrente da emissão de instrumentos equiparáveis a capital, aliado ao aumento de capital realizado por uma das principais instituições bancárias e ao aumento dos

prémios de emissão de ações associado ao aumento de capital por parte de outro grupo bancário, bem como o aumento acentuado das reservas, por via da incorporação de resultados não distribuídos, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios.

O rácio *core tier 1* do sistema bancário português registou um acréscimo substancial no primeiro semestre de 2012, situando-se em 11.3 por cento no final de Junho, acima do objetivo de 10 por cento definido no Programa de Assistência Económica e Financeira, a ser atingido a partir de dezembro de 2012, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios.

A melhoria deste indicador foi comum à generalidade das instituições analisadas, observando-se contudo alguma diferenciação entre instituições, conforme se demonstra pelo gráfico 6.7.

Gráfico 6.7: Rácio *core tier 1* (em percentagem) / Fundos próprios de base – Elementos – *core* / (requisitos totais * 12,5) / Distribuição empírica



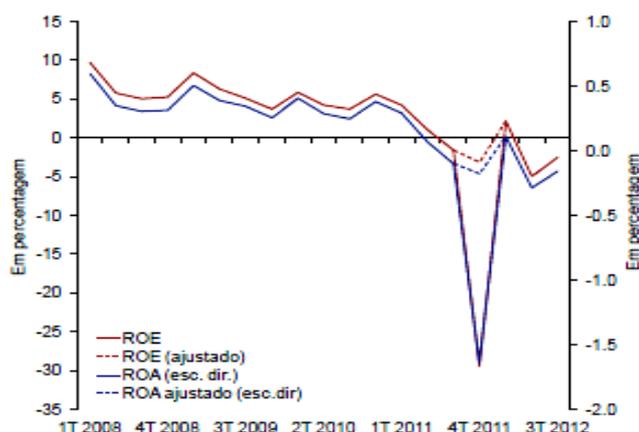
Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.35.

Nota: “Distribuição empírica recorrendo a um Kernel gaussiano que pondera as instituições pelo total do ativo. As séries apresentadas excluem o banco BPN. Note-se que o banco BPP entrou em liquidação em abril de 2010, deixando a partir dessa data de ser incluído no universo de instituições bancárias”.

O capital contabilístico beneficiou da melhoria da perceção de risco dos investidores internacionais relativamente ao Estado Português o que se traduziu na diminuição do valor negativo das reservas resultantes da valorização ao justo valor dos títulos de dívida. Em segundo lugar, o reforço de capital realizado por uma das principais instituições bancárias, bem como o

aumento dos prémios de emissão de ações decorrente do aumento de capital de outro banco, contribuíram positivamente para a evolução do capital contabilístico, pelo que no terceiro trimestre de 2012, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, a rendibilidade dos seis maiores grupos bancários nacionais, registou uma ligeira melhoria face ao apurado no segundo trimestre, não obstante os resultados antes de impostos e interesses minoritários se terem mantido em valores ligeiramente negativos (Vd. gráfico 6.8), de acordo com Banco de Portugal (2012).

Gráfico 6.8: Rendibilidade do ativo (ROA) e dos capitais próprios (ROE) dos seis maiores grupos bancários

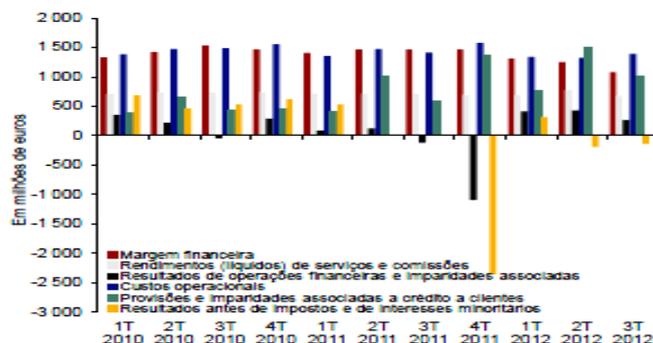


Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.39.

Nota: “A medida de rendibilidade utilizada é o resultado líquido do exercício. Os resultados trimestrais foram anualizados para o cálculo dos indicadores de rendibilidade. Os eventos de carácter não recorrente compreendem o SIP, a transferência parcial dos fundos de pensões dos empregados bancários para a Segurança Social e as imparidades da dívida pública grega”.

Saliente-se o contributo negativo da margem financeira e dos rendimentos de serviços e comissões, componentes que apresentaram um elevado nível de resistência ao longo de 2011, mas que no decurso de 2012 têm evidenciado, entre outros fatores, os efeitos do processo de desalavancagem do balanço dos bancos, de acordo com Banco de Portugal (2012), e conforme gráfico 6.9, demonstra abaixo:

Gráfico 6.9: Demonstração de resultados – fluxos trimestrais.



Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.39.

A evolução negativa da margem financeira está associada à diminuição das taxas de juro no mercado interbancário, que originou a compressão do diferencial entre as taxas de juro no crédito e nos depósitos, ao reconhecimento de imparidades associadas à carteira de crédito e a crescente materialização do risco de crédito, pese embora a diminuição registada por comparação com os valores extraordinariamente elevados no último trimestre de 2011, adicionalmente observou-se uma redução dos resultados de operações financeiras e um ligeiro aumento dos custos operacionais, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios.

O rácio *core tier 1* dos seis principais grupos bancários registaram uma ligeira melhoria, situando-se em 11.5 por cento no final de setembro de 2012 (Vd. Tabela 6.1), de acordo com Banco de Portugal (2012).

Tabela 6.1: Adequação de fundos próprios dos seis principais grupos bancários / base consolidada.

		2011			2012	
		Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.
1. Fundos próprios						
Fundos próprios de base	(A)	24 815	24 448	24 913	29 944	29 777
Dos quais: elementos <i>non-core</i>	(B)	2 941	1 227	1 218	1 179	1 173
2. Requisitos de fundos próprios	(C)	21 336	20 082	20 165	20 100	19 835
3. Rácio <i>Core Tier 1</i>	(A-B)/(C x 12.5)	8.2	9.3	9.4	11.4	11.5

Fonte: Banco de Portugal, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, pág.40.

Esta evolução reflete sobretudo a redução dos requisitos de fundos próprios, num contexto de desalavancagem do balanço dos bancos. Por sua vez, os fundos próprios de base mantiveram-se praticamente inalterados, depois de terem aumentado significativamente no primeiro semestre do ano, em resultado da emissão de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português e dos aumentos de capital realizado nesse período, no contexto das operações de reforço de fundos próprios por parte de quatro dos principais grupos bancários.

O sistema bancário português enfrenta um conjunto de desafios críticos, que exigem um esforço de reestruturação ao nível do seu modelo de negócio, para que no futuro possa ser equilibrado financeiramente, conforme Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios

Logo, existe a necessidade de convergência a médio prazo para uma estrutura de financiamento mais sustentável, a qual irá condicionar a evolução da actividade dos bancos portugueses nos próximos anos.

Num cenário de forte contração da procura interna, será expectável um correlativo abrandamento da procura de empréstimos por parte das empresas e sobretudo dos particulares. Porém, ambos os sectores, empresas e particulares, terão de prosseguir o esforço de ajustamento da sua situação financeira, dados os elevados níveis de endividamento atingidos e que de forma direta condicionam o modelo de negócio da banca nacional, quer por via das imparidades, quer por via das provisões a constituir,

Neste sentido a adversidade atual e futura do enquadramento económico justificará em qualquer circunstância, critérios mais restritivos na aprovação de empréstimos, no entanto o processo de estabilização do sistema bancário não deverá comprometer o financiamento dos sectores e empresas mais competitivos da economia. Logo, as instituições financeiras deverão estar aptas a reestruturar os seus *modelos de negócio* de modo a melhor cumprirem os requisitos de sete fatores-chave estratégicos:

- Necessidade de assegurar níveis de capitais *core*: gerar liquidez e cumprir com os novos rácios de capital *tier 1* (10% em 2012) o que dependerá não só da realização de aumentos de capital mas também

da venda de alienação de ativos não *core*. Esta alienação de ativos poderá ser assegurada através da alienação ou retirada do balanço de participações financeiras de elevado montante, da alienação total ou parcial de unidades de negócio não pertencentes ao *core business* bancário e da alienação de créditos vencidos, ativos imobiliários ou outros ativos não bancários.

- O reconhecimento de imparidades associadas à carteira de crédito que continua a afetar negativamente os níveis de rendibilidade dos bancos, num cenário de crescente materialização do risco de crédito.
- A evolução da margem financeira associada à diminuição das taxas de juro no mercado interbancário que originou a compressão do diferencial entre as taxas de juro no crédito e nos depósitos.
- O modelo de negócio mais do que nunca orientado para o cliente: a fidelização do cliente e a eficácia da abordagem comercial conduzirão ao aumento do *share of wallet* do cliente, permitindo incrementar o nível de *cross selling* de uma forma transversal à carteira.
- Redução dos custos operacionais, tendo por base uma linha de orientação que visa a redução do número de sucursais presentes na rede comercial e a consequente redução do número de efetivos que colaboram nessas mesmas instituições, permitindo otimizar a margem financeira.
- *Modelo de negócio* baseado na otimização da base de custos e da eficiência operacional: as instituições que evidenciarem rácios *cost-to-income* inferiores a 45%, apostando numa gestão rigorosa nos custos com pessoal e dos gastos gerais administrativos, tendo como fim o aumento do produto bancário e a redução dos custos operacionais.
- Eficácia do modelo de *corporate governance*: o reforço do governo corporativo, dos sistemas de controlo internos e do papel da *compliance*

será crucial para garantir uma adequada gestão do risco e restabelecer a confiança pública nas instituições financeiras nacionais.

Os *modelos de negócio* não deverão ser alheios aos seguintes factos:

- Aumento do prémio de risco interbancário: a incapacidade de identificação das instituições com títulos relacionados com o mercado imobiliário americano gerou uma onda de desconfiança generalizada no sector. A avaliação da possibilidade de falências dos bancos aumentou substancialmente, o que favoreceu o congelamento de vários mercados e a necessidade de intervenção das autoridades monetárias, aconselhando assim muita prudência.
- Ao risco de aumento de um processo de desalavancagem global que conduza a uma venda forçada de ativos, pois de acordo com estudos do FED e do BCE, os mesmos demonstram que as restrições ao crédito estão ao nível mais elevado desde os últimos 20 anos. Os empréstimos no sistema financeiro encontram-se condicionados e limitados, tendo um impacto negativo nos mercados financeiros (bancos e *hedge funds*). Este processo de desalavancagem conduz a uma venda forçada de ativos, com repercussões negativas no mercado financeiro.
- Exposição a países emergentes, com maior risco económico (caso da exposição do Millennium BCP na Polónia) e em antigos países de língua oficial portuguesa, em especial Angola e Moçambique, onde se passa ainda por uma consolidação do seu sistema económico – financeiro.
- Dificuldades de acesso aos mercados internacionais de *funding*.
- Aumento do *gap* entre as entidades que necessitam de financiamento e aquelas que se encontram equilibradas, tornando-se essencial a identificação de rácios de capital e nível de alavancagem das instituições.

Logo, tendo em conta os fatores-chave anteriormente mencionados, aliado a todo um conjunto de informação relativa ao estado da banca, ao ambiente macroeconómico e à estrutura atual da economia portuguesa, onde particulares e empresas desempenham um papel fundamental, poderemos fazer emergir um modelo de negócio bancário equilibrado e sustentável.

Contudo gostaria de finalizar este ponto citando Costa (2011:...).

“A nossa experiencia na Ernst & Young sugere que sim e que isso se traduz numa vantagem competitiva: empresas com práticas de gestão de risco mais maduras geram maior crescimento de receita, EBITDA e EBITDA/ EV. O que diferencia as organizações que conseguem ter melhores resultados? A resposta está nas atividades de gestão de riscos assentes nas próprias agendas, a saber:

- Potenciar a estratégia e a ‘governance’ de risco, através de uma supervisão interna adequada e uma definição de responsabilidade nos níveis de direções e C-level;*
- Disseminar uma cultura de risco por toda a organização, através da integração do risco com a gestão de ‘performance’;*
- Otimizar as funções de risco, pelo alinhamento e coordenação das atividades de gestão de risco presentes nas diferentes funções da organização;*
- Melhorar os controlos e os processos, de modo que se diferenciem os principais riscos e os riscos emergentes;*
- Comunicar de forma transparente, implementado uma disciplina de mercado interna e externa.*

O movimento “avesso ao risco” para “pronto para o risco” exige mudanças significativas, pois, em última análise, a gestão de risco implica mudar a cultura de uma empresa. Trata-se portanto de mudar a lente através da qual os líderes vêem e tomam decisões, ajustadas ou não ajustadas ao risco. As empresas que conseguem transformar o risco em resultados terão, com toda a certeza, uma vantagem competitiva. Este é o momento para os decisores avaliarem os investimentos na gestão de risco e considerarem ir além do ‘compliance’, de forma a aumentar o valor estratégico dos negócios”.

7. CONCLUSÕES

A atual crise financeira internacional e a consequente retracção da economia produziram um efeito combinado severo no sector bancário português, com as principais instituições a registarem uma queda nos seus resultados líquidos e consequentemente nos seus lucros.

Concluiu-se então da análise efetuada ao sistema bancário português, que este se encontra acima da média de risco dos países da zona euro, devido essencialmente:

- À estagnação da economia portuguesa, com os riscos que a mesma implica para o sector bancário português.
- Ao elevado endividamento das famílias e empresas (superior à média europeia) e com concentração elevada. Acresce que uma elevada percentagem dos créditos hipotecários das famílias dispõem inclusivamente de rácios LTV (*loan to value*) superiores a 80%, ou seja, os valores dos capitais em dívida representam praticamente o valor dos imóveis, não existindo grande conforto na perspetiva dos bancos, pois potenciais reduções dos valores de avaliação poderão significar que parte dos créditos fica desprotegida das garantias reais (hipotecas) subjacentes.
- À elevada exposição a risco *equity*, devido às estruturas acionistas dos grupos bancários portugueses (maioritariamente cotados em bolsa) e à exposição aos mercados acionistas dos fundos de pensões de alguns bancos.
- À actividade doméstica dos bancos portugueses, que enfrenta pressões ao nível das receitas devido à contração da carteira de crédito e à tendência negativa dos mercados acionistas.

O ano de 2011 foi um ano de enormes desafios para Portugal, para as famílias portuguesas e para a actividade económica. Ficam marcados por acontecimentos que afetaram fortemente a imagem de Portugal e

condicionaram o acesso aos mercados internacionais. A crise da dívida soberana na zona euro, a desaceleração da economia global, os receios de uma nova recessão mundial e os sucessivos cortes de *rating* soberanos aumentaram o sentimento de incerteza e Portugal foi um dos países mais afetados.

Os receios em torno de um *default* por parte da Grécia marcaram o sentimento de incerteza vivido ao longo do ano na Europa e que contagiou as economias da periferia, como a Espanha e a Itália, mas também países como França e Áustria. Em resultado da quebra de confiança e do aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na zona euro, assistiu-se a uma redução abrupta de liquidez nos mercados monetário e de crédito, em particular a partir de Setembro.

O BCE, no 4º trimestre do ano, inverteu a tendência de subida que tinha adotado ao nível da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1% e ao mesmo tempo reforçou significativamente as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos.

Em Portugal, o ambiente foi agravado pelos sucessivos *downgrades* à República Portuguesa que culminaram, já em 2012, com a *Standard and Poor's* a cortar o *rating* de Portugal para BB (dois níveis abaixo da notação mínima considerada *investment grade*), e a *Moody's* para Ba3 (3 níveis abaixo de *investment grade*).

Em Maio de 2011, o Governo Português celebrou um acordo com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional que concederam um financiamento à economia portuguesa num montante de 78 mil milhões euros. Este programa foi objeto, durante o exercício, de duas avaliações favoráveis por parte das entidades oficiais.

A assinatura do Memorando de Política Económica e Financeira pelo Governo, CE/BCE/FMI, obrigou a que os bancos portugueses elaborassem um Plano de Médio Prazo para o período de 2011 a 2015, que inclui explicitamente a estratégia de desalavancagem do balanço, de reforço dos rácios de capital e de melhoria da liquidez.

Os grupos financeiros deverão apresentar em Dezembro de 2014 um rácio crédito/depósitos de 120%; um rácio de financiamento estável de 100%; e atingir um rácio de *core tier I* mínimo de 9% em Dezembro de 2011, de 9% de acordo com Basileia a 30 de Junho de 2012 e de 10% em Dezembro de 2012.

Verifica-se, no entanto que os principais indicadores financeiros dos bancos nacionais se mantêm sólidos, apesar das condições extremamente adversas em que desenvolveram a sua actividade em 2011.

Neste contexto, o BCE tem sido o último recurso para as necessidades de liquidez dos bancos portugueses que, conjuntamente com o programa de desalavancagem dos seus balanços, têm conseguido cumprir nos vencimentos as responsabilidades assumidas e gerir a sua liquidez.

A presente dissertação pretendeu realizar uma análise transversal do sistema bancário português nas duas últimas décadas, realizando-se uma dicotomia, entre o período anterior à crise *subprime* e a fase posterior à mesma, e que no fundo corresponde à realidade atual da economia europeia e mundial.

Contudo com novos dados a surgirem permanentemente, alterando o rumo dos acontecimentos e a verdade dos factos a todo o instante, fica de alguma forma condicionada a elaboração de uma análise concisa da banca, quer na europa quer no mundo.

Na sequência do presente trabalho pretende-se iniciar um caminho que nos permita perceber quais as dificuldades que o sistema bancário português terá que superar no futuro, pois nunca como hoje, a banca necessita de ter uma atitude realista e de demonstrar aos seus clientes, que cada vez mais a concessão de crédito dependerá da captação de recursos, pois o acesso aos mercados ainda se apresenta imprevisível.

Logo, sendo cada vez mais difícil tomar decisões e realizar um planeamento adequado na banca, futuras dissertações irão com toda a certeza centrar-se na capacidade de adaptação dos principais bancos portugueses e na estratégia tomada por cada um deles, para continuarem a honrar os seus compromissos para com os acionistas e clientes.

BIBLIOGRAFÍA

Acharya, V. e Mora, N. (2011), Are Banks Passive Liquidity Backstops? Deposit Rates and Flows during the 2007-2009 Crisis, Center for Economic Policy Research (CEPR) Discussion Paper No.8706, December.

Amaral, J. (2009), A crise e o futuro, publicado no Le Monde diplomatique-edição português, nº 27, Janeiro de 2009.

Amaral, P. (2010), Neoliberalismo um álibi da especulação imobiliária, publicado no Le Monde diplomatique - edição portuguesa, nº 43, Maio de 2010, pp.124-126.

António Vilar & Associados (2008), Gabinete de Advogados, Guia de Negócios em Espanha, Grupo Editorial Vida Económica, Junho.

Associação Portuguesa de Bancos e Instituto Superior de Gestão Bancária (2008), Análise Financeira de Bancos, Outubro, Lisboa.

Associação Portuguesa de Bancos (2008), Boletim Informativo nº. 41, disponível em: www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb.

Associação Portuguesa de Bancos (2012), Boletim Informativo nº. 47, disponível em: www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb.

Associação Portuguesa de Bancos (2008), Principais variáveis e indicadores 2007, disponível em: www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb.

Associação Portuguesa de Bancos (2009), Principais variáveis e indicadores 2008, disponível em: www.apb.pt/centro_de_estudos/publicacoes/boletim_apb.

Attali, J. (2009), A crise e agora? Edição Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., pp.13, pp.48.

Banco BPI, S.A. (vários anos), Relatórios & Contas 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011,

disponível em:

<http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?rildArea=AreaDFinanceiros&rild=DContas> e site: www.bpi.pt.

Banco Espírito Santo, S.A. (vários anos), Relatórios & Contas 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011,

disponível em: www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plq=292AF390-446F-4D7D-BE0C-BCF3DF715E64 e site: www.bes.pt.

Banco de Portugal (2002), Relatório de Estabilidade Financeira Junho de 2002. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2005), Relatório de Estabilidade Financeira de 2005. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt

Banco de Portugal (2007), "Riscos e Vulnerabilidades em Portugal" do Relatório de Estabilidade Financeira de 2007. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2008), Boletim Económico de Inverno, Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2010), Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2010. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2011a), Relatório de Estabilidade Financeira Maio de 2011. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2011b), Relatório de Avaliação de Impacto Julho de 2011. Decreto-Lei n.º 133/2009 com entrada em vigor a 1 de Julho de 2009, disponível em: www.clientebancario.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2011c), Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2011. Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2011d), Indicadores de Conjuntura Dezembro de 2011, Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco de Portugal (2012), Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2012, secção 3: Sistema Bancário: Actividade, Rendibilidade e Adequação de Capitais Próprios, Departamento de Estudos Económicos, ISSN 1646-2254, Lisboa, disponível em: www.bportugal.pt.

Banco Popular Español (2002), Relatório & Contas 2002, disponível em: www.bancopopular.es.

Banco Popular Portugal (vários anos), Relatório & Contas 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, disponível em: www.bancopopular.pt.

Bhatia, A. (2007), New Landscape, New Challenges: Structural Change and Regulation in the U.S. Financial Sector, IMF Working Paper 07/195, International Monetary Fund.

Blandon, J. (2000), Cross Border Banking in Europe: An empirical Investigation, - WP nº509, Universidade Pompeu Fabra.

Caixa Galicia (vários anos), Relatórios & Contas 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, disponível em: www.caixagalicia.es.

Caixa Geral de Depósitos (vários anos), Relatórios & Contas 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, disponível em: www.cgd.pt/Corporativo/Pages/Grupo-CGD.aspx e site: www.cgd.pt.

Caja Badajoz (vários anos), Relatórios & Contas 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, disponível em: <https://www.cajabadajoz.es>.

Caja Duero (vários anos), Relatórios & Contas 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, disponível em: www.cajaduero.es e <http://www.cajaduero.pt>.

Caja Madrid (vários anos), Relatórios & Contas 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, disponível em: www.cajamadrid.es.

Caprio, G. e Klingebiel, D. (2008), Episodes of Systemic and Borderline Financial Crises, disponível no site do World Bank e Luc Laeven, Systemic Banking Crises, A New Database, IMF Working Paper, Setembro de 2008.

Castells, M., Caraça J. e Cardoso G. (2012), As culturas da Crise Económica, Edição Esfera do Caos.

Comité de Basileia (2010), Proposta do Comité de Basileia, disponível em: <http://www.bis.org/list/basel3/index.htm>.

Confidencial Imobiliário, Newsletter Imobiliária Portuguesa (2008),
<http://www.confidencialimobiliario.com/Public>.

Confidencial Imobiliário (2009), Newsletter Imobiliária Portuguesa,
disponível em: <http://www.confidencialimobiliario.com/Public>.

Cooper, G. (2008), The Origin of Financial Crises, Editor Harriman House Ltd.

Costa, R. (2011), Risco: a quarta dimensão do negócio, Ernest&Young, EYCM Limited,
disponível em: http://economico.sapo.pt/public/uploads/especiais_sp/ernest.pdf.

DiMartino, D. e Duca, J. (2007), The Rise and Fall of Subprime Mortgages, Economic Letter, Vol. 2, No. 11, Federal Reserve Bank of Dallas.

European Banking Authority (2011), Stress Test European.
disponível em: <http://www.eba.europa.eu/EU-wide-stress-testing/2011/The-EBA-publishes-details-of-its-stress-test-scena.aspx>.

European Central Bank (2008), European Union Banking Structures, International Standard Series Number 1830-1878.

França, C. (2010), Determinants of Loan and Lease Losses Experienced by North American Bank Holding Companies in 2008, Mestrado em Finanças, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa.

Gonçalves, J. (2004), Revista Economia Pura, nº 67.

Gorton, G. (2009), The Subprime Panic, Yale School of Management and NBER, European Financial Management, Vol. 15, No. 1, pp.10-46.

Lagoa, S. e Leão, E. (2004), Sistema Bancário: Evolução recente e seu papel no ajustamento da economia portuguesa, *Prospetiva e Planeamento*, nº10, disponível em :

www.dpp.pt/Lists/PesquisaAvanada/Attachments/1320/sector_bancario.pdf.

Mamede, R. (2008), As debilidades da resposta europeia à crise económica, publicado no *Le Monde diplomatique*-edição português, nº 31, Maio de 2009, pp. 82-83.

Mateus, A. (2009), *A Grande Crise Financeira do Início do Século XXI*, Edição Deplano Network SA.

Millennium Banco Comercial Português, S.A. (vários anos), *Relatórios & Contas 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011*, disponível em:

www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/informacaofinanceira/apresentacao/deresultados/ e site: www.bcp.pt.

Millet, D. e Toussaint, E. (2013), *A Crise da Dívida*, Edição Circulo de Leitores.

Neves, J. (2011), *As 10 Questões da Crise*, Edições D. Quixote.

Novagalicia Banco (2012), *Relatórios & Contas 2011 e 2012*, disponível em: <https://www.novagaliciabanco.com>.

Pinho, P. (1999), *Reprivatizações e Eficiência no Sistema Bancário Português*; documentos de trabalho nº 13, pp.1-41, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Purnanandam, A. (2009), *Originate-to-Distribute Model and the Subprime Mortgage Crisis*, University of Michigan, Conference: "Financial Intermediation".

Ribeiro, J. (2009), *Globalização e Crises Financeiras – A Crise do Crédito Subprime nos EUA (2007/8)*, Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais, Sphera.

Ribeiro, M. (2006), Economia da escala e de gama e os efeitos da concentração na eficiência bancária, capítulo III: Acerca das especificidades do sector bancário português – tendências recentes do seu desenvolvimento, repositório institucional da Universidade do Minho (2006),

disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6098/7/cap%C3%ADtuloIII-Acerca%20da%20especificidade%20do%20sector%20banc%C3%A1rio%20port.pdf>.

Rixtel, A. e Gasperini, G. (2013), Financial Crises and Bank Funding: Recent Experiences in the Euro Area, Bis Working Paper No 406, Bank for International Settlements.

Shiller, R. (2008), The Subprime Solution, How Today`s Global Financial Crisis Happened and what So Do About It, Princeton University Press, Nova Jérсия.

Silva, N. (2010), Relações Intersectoriais na Economia Portuguesa, uma aplicação do Modelo de Dívida Contingente, Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira de 2010, Novembro.

Sousa, A. (2010), As novas normas regulatórias irão implicar que Bancos e Empresas se recapitalizem, Associação Portuguesa de Bancos, Julho.

Teles, N. (2008), A crise e o processo de financeirização em Portugal, Le Monde diplomatique-edição português, nº 26, Dezembro de 2008, pp.48-49.

Wolf, M. (2008), Fixing global finance, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.

ANEXOS

Anexo I

Programas Estatais na OCDE de apoio ao Sistema Bancário.

Para resolver a crise financeira, e em particular a crise do sistema bancário, os governos dos países da OCDE vêm tomando uma série de medidas. As primeiras foram dirigidas a evitar a crise de liquidez dos mercados monetários, através de intervenções maciças dos bancos centrais. As segundas destinaram-se a evitar problemas de solvabilidade criados pela quebra abrupta, por vezes superior a 80%, dos valores dos ativos dos balanços.

Nestas últimas enquadram-se atuações de carácter específico, ou seja, caso a caso para fortalecer os balanços dos bancos, a que se seguiram abordagens mais sistemáticas, dirigidas ao conjunto do sector. Até Setembro, os governos injetaram capital em instituições, individualmente, a fim de evitar a sua falência e viabilizar possíveis fusões. Pretendia-se desta forma provocar um choque que relançasse o mercado monetário interbancário. Contudo estas medidas não restabeleceram a confiança entre bancos, entre o final de Setembro e início de Outubro, os governos das economias mais avançadas anunciaram iniciativas mais sistémicas para estabilização dos sistemas bancários.

As iniciativas governamentais pretendiam resolver o problema da crise de confiança em duas frentes: por um lado, com um conjunto de garantias bancárias para assegurar o financiamento da banca através de garantias do Estado aos depósitos e outras responsabilidades bancárias; por outro, com um conjunto de medidas que visava a melhoria da estrutura dos balanços bancários através da compra por parte do Estado de parte dos ativos em imparidade. Um terceiro tipo de ação consistiu em fazer injeções de capital para evitar a falência de bancos, perante a relutância do sector privado em fazer mais recapitalizações.

O anúncio destes programas dos governos teve um impacto muito importante, pois evitou o colapso dos sistemas bancários e financeiros em muitos países, o que poderia ter implicações globais incalculáveis.

Os spreads dos CDS bancários caíram e as condições do mercado financeiro estabilizaram. Mas a situação de confiança no sector monetário interbancário

ainda não foi restabelecida, e o principal problema que é o quase congelamento nos empréstimos da banca à economia também não foi restabelecido.

Elementos dos programas governamentais anunciados em Setembro e Outubro de 2008 para atacarem os efeitos da crise:

- *Aumento das garantias dos depositantes. As garantias dadas aos depósitos da banca de retalho revelaram-se fundamentais para evitar as “corridas aos bancos” e assim assegurar a continuidade de acesso aos meios financeiros provenientes dos depósitos.*
- *Garantia de responsabilidades nos mercados interbancários. Visa lidar com a falta de liquidez financeira dos mercados interbancários, muitos governos anunciaram mesmo, garantias governamentais para os débitos entre os bancos. A gama de responsabilidades cobertas e a estrutura das taxas cobradas pela garantia variam de país para país, com alguns a aplicar uma taxa fixa e outros a indexarem as taxas aos spreads dos CDS de cada banco.*
- *Injeções de capital. O mecanismo mais utilizado para apoiar as estruturas do balanço dos bancos tem sido a injeção direta de capital. Registam-se diferenças consideráveis nos instrumentos utilizados e nas condições de entrada de capital entre os vários países.*
- *Compra de ativos. Embora a remoção dos maus ativos do balanço dos bancos faça parte de diversos programas, este mecanismo ainda não foi utilizado em larga escala, pois um dos problemas é a determinação do preço a que os governos irão adquirir os mesmos. Uma ajuda importante ao balanço do banco pode ser um preço de compra próximo do valor nominal, e que na prática consiste numa forma de recapitalização. Se a gama de ativos elegíveis for alargada a todos os instrumentos de crédito malparado, de forma a ter um forte e imediato impacto na confiança dos mercados, seria necessário um programa de grande dimensão. Outra das propostas é a da separação dos bons e dos maus ativos, através da criação do “bad bank”. Em algumas propostas estes adquiriam os ativos maus de vários bancos, ou então seriam criados “veículos especiais” em cada banco para retirar esses ativos da conta de exploração dos bancos. Evidentemente que se coloca também neste caso o problema de qual o preço destes “maus ativos”.*

Efeitos secundários da intervenção governamental.

- *Impacto em mercados de crédito no exterior. As garantias governamentais afetam o preço relativo do crédito. Um aumento do valor do volume de crédito garantido pelo Estado, ou outras ações idênticas provoca o aumento dos custos com o empréstimo para os instrumentos de dívida que são substitutos próximos do crédito bancário. Além disso, a combinação das diferentes ações governamentais pode dificultar a avaliação do preço e risco de várias formas de passivos bancários. Com a injeção de capital, os governos normalmente tomam partes de capital minoritário; isto pode ser interpretado como uma garantia governamental implícita a todas as responsabilidades existentes. Embora os benefícios da estabilidade do sistema, que as garantias governamentais aportam, podem no curto prazo, compensar os custos associados a esta distorção do mercado, sendo importante uma definição de uma estratégia clara de saída por forma a limitar, a médio prazo, os efeitos adversos das intervenções nos mercados de crédito.*
- *Outras questões. Enquanto os planos de apoio seguem princípios comuns em cada país, são consideráveis as diferenças ao nível do seu desenho e forma de implementação. Diferenças no âmbito e no preço dos esquemas das garantias governamentais para a emissão de nova dívida, podem colocar os bancos em diferentes países, em desvantagem nos mercados financeiros interbancários, uma vez que os custos de financiamento tornar-se-ão função das taxas das garantias e da solvência do Estado que assegura a garantia das responsabilidades bancárias. O risco soberano pode mesmo passar a ser dominante na avaliação risco de crédito da dívida bancária. Uma outra questão diz respeito aos depósitos na banca de retalho de estrangeiros, uma vez que, em muitos casos, existe pouca clareza sobre como os depositantes estrangeiros serão tratados em caso de falência de um banco. O instrumento utilizado e a forma escolhida para injeção de capital pode afetar também as posições competitivas nos mercados globais. Um outro aspeto é a diferença efetiva de custos do capital disponibilizado pelos governos. Outra questão é que os termos de injeção de capital e as condições que lhe estão associadas podem afetar o acesso ao capital de acionistas privados.*

Fonte: Mateus (2009; 185:188).

Elementos dos planos de salvação do sistema bancário em economias desenvolvidas¹.

País	Alargamento das garantias aos depósitos.	Garantia das responsabilidades do mercado interbancário (2)		Injeção de capital (3)	Compra de Ativos
		Nova dívida	Dívida existente		
Austrália	S	S	S		S
Áustria	S	S		S	
Bélgica	S	S			
Canadá		S			S
Dinamarca	S	S	S		
Finlândia	S				
França		S		S	
Alemanha	S	S		S	S
Grécia	S	S		S	
Irlanda	S	S	S		
Itália		S		S	
Holanda	S	S		S	
Nova Zelândia	S				
Noruega					S
Portugal	S	S			
Espanha	S	S		S	S
Suécia	S	S		S	
Suíça				S	S
Reino Unido	S	S		S	
Estados Unidos	S	S		S	S

Fonte: Mateus (2009;189), com base em dados do BIS, Relatório de 2008.

(1) Meados de Novembro de 2008.

(2) Inclui emissão de obrigações, empréstimos interbancários e outras responsabilidades.

A cobertura de garantia destes itens variam de país para país.

(3) Refere-se apenas a programas anunciados (excluindo ações isoladas).

Anexo II

Bancos mais eficientes em 2009		
Posição	Designação	País
1	KFW	Alemanha
2	Caisse des Dépôts et Consignatios (CDC)	França
3	Bank Nederlands e Germeenten	Holanda
4	Landwirtschaftliche Rentenbank	Alemanha
5	Rabobank	Holanda
6	Landeskreditbank Baden - Wuerttemberg -Foerderbank	Alemanha
7	NRW Bank	Alemanha
8	BNP Paribas	França
9	Banco Santander	Espanha
10	Royal Bank of Canadá	Canadá
11	National Australia Bank	Austrália
12	Commonwealth Bank of Austrália	Austrália
13	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	Espanha
14	Toronto - Dominion Bank	Canadá
15	Australia & New Zealand Banking Gruop	Austrália
16	Westpac	Austrália
17	Banco Espanhol de Crédito (Banesto)	Espanha
18	ASB Bank	Nova Zelândia
19	HSBC	Reino Unido
20	Crédit Agricole	França
21	Wells Fargo	EUA
22	Nordea Bank	Suécia
23	Scotlabank	Canadá
24	La Caixa	Espanha
25	Swenska Handelsbanken	Suécia
26	US Bancorp	EUA
27	Banco Popular Espanõl	Espanha
28	DBS Bank	Singapura
29	Pohjola Bank	Finlândia
30	Deutsche Bank	Alemanha
31	Société Générale	França
32	Intensa Sanpaolo	Itália
33	Bank of Montreal	Canadá
34	DnR NOR Bank	Noruega
35	The Bank of New York Mellone	EUA
36	Caixa Geral de Depósitos	Portugal
37	United Overseas Bank	Singapura
38	OCBC	Singapura
39	Axa Bank Europe	Bélgica
40	Credit Suisse	Suíça
41	Landesbank Banden-Wuerttemberg	Alemanha

A banca em Portugal antes e após o efeito Subprime

42	Nationwide Bulding Society	Reino Unido
43	CIBC	Canadá
44	National Bank of Kuwait	Kuwait
45	Barclays	Reino Unido
46	UBS	Suíça
47	JPMorgan Chase	EUA
48	Bank of Tokio - Mitsubishi	Japão
49	Banque Federative du Credit Mutuel	França
50	Credit Industriel et Commercial	França
TOP 5 (IBÉRICO) - Bancos mais eficientes em 2009		
1	Banco Santander	Espanha
2	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	Espanha
3	Banco Espanhol de Crédito (Banesto)	Espanha
4	La Caixa	Espanha
5	Banco Popular Espanõl	Espanha

Fonte: Com base em dados publicados em 2009 pela Global Finance.

Anexo III

Outras crises financeiras recentes.

Finlândia (1991-1994) - Os bancos de poupança foram gravemente afetados; o Estado assumiu o controlo de 3 bancos representando 31% dos depósitos do sistema bancário. Tendo sido constituída uma agência pública que comprou o crédito vencido aos bancos, e depois recuperou parte do crédito.

Custos da recapitalização: 11,2% do PIB.

Japão (1991-2003) - Os bancos registam fortes perdas em resultado da queda da bolsa e dos preços do imobiliário. Em 1995 a estimativa oficial indicava que havia 40 triliões de yens em empréstimos vencidos (469 biliões de dólares, ou 10% do PIB). Estimativas não oficiais estimavam que o crédito malparado do sistema bancário era estimado em 88 triliões de yens (725 biliões de dólares, ou 18% do PIB). O banco Hakkaido Takushodu foi encerrado, o Long Term Credit Bank foi nacionalizado, o Yatsuda Trust foi fusionado com o Fuji Bank, e o Mitsui Trust com o Chuo Trust. Em 2002 os créditos com problemas atingiam 35% do total; com um total de 7 bancos nacionalizados, 61 instituições financeiras fechadas e 28 compradas por outras instituições.

Custo das operações de salvamento: mais de 100 biliões de dólares. Em 1998 o governo lançou o Plano Obuchi, que destinava 60 triliões de yen (500 biliões de dólares, ou 12% do PIB) em fundos públicos para comprar crédito malparado, recapitalização de bancos e proteção dos depositantes. Em 2002 o custo final subia a 24% do PIB, e o custo total da crise em termos do PIB estimava-se em 17,6% do PIB.

Noruega (1987-1993) - O Banco Central estabelecia linhas de crédito especiais a favor de 6 bancos afetados pela recessão de 1985-1986 e com problemas de crédito hipotecário. O Estado assumiu o controlo dos três maiores bancos (com 85% dos ativos totais do sistema bancário, com perdas que ultrapassavam o capital), parcialmente através do Government Bank Investment Fund (5 biliões de Kroner), e o Bank Insurance Fund garantido pelo Estado teve que subir o seu capital para 11 biliões de Kroner.

Suécia (1991) - Nordbanken e Gota Bank, representando 22% dos ativos do sistema bancário entraram em insolvência. O Sparbanken Forest, representando 24% dos ativos sofreu a intervenção do Estado. No total, cinco dos seis maiores bancos, representando 70% dos ativos do sistema bancário, experimentaram dificuldades.

Custos da recapitalização: 4% do PIB.

Dinamarca (1987-1992) - As perdas acumuladas no período de 1990-1992 representavam 9% dos empréstimos totais; 40 a 60 dos bancos com problemas foram alvo de fusão.

Fonte: Gerard Caprio e Daniela Klingebiel, Episodes of Systemic and Borderline Financial Crises, disponível no site do World Bank e Luc Laeven, Systemic Banking Crises, A New Database, IMF Working Paper, Setembro de 2008.

GLOSSÁRIO

Ativos bancários em imparidade: ativos tais como empréstimos, ações ou títulos de dívida, em que o banco não espera receber o seu valor nominal. Pode ser por causa da baixa da cotação de uma ação, ou porque o débito do cliente se encontra em mora de pagamento.

Banking Book: carteira bancária, onde se encontram todos os títulos que não estão a ser negociados pela instituição. Sendo contabilizados de forma diferente daqueles que se encontram em carteira para negociação e que são valorizados pelo mercado.

CDO (Collateralized Debt Obligation): instrumento de dívida estruturado cujo colateral é garantido por uma carteira de vários tipos de dívida, podendo incluir obrigações, empréstimos a empresas por credores institucionais e tranches de instrumentos titularizados.

CDS (Credit Default Swap): contrato que permite aos detentores de dívidas estarem seguros contra os riscos de não pagamento.

CLO (Collateralized Loan Obligation): instrumento de dívida estruturado cujo colateral é garantido por um conjunto de empréstimos com pagamentos titularizados em diferentes tranches. As instituições financeiras garantem estas titularizações com as rendas dos empréstimos.

Covered Bonds: obrigações associadas a créditos imobiliários ou a dívidas de municípios. Em caso de incumprimento, o investidor pode reembolsar-se com os ativos subjacentes.

EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortizations) = Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões.

Hedge Fund: é uma forma de investimento alternativa, de altíssimo risco, com poucas restrições e altamente especulativo. Investidores fornecem grandes

quantias de dinheiro a uma empresa especializada em economia, para que ela invista como achar melhor e depois reparta os lucros e prejuízos conforme contrato entre as partes.

Joint Ventures: joint venture ou empreendimento conjunto é uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado negócio sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Difere da sociedade comercial (partnership) porque se relaciona a um único projeto cuja associação é dissolvida automaticamente após o seu término.

LTV (loan to value): expressa a valia de uma hipoteca, definindo a relação entre o valor do financiamento e o valor dos bens imóveis que irão servir de garantia ao financiamento. Pretende-se que o rácio LTV seja menor ou igual a 80%, de forma a se obter maior conforto para a operação hipotecária, por via da relação entre o financiamento e a garantia a assumir.

Fundos Próprios Base: incluem Capital realizado, incluindo a parte representada por ações preferenciais não remíveis; Prémios de emissão de ações e de títulos de participação; Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos; Resultados positivos transitados de exercícios anteriores; Resultados positivos do último exercício; Resultados positivos provisórios do exercício em curso; Fundo para «Riscos bancários gerais»; Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em unidade operacional no estrangeiro; Parcela das reservas e dos resultados correspondentes a ativos por impostos diferidos; Elementos cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal; Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite máximo de 1,25% dos ativos ponderados, de acordo com o método Padrão; Reserva proveniente da reavaliação do activo imobilizado, efetuada nos termos a definir por instrução do Banco de Portugal; Outras reservas de reavaliação positivas; Títulos de participação; Empréstimos subordinados, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal; Parte liberada de ações preferenciais remíveis.

Gap de Liquidez: calculado através da diferença entre o crescimento dos créditos de clientes e o crescimento dos depósitos. Este indicador tem a finalidade de identificar as instituições financeiras com necessidades de financiamento superiores.

MBS (Mortgage-Backed Securities): títulos de securitização cujos ativos subjacentes são empréstimos hipotecários. Podem também ser classificados em (i) *Commercial mortgage-backed securities (CMBS)*, quando os empréstimos hipotecários estão relacionados com empreendimentos comerciais, tais como shopping centers, lojas e escritórios; e (ii) *Residential mortgage-backed securities (RMBS)*, quando os empréstimos hipotecários estão relacionados a empreendimentos residenciais.

HEL (Home Equity Loan): consiste numa linha de crédito com uma finalidade específica (geralmente para melhorias no imóvel ou para complementar a sua compra), tendo como colateral o valor do imóvel ainda não utilizado como garantia de outra hipoteca. O limite máximo deste empréstimo é definido a partir da análise de crédito do mutuário e da existência de hipotecas sobre o imóvel a ser concedido como colateral.

Net Debt, ou Dívida Líquida = Empréstimos de Curto e Médio Longo Prazo – Depósitos Bancários e Caixa.

Produto bancário: indicador de actividade, obtido através do somatório da margem financeira, dividendos, comissões líquidas, resultado em operações financeiras, resultado por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos.

Notações de Rating: classificação de crédito (também chamada de nota de risco, rating, classificação de risco, avaliação de risco, notação de risco ou notação financeira de risco) e avalia o valor do crédito de emissões da dívida de uma empresa ou um governo. Essa classificação é feita através de notas representadas sob letras e sinais aritméticos dadas a partir de uma avaliação concedida pelas principais agências de classificação de risco, como a Fitch

Ratings, Moody's e Standard & Poor's, e avalia a possibilidade de esta entidade saldar suas dívidas.

Rácio de capital (Tier 1): resulta do quociente entre os Fundos Próprios Base e os Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Rácio Core Tier 1: Medida de solvência das instituições financeiras, calculada através do quociente entre os (Fundos Próprios Base - Títulos de participação - Empréstimos subordinados) e os ativos extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Rácio cost-to-income: evidência a eficiência da instituição e é calculado através do quociente entre os custos de estrutura operacionais (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do imobilizado) e o produto bancário. Quanto mais elevado for o rácio cost-to-income, menor a eficiência operativa da instituição, dado o maior peso da estrutura de custos em percentagem do respetivo produto bancário.

Rácio de crédito vencido: crédito com incumprimento /crédito total.

Rácio de return on asset: rácio de rentabilidade do activo total, que resulta do quociente entre os resultados líquidos e ativo total. Este indicador indica o grau de remuneração do investimento total.

Rácio de return on equity: rácio de rentabilidade dos capitais próprios que resulta do quociente entre os resultados líquidos e capitais próprios. Este indicador fornece a medida da remuneração dos capitais próprios investidos.

Rácio de solvabilidade: resulta do quociente entre o total de fundos próprios e os ativos e extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Share of wallet: Aumento do nível de contrapartidas comerciais proporcionadas pelo cliente, quer por via de serviços prestados, quer por via de

operações creditícias contratadas, sendo o principal objetivo aumentar a rentabilidade da carteira de clientes da respectiva instituição bancária.

Spread: *O spread bancário é a diferença entre a taxa de juros que as instituições financeiras pagam na captação do dinheiro e a que cobram aos seus clientes.*

Subprime Mortgage: empréstimo cujo mutuário apresenta um histórico de crédito problemático, unicamente garantido pela hipoteca do imóvel. Um mutuário "sub-prime" é caracterizado por apresentar no seu histórico de crédito uma ou mais das seguintes características: pelo menos dois atrasos de 30 dias nos últimos 12 meses; pelo menos um atraso de 60 dias nos últimos 24 meses; um crédito considerado irrecuperável; um julgamento, execução ou reintegração nos últimos 24 meses; falência nos últimos cinco anos; elevada probabilidade de incumprimento (classificação de risco elevada); e/ou; rácio (valor mensal das prestações previstas no empréstimo/rendimento mensal do mutuário) igual ou superior a 50%.

Esta designação aplica-se geralmente ao segmento de mercado exclusivo dos EUA. Os contratos de empréstimo são frequentemente do tipo 2/28, com uma taxa baixa nos primeiros 2 anos (período de menor liquidez), e uma taxa substancialmente superior nos 28 anos seguintes, de forma a compensar o risco subjacente à operação. A designação subprime advém do facto de as agências de rating lhe terem atribuído uma classificação abaixo de A-prime.

Titularização (securitização): *emissão de títulos negociáveis representativos de créditos detidos por uma determinada instituição financeira, e cuja propriedade é assim transferida para quem adquire os títulos emitidos.*

Total de Fundos Próprios: *somatório dos Fundos Próprios Base, com Fundos Próprios complementares e Deduções.*

Trading Book: *Carteira constituída por ativos financeiros detidos por um banco ou por uma corretora, em que mesmos são comprados ou vendidos na*

perspetiva de se realizar o melhor negócio possível para os seus clientes, numa ótica de proteção contra os vários tipos de risco.